

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES EM SOCIEDADE AMBIENTE E
TERRITÓRIO**

Rodolfo Ribeiro de Souza

**MEMÓRIAS DAS ÁGUAS
Sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX**

Montes Claros
2023

Rodolfo Ribeiro de Souza

MEMÓRIAS DAS ÁGUAS
Sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros - MG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Linha de Pesquisa: Sociedade e ambiente

Orientador: Prof. Dr. Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Coorientadora: Profa. Dra. Flávia Maria Galizoni

Souza, Rodolfo Ribeiro de.

S719m
2023 Memórias das águas: sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX [manuscrito] / Rodolfo Ribeiro de Souza. Montes Claros, 2023. 114 f.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Banca examinadora: Flávia Maria Galizoni, John Cunha Comerford, Heloisa Soares de Moura Costa, Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Inclui referências: f. 102-112.

1. Águas territoriais. 2. Recursos naturais. 3. Viajantes. 4. Comunidades sociais. 5. Representação do conhecimento (Sistemas especialistas). I. Ribeiro, Aureo Eduardo Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 556



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG - UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 30 dias do mês de março de 2023, às 14:00 horas, sob a presidência do Professor Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, D. Sc. (Orientador – UFMG/ICA), e com a participação dos Professores Flávia M^a Galizoni, D. Sc. (Coorientadora - UFMG/ICA), John Cunha Comerford, D. Sc. (UFRJ) e Heloísa Soares de Moura Costa, D. Sc. (UFMG), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Rodolfo Ribeiro de Souza**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **"MEMÓRIAS DAS ÁGUAS: Sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX"**. O estudante foi considerado **Aprovado** com a seguinte recomendação:

Obs.1) O estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) O estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 30 de março de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Soares de Moura Costa**, Professora do **Magistério Superior**, em 05/04/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aureo Eduardo Magalhaes Ribeiro**, Professor do **Magistério Superior**, em 05/04/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Maria Galizoni**, Professora do **Magistério Superior**, em 06/04/2023, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **John Cunha Comerford**, **Usuário Externo**, em 06/04/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2206636** e o código CRC **D1B49DBD**.

Dedico este trabalho à minha esposa, Laura, por viver o cotidiano ao meu lado e pela partilha dos muitos sorrisos e das poucas lágrimas, e à minha mãe, Neide (*in memoriam*), símbolo de força, por um dia ter sonhado comigo o que hoje vivo sem ela.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me amar incondicionalmente.

À Laura, companheira de rotina, melhor amiga e amável esposa, por suportar minhas ausências, perdoar minhas falhas e caminhar ao meu lado, tornando o comum extraordinariamente feliz. Obrigado por acreditar em mim e por tudo que faz por nós!

À Neide (*in memoriam*), minha mãe, por me ensinar a ser quem sou, transmitindo seus valores e um pouco de sua força. À Rediana, Philipe e Luiz Fernando, por serem tão pacientes e amorosos comigo. Pelas renúncias, à família, em especial a Tia Dita, Orlando, Tia Deija, Felipe, Suelem, Rose, irmãos, tios, sobrinhos, primos, cunhados, sogra e sogro.

Aos amigos! A Fernando, pelo incentivo, constante apoio e amizade; a Vera, Bira, Adriana, Warley, Caroline, Bruno, Izabel e aos “Belchiores”, pelos momentos vividos em conjunto; e à Victoria, por dividir as angústias do mestrado.

Agradeço ao Prof. Eduardo Ribeiro, por suas orientações e ensinamentos, pela compreensão e por confiar em mim a responsabilidade de dividir este estudo. Agradeço à Profa. Flávia Galizoni, por aceitar fazer parte da pesquisa, partilhando seu conhecimento e contribuindo com o alcance dos resultados.

Sou grato aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (Núcleo PPJ), da UFMG, especialmente a Patrícia Oliveira e Amanda Jusevicius, por participarem dos estudos que originaram esta dissertação, viabilizando o alcance dos objetivos; a Erick Simão, Loren Michelle, Vitória Souza, João Antônio, Ana Flávia, Samuel Pinheiro, Wanderson Nunes e Vanessa Ayres, por contribuírem com o aprimoramento dos resultados.

Aos professores, colegas e servidores do Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, pela oportunidade, suporte e partilha de conhecimento. A todos os professores que contribuíram na minha formação (ensino fundamental, médio e superior), bem como àqueles que, não sendo docentes, dividiram suas sabedorias e experiências de vida.

Agradeço ao Instituto Cultural Amilcar Martins, por conservar e organizar um vasto acervo, e por me acolher tão bem em todas as visitas. Agradeço também à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, à Biblioteca Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho, do Centro Cultural Hermes de Paula, à Biblioteca da UNIMONTES e à Biblioteca do ICA – UFMG. Agradeço ainda aos memorialistas, viajantes e cronistas, pelos registros.

Agradeço à FAPEMIG, à CAPES e ao CNPq, pelas bolsas, apoio e imprescindível financiamento da pesquisa.

Por fim, deixo meu agradecimento a todos que contribuíram nessa caminhada, ainda que não mencionados nominalmente. Obrigado!

RESUMO

Sociedades e águas se relacionam conforme contextos sociais, econômicos, culturais, territoriais e temporais. Adotando o método dialético e empregando os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, esta dissertação analisa as relações entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX, a partir dos registros de memorialistas, viajantes e cronistas. Aborda os usos das águas, que sempre foram orientados por critérios de qualidade que embora tenham variado ao longo do tempo, jamais perderam sua relação fundamental com a conservação da saúde humana. É a partir desse fundamento que as relações, compreendendo o vasto campo das interações entre sociedades e natureza, foram descritas pelos autores consultados. No total, foram lidas 145 obras que fazem referência às áreas de estudo; 109 delas serviram como fontes, tendo sido 76 produzidas por memorialistas, 18 por viajantes, 12 por cronistas e 03 por historiadores. O estudo identificou sistemas de conhecimento que orientaram usos e consumos dos recursos naturais. São muitas e variadas as narrativas das culturas das águas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Através delas, notam-se diferentes organizações das comunidades associadas a distintos saberes e culturas, que mudaram nos tempos para conformar as relações “neutras” e distantes inseridas pela mediação de técnicas e agências nas interações entre sociedades e águas.

Palavras-chave: Semiárido. Ciclos hidrossociais. Memorialistas. Viajantes.

ABSTRACT

Societies and waters are related according to social, economic, cultural, territorial and temporal contexts. Adopting the dialectical method and applying bibliographic and documentary research procedures, this work analyzes the relationships between societies and waters in the Jequitinhonha and Northern regions of Minas Gerais, in the 19th and 20th centuries, based on the records of memoirists, travelers and chroniclers. The dissertation approaches the use of the waters, which has always been orientated by a quality standard. Those standards have been diversified as the time went by, although it has never lost the relation with the conservation of human health. Since the idea of the relation between societies and nature, the authors could formulate their concept. 145 literary works referred to the studied field were read. 109 of them were useful to the dissertation, and 76 were written by memorialists, 18 by travelers, 12 were written by chroniclers and 3 by historians. This study identified knowledge systems which orientated the use of the natural resources. There are many and varied waters cultures narratives in the regions of Jequitinhonha and North of Minas Gerais. Through them, it can be seen the different ways of organization in each community with distincts cultures, that changed over time to conform the “neutral” and distants relations inserted by the intercession and actions on the interaction between society and waters.

Keywords: Semiarid. Hydrosocial cycle. Memorialists. Travelers.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 – Locais com maior concentração de obras consultadas, Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais	34
Tabela 01 – Obras por período relacionado ao tipo de autor(a).....	34
Tabela 02 – Distribuição das obras por mesorregião em relação ao período de referência.....	35
Quadro 02 – Histórico das secas do Jequitinhonha e Norte de Minas.....	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro

BNH - Banco Nacional de Habitação

CIVP - Companhia Indústria e Viação de Pirapora

CAEMC - Companhia de Água e Esgotos de Montes Claros

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COMAG - Companhia Mineira de Águas e Esgoto

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

ETA - Estação de Tratamento de Água

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAM - Instituto Cultural Amílcar Martins

ICA - Instituto de Ciências Agrárias

ONU - Organização das Nações Unidas

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PLANASA - Plano Nacional de Saneamento

SESP - Serviço de Saúde Pública

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	15
2.1 Águas no tempo	15
2.2 Águas no espaço	17
2.3 Águas e sociedades	19
2.4 Águas e culturas.....	23
3 METODOLOGIA	26
3.1 Pressupostos teórico-metodológicos.....	26
3.2 Métodos e fontes de pesquisa	29
3.3 Classificação da bibliografia.....	32
3.4 Construção da dissertação.....	36
4 ÁGUAS, CULTURAS, COSTUMES	38
4.1 Diferentes águas.....	38
4.2 Usos distintos.....	42
4.3 Técnicas	44
4.4 Águas e povoamento.....	47
4.5 Ribeirinhos.....	51
5 TRATOS COM AS ÁGUAS	55
5.1. Coleta e condução	55
5.2. Abastecimento público.....	57
5.3. Usos cotidianos	64
6 ÁGUAS E SAÚDE.....	71
6.1 Viajantes e doenças.....	71
6.2 Memorialistas e doenças	73
6.3 Cuidados com os corpos	75
6.4 Esgotamento.....	79
7 ÁGUAS, SECAS E INUNDAÇÕES	81
7.1 Secas	81
7.1.1 Histórico.....	81
7.1.2 Efeitos e ações.....	85
7.2 Inundações	93
7.2.1 Inundações regionais e seus efeitos.....	93
7.2.1.1 Cheias do São Francisco	94

7.2.1.2 Cheias no Jequitinhonha.....	96
8 CONCLUSÕES	98
8.1 Discussões do século XXI	98
8.2 Panorama final	100
9 REFERÊNCIAS	102
ANEXO 1 - GRUPO DE PESQUISADORES E SUAS RESPECTIVAS	
CONTRIBUIÇÕES NO ESTUDO	113
Pesquisadores.....	113
Contribuições na pesquisa.....	113
ANEXO 2 - MODELO DE FICHA	114

1 INTRODUÇÃO

Se aprende na escola, desde a infância, que a boa água não deve ter cheiro, gosto ou cor: é neutra. Apesar disso, esse elemento aparentemente tão insosso estabelece interações muito ativas com a sociedade, o tempo, a cultura e o lugar. De fato, ao longo do tempo e do espaço aparecem narrativas que trazem ricos exemplos de costumes, estilos de consumo, culturas, saberes e desigualdades, constituídos a partir das águas. Tais exemplos revelam também distintas características das sociedades.

Em começos do século XXI, a crise hídrica ameaça o planeta. No entanto, a reflexão sobre as águas é, realmente, muito escassa. Se o abastecimento flui sem interrupção, na vida cotidiana da cidade ninguém reflete sobre o percurso realizado pelas águas desde a fonte até a torneira da pia da cozinha. Importante, mesmo, é haver água pura, constante e apta para consumo humano. Contudo, em momentos de racionamento, as reclamações são instantâneas. A rotina de águas canalizadas resulta em um estilo de consumo peculiar, no qual a escassez costuma ser percebida apenas quando falta água na torneira.

Em áreas rurais, geralmente, águas são coletadas diretamente das fontes. Assim, ao contrário das populações urbanas, o estilo de consumo passa a ser orientado pela observação cotidiana, experiência prática e normas costumeiras. Avaliações de qualidade são determinadas por parâmetros que não se relacionam, necessariamente, com o nível de contaminação aferido por análises químicas. Abundância ou escassez são interpretadas pelo contato direto do sujeito com a natureza.

As percepções das populações que coletam águas são diferentes daquelas que recebem água encanada; do mesmo modo, a falta de água pode ser causada e sentida por formas diversas. É por isso que é possível afirmar que as relações entre sociedades e águas variam conforme situações, territórios, épocas, estações, culturas e contextos socioeconômicos. E também que critérios de avaliação de qualidade, costumes, preceitos, usos, estilos de consumo e sistemas de gestão variam, e muito.

Ainda existe muito a ser pesquisado sobre as relações entre águas e populações no correr do tempo e espaço, e os diversos registros sobre o assunto carecem de sistematização. Do mesmo modo, se sabe pouco sobre as distintas percepções das águas em distintos períodos, sobre ações ou omissões públicas, sobre atitudes coletivas e individuais na gestão dos recursos e no saneamento, uma vez que essas atitudes são derivadas das percepções culturais que se manifestam em diferentes sociedades.

Estudar esse tema, então, é importante para entender diversas relações entre sociedades e natureza ao longo dos tempos. Ao reunir, problematizar e analisar informações registradas na literatura corrente, esta pesquisa esboça um panorama impressionista da circulação social das águas.

Nesse sentido, existem questões empíricas que precisam ser debatidas. Esta dissertação partiu de algumas questões: como sociedades perceberam as águas? Quais relações foram estabelecidas entre populações e águas em diferentes lugares e períodos? Quando não existiam iniciativas de abastecimento e saneamento básico, quais atitudes e procedimentos orientavam as relações entre sociedades e águas? Quais critérios foram empregados ao longo do tempo para definir a qualidade das águas e seus usos cotidianos e produtivos? Os efeitos das estiagens foram mais acentuados em sociedades rurais? E em que medida secas representavam dificuldades ou ameaças para populações e implicavam em iniciativas coletivas? Quais transformações culturais acompanharam as mudanças de gestão e relações de trato e manejo das águas? No curso da pesquisa, as fontes analisadas revelaram variados relatos sobre impactos de chuvas excessivas, fazendo surgir novo questionamento, que também orientou os estudos: como as sociedades se relacionaram com inundações causadas por enchentes de cursos de água?

Com base nas obras de memorialistas, viajantes e cronistas, além da leitura de trabalhos de historiadores e pesquisadores regionais, e adotando a perspectiva dialética como método, esta dissertação analisa as relações entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX. Mais detalhadamente, analisa os distintos acessos e meios de distribuição das águas ao longo dos tempos, costumes, estilos de consumo, relações de trato e manejo das águas, usos e destinações, preceitos culturais e de saúde; verifica a influência das relações entre águas e sociedades nos espaços e identifica iniciativas de abastecimento; investiga registros de manifestações de secas e inundações e analisa efeitos e ações.

Dessa forma, a presente dissertação está estruturada da seguinte maneira: 1 – Introdução; 2 – Fundamentos teóricos, contendo os quatro pressupostos teóricos-metodológicos que sustentam o estudo; 3 – Metodologia, que narra os caminhos metodológicos, inclusive com justificativa dos recortes espacial e temporal, escolha do material de análise, classificação da bibliografia e etapas da pesquisa; 4 - Águas, culturas, costumes, no qual são analisados os elementos das culturas das águas, a influência das boas águas no povoamento dos espaços e as concepções sobre natureza, além da íntima relação entre as águas e os modos de vida; 5 – Tratos com as águas, que aborda as conduções das águas e os usos cotidianos; 6 - Águas e Saúde, que aborda as doenças associadas as águas, os preceitos culturais de saúde e medidas sobre esgotamento; 7 - Águas, Secas e Inundações, com uma análise sobre esses fenômenos

climáticos, seus efeitos e ações; 8 – Conclusões, que apresenta discussões do século XXI e um panorama final; 9 – Referências.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Ao longo do tempo, espaços, sociedades e águas estabeleceram relações interativas. Águas interferem na cultura e na produção, modificam sociedades; mas populações também moldam e transformam águas, influenciando desse modo nos espaços. Nessa dialética, distintas percepções, apropriações e domínios dão origem a costumes, práticas e técnicas. Estes, originam acordos e conflitos de poder sobre as águas, que não derivam apenas de características das sociedades, mas são compostos por elementos culturais, políticos, econômicos e sociais, derivados de relações entre sociedades e natureza. Em diferentes épocas e lugares se manifestam costumes e normas específicas que associam sociedades e águas. Tais singularidades podem ser identificadas, investigadas, sistematizadas e organizadas para explicar essas relações.

As páginas a seguir procuram apresentar os fundamentos teóricos que orientam esta dissertação a partir da organização de uma revisão bibliográfica que, (i) partindo das variações temporais dessas relações, (ii) das suas peculiaridades espaciais e (iii) admitindo a existência de dinâmica relacional entre sociedades e águas, busca avançar na compreensão (iv) das particularidades culturais e de fenômenos econômicos e culturais que impactaram consideravelmente as áreas estudadas.

2.1 Águas no tempo

Estudos sobre águas no Brasil costumam associá-las ao desenvolvimento da química, da saúde pública ou a comitês de bacia. Outras vezes são estudos sobre as consequências da escassez, principalmente quando abordam o Semiárido. Nesses estudos, água surge como elemento discreto, o pano-de-fundo esmaecido que abastece a população ou que motiva as grandes catástrofes, essas sim, merecedoras de toda a atenção. Desse modo, a reflexão contemporânea limita-se a conceber água como bem que traz conforto, e ignora simbologias, ontologias e preceitos culturais que estão associados às águas.

Essa tendência de análise estritamente técnica surgiu no século XIX, quando água passou a ser avaliada em razão de impurezas (ALEIXO *et al*, 2016). Contudo, nem sempre foi assim. Diferentes percepções foram registradas na literatura, indicando que existiam muitas águas, considerando em cada qual determinadas propriedades e efeitos sobre o corpo humano. Hamlin (2000) relata quatro tradições interpretativas das águas: filosofia natural clássica; história natural clássica e geografia; folclore e religião; promoção de águas minerais. Cada

tradição abriga diversas concepções de água, mas as percepções sociais que antecederam a urbanização sempre destacavam sentidos plurais das águas.

Águas sempre foram importantes para muitas populações diferentes por diversas razões (HAMLIN, 2000, DIEGUES, 2007; WORSTER, 2008; BOELEN, 2014). Sociedades urbano-industriais tendem a conceber água como bem desterritorializado, domesticado, controlado por tecnologias e apropriado pelos mercados. Mas sociedades tradicionais enfatizam a pluralidade das águas, suas múltiplas características e usos; criam classificações e hierarquizam fontes de acordo com critérios estabelecidos pelo saber local. Não se trata apenas de definir água salubre e insalubre, ou pura e impura. Grupos tradicionais brasileiros, dentre outras classificações, consideram que águas são de uso comum e dádiva da natureza, podendo ser “finas” ou “grossas”, “leves” ou “pesadas”, “pequenas” ou “grandes”, “correntes”/ “livres” ou “paradas”/ “presas”, “vivas” ou “mortas”, “frias” ou “quentes” e “sadias” ou “insalubres”. Assim, comunidades tradicionais classificam, definem os usos e destinam águas distintas para finalidades diversas, como cozinhar, lavar roupa ou irrigar a plantação (RIBEIRO, 2010; GALIZONI, RIBEIRO, 2011; GALIZONI, 2013; SILVA *et al*, 2021).

A mudança de paradigma ocorrida no século XIX, que difundiu a análise estritamente técnica de salubridade como critério de classificação, sucedeu a industrialização e a urbanização. Foi a satisfação do consumo em grande escala que transformou “águas” em “água”, do plural ao singular, ao mesmo tempo em que se passava de concepções empiristas para uma visão essencialista, que se mostrou hegemônica, científica, técnica e “neutra”. O abastecimento urbano passou a ser nivelado por cima, de modo que toda a água ofertada deveria atender ao padrão máximo de pureza, mesmo que fosse direcionada, indistintamente, para necessidades com menor nível de exigência de qualidade, ou seja, aproveita-se a mesma água, considerada de excelente qualidade, para usos diferentes, como beber e lavar calçadas (HAMLIN, 2000).

O zelo sanitário estimulou o cuidado dos consumidores com abastecimento e qualidade da água, o que foi apropriado por interesses privados, na concessão de serviços urbanos, na comercialização de água mineral ou de filtros de barro, por exemplo. A água, singularizada, foi se tornando uma mercadoria que variava apenas conforme o grau de (im)pureza, dividindo-se as pessoas entre as que compram água engarrafada e as que a tiram das torneiras. Passou a ser ignorada a diversidade de sentidos e concepções das águas, como densidade, peso, qualidades específicas e territoriais, supostos efeitos curativos; restaram raras exceções, como águas termais (HAMLIN, 2000).

Essas mudanças conceituais carregam significados simbólicos, econômicos, políticos e sociais. A abordagem conceitual que se adota, água ou águas, expressa uma forma homogênea ou heterogênea de conceber o elemento natural, que se manifesta também na forma de pensar as relações entre natureza e sociedade, bem como na forma de gerenciar recursos hídricos. O estudo das águas, assim, demanda uma perspectiva temporal e cultural de análise, com esforço para interpretar nos documentos a diversidade das águas e dos seus usos, e isso é essencial para compreender as distintas concepções de uso e critérios de qualidade, que são características dos diversos territórios.

2.2 Águas no espaço

As relações entre sociedades e águas variam no espaço, de acordo com a topografia, a distribuição de recursos naturais e as características físicas de cada território.

Delimitar o território, contudo, não é uma tarefa fácil; e a dificuldade começa na própria conceituação. A definição varia conforme a abordagem que se adota, o enfoque da análise e, sobretudo, de acordo com o marco temporal. Espaço e território, ainda que interajam numa perspectiva dialética, não são equivalentes, pois efetivamente o território se forma a partir do espaço. Claval (1999) explica que a concepção de espaço estava inicialmente relacionada à soberania do Estado e ao controle e poder deste naquela delimitação geográfica. Assim, seria território brasileiro o espaço controlado pelo Estado brasileiro, limitado por fronteiras e zonas de poder, controle e soberania. É nesse mesmo sentido que Santos e Silveira (2001) defendem que, em um sentido estrito, território é o nome político para o espaço de um país.

No entanto, na concretização da conceituação, é importante conhecer também a dimensão simbólica do território, que, partindo da ideia de escala, passa pelas noções de origem, presença e poder sobre os espaços, perquirindo sobre o sentido de lugar, de lar doméstico e dos seus muitos sentidos. O espaço passa a receber significados peculiares, tornando-se símbolo de domínio e conflitos sociais, transformando-se em meio que expressa o sentido de enraizamento. Assim, não é qualquer base material, aleatória e socialmente apropriada, que constitui um território; é preciso considerar dimensões políticas e simbólicas, incluindo na definição cultura, costumes e tempo (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2003).

Desse modo, território é o espaço de poder. Poder inicialmente político, mas também econômico e cultural. Nesse sentido, Santos e Silveira (2001) apontam que, geralmente, compreende-se território como a extensão apropriada e usada para definir politicamente o espaço de um país, dependendo de territorialidade que se relacionaria à vivência, reprodução,

sentimento de pertencimento e interesse por futuro comum. As territorialidades, portanto, exprimem identidades construídas a partir do espaço por grupos que dele se apropriam e estabelecem relações de poder.

Mas, sendo sujeito a variações conjunturais, o conceito deve ser posicionado no tempo. Santos e Silveira (2001) enfatizam a importância da periodização, pois varia o uso do território - e, portanto, o poder - em momentos históricos, acompanhando por mudanças em comportamentos e contextos. Claval (1999) destaca esse aspecto ao mostrar as diferentes concepções de lugar ao longo do tempo. Na mesma direção, Haesbaert (2003) afirma que o conceito deve ser situado temporalmente, inclusive para distinguir territórios tradicionais e territórios contemporâneos.

Dessa forma, o território e os processos que dele emergem podem ser abordados por meio de diversas perspectivas. Para compreendê-los é preciso ir além de noções pré-estabelecidas que limitam a interpretação da categoria, para incorporar na análise aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Analisar território é compreender também suas relações entranhadas, em um determinado período, pois territórios são dados, mas também construídos, na medida em que as pessoas se relacionam com espaços que apropriam, atribuindo significados e valores simbólicos. É um sentimento poderoso de pertencimento, de fazer parte do que integra o próprio ser. Trata-se do enraizamento, dos laços e dos sentidos que constroem a própria identidade (CLAVAL, 1999; SANTOS, SILVEIRA, 2001; HAESBAERT, 2003).

Essa dimensão é percebida, por exemplo, nos lugares gravados na memória e nos espaços de fixação e reprodução de culturas, nos quais há forte identificação entre populações e território, ao ponto de existirem grupos incapazes de se definirem sem mencionar o espaço do qual originam. Abrange os laços simbólicos que conectam sociedades e materializam modos de vida. Essa identidade territorial é, ainda, uma estratégia de apropriação e controle, sendo o território, portanto, um recurso político e um instrumento de estratégia identitária (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2003).

A partir dessa compreensão ampliada de território, que além de várias conceituações apresenta múltiplos significados, destaca-se sua importância na construção de identidades e seus diferentes usos e apropriações, conforme o período que se adota e a sociedade que se observa. Desse cenário despontam inúmeros conflitos, que são políticos, ideológicos, sociais, econômicos e ambientais, mas também territoriais. Se o território comporta múltiplos conceitos e significados, não é estático e sofre influências das sociedades com as quais se relaciona, não é difícil imaginar que existam conflitos entre as diferentes formas de uso e apropriação, que representam diversos modos de vida e condições socioeconômicas.

A exclusão acompanha os processos que emergem do espaço, por meio de conflitos sociais que são também conflitos territoriais; nessa medida, exclusão territorial gera exclusão social e vice-versa. A expansão do capital sobre o território, assinalada pela densidade dos empreendimentos econômicos que avançam sobre o espaço e modificações sobre paisagens, estimulam disputas em torno da territorialidade, conflitos entre modos de vida e formas de relacionar com o espaço, produzindo transformações nos territórios (HAESBAERT, 2003).

Nesse sentido, os conflitos econômicos são também ecológicos, políticos, culturais e, portanto, territoriais, em razão da relação entre natureza e espaço. Na luta pelos seus modos de vida, territórios ou territorialidades, grupos sociais se organizam e utilizam sua concepção de natureza como estratégia política de defesa; a atitude em relação à natureza é também uma forma de luta política (SUERTEGARAY, 2015).

Assim, o território, em uma ampla conceituação, também está aberto a múltiplos significados, que podem ser atribuídos conforme a cultura. Além de suporte material dos modos de vida, é onde ocorre a organização da vida e o desenvolvimento e afirmação de culturas, sendo indispensável às formas de existência, às relações de poder e às formações de identidades coletivas.

Compreender território é entender também a sociedade e seu funcionamento. Torna-se possível identificar as distintas maneiras pelas quais as sociedades se relacionam com as bases materiais em que estão assentadas e os conflitos que derivam dos distintos usos e apropriações do espaço. Como o território é construído e passível de modificações, acaba por expressar, num determinado momento, as relações de uma população com o seu espaço, que se concretiza numa cultura específica.

Ao longo do tempo, os territórios se revelam cambiantes, fugidios, imprecisos e variáveis. Mudam denominações e demografias, se transformam poderes políticos, fundamentos culturais e vetores econômicos. Analisar territórios relacionados às águas, portanto, implica aceitar que estas também são cambiantes, acompanhando a dinâmica dos espaços e das sociedades.

2.3 Águas e sociedades

Existem na atualidade dois percursos muito usados para análise e interpretação das relações entre sociedades e águas.

Um é o percurso da história ambiental, que busca descobrir o papel da natureza ao longo do tempo a partir de três linhas principais. Primeiro, pelo enfoque material, que prioriza as

mudanças dos ambientes naturais, suas transformações e impacto nas dinâmicas sociais. Segundo, pelo enfoque cultural-intelectual, que se pauta pelas concepções de mundo e das transformações dessas, isto é, a análise de concepções, ideias, ideologias, valores e preceitos culturais sobre natureza e sociedade. Por fim, pelo enfoque no impacto das ações humanas sobre o ambiente, ora sob o aspecto político, ora com destaque para a tecnologia (WORSTER, 2008).

Outro percurso é a análise por meio dos ciclos hidrossociais. Estes, são pressupostos analíticos que concebem uma relação interativa, de coprodução, entre águas, sociedade, tecnologia e natureza. De acordo com essa interpretação, laços entre sociedades e águas são construídos, produzidos e refeitos. Assim, as relações entre humanos e águas são fios condutores para analisar dinâmicas contraditórias e desiguais, já que constituem processos sicionaturais que combinam o físico/natural e o social/político (BOELEN, 2014; LINTON, BUDDS, 2014).

As duas correntes, história ambiental e ciclos hidrossociais, não são contraditórias; na verdade, apresentam vários pontos em comum. Ambas podem ser utilizadas nos estudos como método para incorporar de maneira equilibrada influências humanas e não humanas nas interpretações, bem como meio de evitar a adoção de determinismos biológicos ou geográficos. O pressuposto é que existe um contexto natural no qual se desenvolvem sistemas culturais e ambientais, sendo que ambas as dimensões devem ser consideradas (GARNERO, 2018).

Em maior ou menor medida, as duas correntes teóricas foram úteis para o presente estudo na exploração da literatura pesquisada; no entanto, foi priorizada a abordagem dos ciclos hidrossociais, porque estes permitem análise multifacetada e relacional entre águas e sociedades, compreendendo as naturezas política e social das águas, tornando possível a compreensão da construção e produção social das águas, bem como as relações de poder.

Ciclo hidrossocial nasceu como conceito em oposição à noção de ciclo hidrológico, que separa água das relações sociais nas quais está imersa. O conceito de ciclo hidrológico surgiu como campo de investigação científica na década de 1930, pautando-se pelo interesse de estudar a circulação natural da água e as possibilidades de modificá-la. Nessa perspectiva, água é vista como um recurso a ser explorado pela engenharia hidráulica. Como a interpretação das circunstâncias políticas e temporais ficam limitadas, já que as soluções técnicas nada têm de neutras e o enfoque tecnológico institui e acentua desigualdades, surgiu a concepção alternativa, o conceito de ciclo hidrossocial. Aspectos culturais, ecológicos e econômicos recomendam a integração da abordagem sobre águas que se materializa na noção de “ciclo hidrossocial”; este, ressignifica a conceituação de águas como fenômeno exclusivamente natural para incorporar a reciprocidade nas determinações e as dimensões política e social (LINTON, BUDDS, 2014).

Embora apareça em trabalhos anteriores, a exploração das relações entre sociedades e águas se disseminou na década de 1990. O termo “ciclo hidrossocial” é usado ao menos desde a década 2000. Trata-se de um campo de estudo que parte do reconhecimento da insuficiência de análises restritas às questões técnicas e de infraestrutura. É fundamentado na percepção de que as águas moldam e são moldadas pelos processos sociais no tempo-espaço, sendo os fatos sociais e naturais igualmente importantes, de modo que poder social, natureza e tecnologia devem ser articulados em relações interativas de mútua constituição, resultando em conhecimentos socionaturais. Reconhece-se a diversidade e complexidade das relações entre sociedades, águas e identidades culturais, compreendendo-se que há um entrelaçamento constitutivo (LINTON, BUDDS, 2014).

Águas e sociedades se condicionam mutuamente. A dimensão material das águas é ativa nos processos hidrossociais, atuando como estruturante ou desestruturante das relações sociais. O termo “ciclo” sedimenta a ideia de recorrência e reciprocidade. A expressão socionatureza remete à ideia de hibridez, no sentido de que, em contato, águas e natureza não podem ser tomadas como entidades autônomas; ao contrário, a relação é interativa, uma é constitutiva da outra. Na perspectiva hidrossocial, os processos hidrológicos, relacionados às formas materiais das águas, são ativos: influem na organização da sociedade, além de serem histórica e geograficamente dinâmicos, em constante mudança (BOELEN, 2014; LINTON, BUDDS, 2014; GARNERO, 2018).

Em resumo, o ciclo hidrossocial é uma importante ferramenta analítica, utilizada neste estudo por possibilitar analisar, a partir das águas, as interações dialéticas entre práticas, relações sociais, sistemas de poder, cultura e mudança, e localizando-os em circunstâncias hidrológicas, políticas e tecnológicas que variam no tempo e espaço. Ao partir da concepção de que água não é só um elemento natural, já que sempre incorpora - e interfere em - circunstâncias sociais, culturais e políticas, apresentando sentidos diferentes para cada ator envolvido, essa abordagem visibiliza interesses e relações sociais subordinadas às relações de poder internalizadas nas águas.

Ao usar o conceito de ciclo hidrossocial no tempo-espaço surge o problema da escala. O recorte espacial deve considerar os costumes – ou seja: os diferentes relacionamentos entre sociedades e ambientes -, já que são dinâmicas as relações entre populações humanas que circularam e viveram na dependência de nascentes/ rios/ córregos e, igualmente, as relações que mantiveram e/ou mantêm com a natureza. Nesse sentido, rígidas divisões político-administrativas e limites físicos demarcados de bacias hidrográficas são insuficientes para delimitar este estudo, porque não representam necessariamente os diferentes costumes,

geralmente não guardam correspondência com estilos diversos de consumo e partilha. Além disso, processos socioeconômicos e redes de poder também extrapolam limites de espaços administrativos formalizados e considerados “naturais” (GARNERO, 2018).

Pesquisar a partir da perspectiva de ciclos hidrossociais possibilita analisar relações entre sociedades e águas, localizando o estudo no tempo e espaço. As relações encontradas são muito variadas e expressam distintos estilos de consumo, ontologias, culturas e percepções, bem como interesses e conflitos de poder. As águas recebem valores simbólicos que conectam tempo, espaço e sociedade. Mobilizam coletividades, constituem identidades, são essenciais para os manejos de bens e recursos comuns e fundamentam lutas pela organização e controle material e cultural dos territórios (BOELENS, 2014).

Águas e sociedades estão intimamente relacionadas. Distintas relações sociais interferem na produção de diferentes tipos de águas, assim como os variados tipos de águas podem resultar em distintas relações sociais. Há reciprocidade, ou seja, da mesma forma que a ação humana interfere na natureza, águas influem e moldam as sociedades. Em razão dessa relação de mútua constituição, ciclos hidrossociais são processos temporais e dinâmicos, passíveis de transformações (LINTON, BUDDS, 2014).

Nesse ponto, é importante a noção de territórios hidrossociais. Estes, são compreendidos como espaços de relações entre sociedades e águas, abrangendo aspectos naturais, sociais, culturais e políticos. A exemplo do que ocorre com a concepção de ciclo hidrossocial, que ressignifica o ciclo hidrológico, o termo “território hidrossocial” acrescenta ao tradicional conceito de território a necessidade de integrar águas às relações dos espaços com a sociedade, a cultura, a política, a tecnologia e a natureza (BOELENS, 2016).

Parte da premissa de que não se deve abordar as águas de um território unicamente pelas suas características biofísicas. É preciso reconhecer as diversas dimensões, conceber os territórios em uma relação recíproca e interdependente de construção e transformação com as águas, inclusive para legitimar ou desacreditar um modelo de gestão, compreendendo-se o confronto de perspectivas e projetos diferentes, bem como as motivações e os atores que visam implantar sistemas de controle das águas (BOELENS, 2016).

A territorialização das águas é importante para identificar culturas e sistemas de governança hídrica, de modo que a abordagem dos territórios hidrossociais torna possível analisar contextos temporal, político e cultural, bem como refletir sobre as interações entre águas, tecnologias, sociedades e natureza. Também possibilita compreender os processos que criam novos territórios hidrossociais ou transformam esses espaços, muitas vezes a partir de conflitos e negociação de interesses divergentes. Essa perspectiva indica que os conflitos por

recursos naturais são lutas territoriais, ou melhor: lutas pelos territórios hidrossociais, sendo que os distintos modelos de gerir águas apresentam resultados diferentes conforme visam alterar, incorporar ou reordenar os sistemas de controle das águas enraizados nos territórios (BOELENS, 2016).

2.4 Águas e culturas

Águas estão associadas aos costumes, às relações de poder e dominação, aos modos de vida, às ontologias, às crenças religiosas e a diversos fenômenos da vida cotidiana. Dessa forma, populações tradicionais e sociedades urbano-industriais atribuem valores distintos para as águas, manifestando diferentes percepções e normas culturais de trato e manejo (DIEGUES, 2007).

Diferentemente das sociedades urbano-industriais, nas quais a água singularizada é um bem de consumo desterritorializado, nas sociedades tradicionais as águas tendem a ser territorializadas, constituindo base de um modo de vida e conseqüentemente de identidades específicas. Igualmente, para sociedades tradicionais as águas costumam ter valores simbólicos e/ou sagrados, o que não se verifica nas sociedades urbanas contemporâneas. Nas sociedades tradicionais as águas são classificadas e as fontes hierarquizadas, conforme diversos critérios do conhecimento, sendo que a vida social, a produção e as atividades econômicas são organizadas em ciclos relacionados às águas (DIEGUES, 2007).

Escassez e abundância de recursos hídricos resultam das culturas que as sociedades desenvolvem sobre as águas. Culturas baseadas em consumo intensivo e desperdício podem criar escassez, mesmo em condições de abundância física do recurso. Culturas que conservam e respeitam águas, enquanto dons e dádivas, como sistemas tradicionais adaptados às condições climáticas e que demandam poucos recursos mecânicos para atender ao estilo de consumo, podem criar abundância a partir da escassez. Os estilos de consumo das águas se relacionam às esferas da política (SHIVA, 2006; DIEGUES, 2007).

As diferenças de concepção podem se tornar conflitivas, e destacar a natureza essencial da água e sua íntima relação com as identidades culturais. Boelens (2014) indica que a gestão e os usos das águas estão relacionados aos preceitos político-culturais das sociedades. Existem mitos e ritos associados às águas, como orar pela chuva em períodos de seca severa ou conceber a água como divindade, que constituem simbologias locais fundantes da identidade. A simbologia, os discursos e as práticas sobre as águas costumam ser instrumentalizados pelo capital e pelo Estado para criar poder, mas também são usados como recursos para resistência

(SHIVA, 2006; BOELEN, 2014). É da tensão entre esses dois polos que emergem os conflitos que fundamentam o conceito de territórios hidrossociais.

No Brasil, embora tenha prosperado a percepção de que os recursos naturais fossem ilimitados, populações indígenas e comunidades tradicionais sempre atentaram para a regulação dos usos e consumo da natureza, indicando que existem distintas formas de se relacionar com águas. Populações rurais tradicionais têm vasto conhecimento sobre a natureza, seus recursos e possibilidades de conservação; interagem de forma específica com o meio, classificam as águas e hierarquizam as fontes. Sentem a escassez não apenas pela ausência absoluta de águas, mas também pela falta qualitativa de águas, conforme os critérios locais e costumeiros. Se adaptam às dificuldades e adotam estratégias para enfrentar os períodos de seca, oportunidades em que os critérios de qualidade são relativizados e costumes redefinidos. A escassez de águas é questão de importância e percepção distintas para cada população, região e escala de consumo, porém é mais notada em sociedades rurais – consumidoras diretas -, que também são atingidas de forma muito específica (RIBEIRO, GALIZONI, 2013).

As transformações socioeconômicas e culturais que ocorreram desde o século XIX aumentaram o consumo de águas consideravelmente e impactaram diversas sociedades. Desde então, com disseminação de técnicas, urbanização e agricultura intensiva, muitas intervenções foram realizadas na natureza, intensificando as obras de engenharia hidráulica e controle das águas, conflitando com comunidades. O abastecimento urbano e o atendimento às demandas da agricultura foram priorizados por projetos de engenharia racionalizadores e rentáveis, que afetaram especialmente as sociedades tradicionais e os pobres rurais (SHIVA, 2006; WORSTER, 2008).

Sigaud (1992) realizou um estudo sobre a barragem de Sobradinho, construída para geração de energia hidrelétrica e, conseqüentemente, para desenvolvimento de infraestruturas que suportem a expansão econômica. A autora destacou que os efeitos deletérios variam conforme as relações das populações com os territórios, rios e águas, mas que as obras de engenharia hidráulica implantadas conduziam à inviabilização da reprodução dos modos de vida e das formas tradicionais de apropriação do território e dos recursos naturais, ou seja, alteram forçada e substancialmente as ontologias e modos de vida das sociedades afetadas.

A economia capitalista usa dos recursos naturais em um sistema produtivo danoso, que os devolve à natureza como lixo, o que é insustentável na perspectiva da durabilidade. Nesse ponto, Cavalcanti (2012) ressignifica o sentido comumente atribuído à sustentabilidade, ao apontar que crescimento econômico implica necessariamente em destruição do meio ambiente. O autor alerta, assim, que desenvolvimento ambientalmente sustentável seria possível, mas

crescimento desenfreado não, o que enseja a necessidade de o raciocínio econômico perceber a natureza e o ecossistema em que está inserido.

Esse padrão de consumo intensivo, no que tange à priorização do uso das águas para projetos de desenvolvimento em detrimento dos usos costumeiros, enseja discussões sobre as formas de apropriação e gestão dos recursos para se pensar em uma gerência integrada pautada na articulação de distintos modos de administrar e usar águas. Mostra-se necessário conhecer cada realidade para desenvolver um projeto voltado às suas necessidades (SHIVA, 2006; GALIZONI, 2013). Mas o que se observa é que as águas tem se tornado nas últimas décadas campo para aplicação de políticas neoliberais, com empresas se apropriando da produção e distribuição. O setor privado tem sido apresentado como a solução para os problemas de abastecimento e saneamento, expandindo negócios e acumulando direitos por meio do controle de fontes e serviços, que estão concentrados em poucas empresas multinacionais focadas em aumentar suas participações no mercado. Em nome do pressuposto de que a escassez de água fica atrelada à ausência de comércio, desde a segunda metade do século XX, o Banco Mundial e outras agências de fomento têm difundido tecnologias desastrosas de abastecimento, voltadas à privatização e aos mercados, resultando em agravamento do esgotamento de recursos e destruição ecológica (SHIVA, 2006; BERGE, 2011).

No Brasil, a percepção da escassez de águas foi acentuada com a modernização conservadora da agricultura. A revolução verde – expandindo as monoculturas e a irrigação – aumentou consideravelmente o consumo de recursos hídricos. Eucaliptais, distritos de irrigação e pecuária intensiva, exemplos de sistemas de produção orientados para o Semiárido, promoveram transformações econômicas, fundiárias, ambientais e culturais que impactaram não apenas a oferta de águas, mas também a organização das sociedades urbanas e rurais que precisaram (ou foram obrigadas) a se adaptarem à nova realidade produzida.

Essas mudanças funcionam como balizas físicas e marcos temporais para situar transformações nas culturas das águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Ao longo de quase dois séculos, viajantes e memorialistas registraram mudanças de percepção, de oferta e de uso que serão comentadas.

3 METODOLOGIA

3.1 Pressupostos teórico-metodológicos

A busca por perspectivas analíticas que conciliem a ciência natural e a humana, ou seja, que possibilitem uma dimensão ecológica das sociedades, tem crescido consideravelmente. O objetivo – e desafio – dessa busca é produzir estudos que consigam, de forma dialética, situar as sociedades humanas na natureza e dimensionar os efeitos do meio ambiente nas culturas ao longo do tempo e no espaço. Trata-se de superar a posição de passividade da natureza, para reconhecer sua força ativa, analisando sua inter-relação com as tecnologias, culturas, sociedades e estruturas de poder (WORSTER, 2008). Esse enfoque ecológico da sociedade norteou o estudo nesta dissertação.

Como ponto de partida, o esforço foi concentrado na elaboração de pressupostos teóricos-metodológicos que sustentassem o trabalho de pesquisa. Foram lidas e fichadas 53 obras que orientaram os estudos e os recortes temáticos, espaciais e temporais.

O resultado desse trabalho foi sintetizado na construção de quatro pressupostos teóricos-metodológicos, que foram detalhados no capítulo 2, quais sejam: I) adoção da perspectiva de análise que compreende a variabilidade temporal de relações, concepções e significados que permitem interpretar nas fontes de informação a diversidade das águas, dos seus usos e dos critérios de qualidade; II) observação das peculiaridades espaciais, vez que, além de se tornar possível territorializar as águas, as relações entre sociedades e águas variam espacialmente, conforme as características ambientais e acesso aos recursos naturais; III) estudo das relações interativas e de coprodução entre águas e sociedades, ou como denominam vários autores, das “relações hidrossociais”; IV) identificação das culturas das águas, que podem produzir escassez ou abundância, em quantidade ou qualidade, conforme os costumes, relações de poder, modos de vida, ontologias, estilos de consumo, formas de gerir águas e diversas outras representações culturais, intimamente relacionadas às simbologias constitutivas de identidades, considerando ainda fenômenos culturais e econômicos que impactaram as áreas estudadas. Esses quatro pressupostos constituem o fundamento teórico do presente estudo, por indicarem que diferentes épocas, territórios e culturas expressam distintas relações entre águas e sociedades, que podem ser estudadas por meio dos registros deixados no decorrer do tempo e espaço.

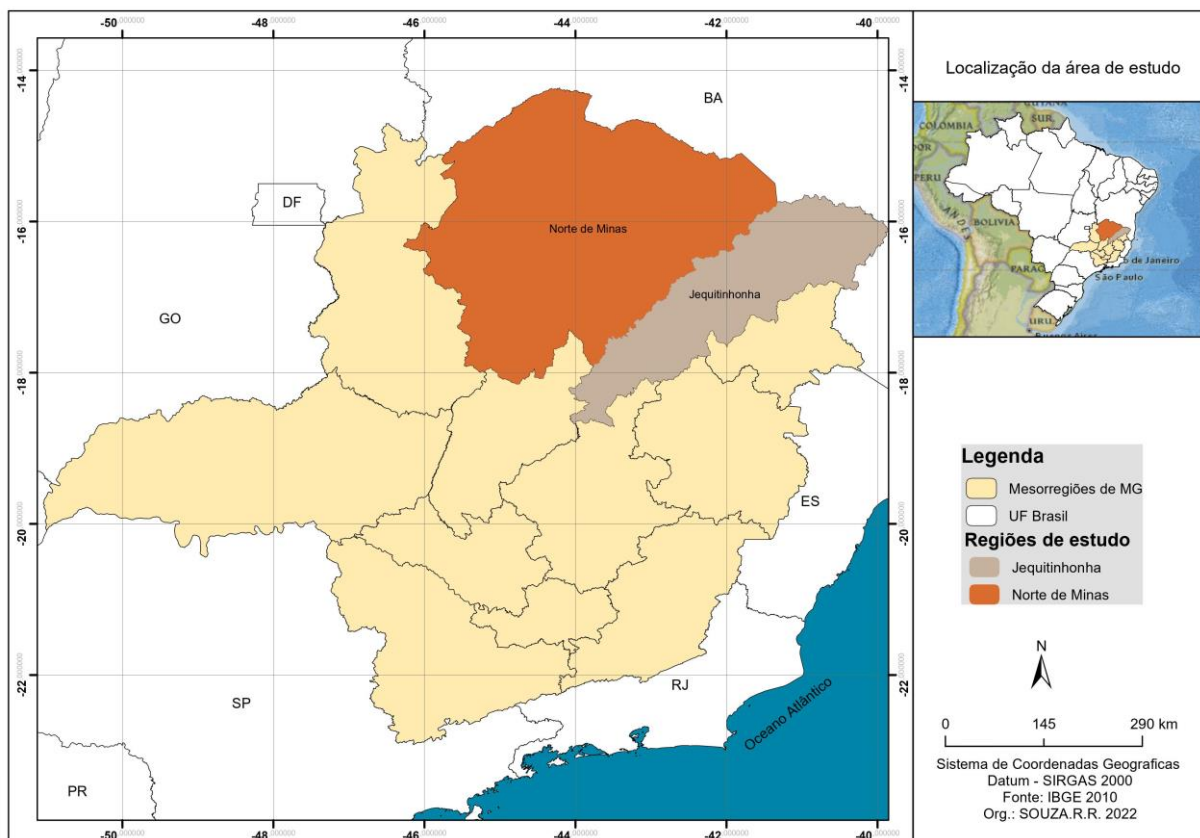
De acordo com Garnerio (2018), a definição dos recortes espacial e temporal deve permitir a compreensão dos diferentes processos relacionados às águas no correr das trajetórias de grupos diferentes. Seguindo esta perspectiva, o presente estudo analisa as relações interativas

entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, entre os séculos XIX e XX, observando a variabilidade temporal, territorial e cultural, a partir das obras estudadas.

O recorte espacial foi definido de acordo com os objetivos da pesquisa. Usou-se como base identidades próprias, culturas, políticas públicas adotadas, bem como critérios ambientais, climáticos e socioeconômicos. Estes mudaram muito ao longo dos tempos, mas permitem perceber territórios hidrossociais e relações entre sociedades e natureza, sem limitações injustificadas e independentemente das distintas classificações e divisões geográficas regionais realizadas em diferentes períodos por órgãos públicos, instituições e entidades. Ao mesmo tempo, continuidades territoriais, demográficas e políticas possibilitaram compreender fenômenos similares nas trajetórias regionais, a exemplo de mobilidade espacial.

O mapa a seguir mostra a localização aproximada da área estudada.

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Ressalte-se que nem todos os municípios do Jequitinhonha e Norte estão inseridos no Semiárido Legal¹, assim como existem municípios mineiros incluídos na delimitação legal do

¹ De acordo com a Portaria nº 80, de 27 de julho de 2021, do Gabinete da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Ministério do Desenvolvimento Regional, o Semiárido Legal é composto de 1.262 municípios, definidos com base nos seguintes critérios: I) Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm;

Semiárido que estão enquadrados em outras mesorregiões, como o Vale do Mucuri por exemplo, razão pela qual a expressão “Semiárido mineiro” se mostrou imprecisa para definir o objeto de estudo. Também não se mostrou adequado pautar a pesquisa pela última divisão geográfica regional do território nacional, instituída em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considerou principalmente a rede urbana e a hierarquia dos centros urbanos para separar o território em regiões geográficas intermediárias e imediatas, porque esta pesquisa abrange áreas urbanas e rurais, bem como dois séculos de análise, não podendo se guiar apenas pelas hierarquias urbanas contemporâneas.

Por sua vez, a divisão geográfica regional do IBGE, vigente entre 1989 e 2017, em mesorregiões e microrregiões considerou similaridades econômicas e sociais, a geografia, a articulação espacial e a produção econômica. Essa divisão foi adotada apenas para situar a pesquisa no espaço, facilitando a compreensão do leitor através dos termos de identificação das áreas (Jequitinhonha e Norte de Minas) e em relação aos municípios abrangidos no estudo, pois as delimitações foram selecionadas com o apoio do referencial teórico construído, pelo qual constatou-se semelhanças temporais, climáticas, ambientais e socioeconômicas entre as mesorregiões escolhidas.

Ambas as mesorregiões, consideradas entre as mais deprimidas de Minas Gerais, foram muitas vezes tratadas em conjunto, por vezes referidas na bibliografia pesquisada apenas como “Norte de Minas” ou “Sertão Mineiro”. Nesse contexto, apoiando-se na revisão de literatura apresentada no capítulo 2 desta dissertação, a abordagem escolhida e o recorte espacial selecionado permitem analisar de modo mais completo as relações entre sociedades, natureza, identidades, culturas e costumes.

O fato é que o espaço delimitado para a pesquisa variou muito em termos de denominação e amplitude ao longo do tempo, perdeu continuidades e polarizações, muitas vezes teve que ser arbitrariamente recortado. Dois exemplos: a área do rio Pardo, que no século XXI é parte do Norte de Minas Gerais, em fins do século XIX mantinha relações identitárias muito estreitas com o Sudoeste da Bahia e, principalmente, com o rio São Francisco; o “gerais de Januária” manteve em toda a segunda metade do século XIX e até meados do século XX um trânsito intenso de população e negócios com os estados do Nordeste e raros contatos com a área do rio Verde Grande.

Considerando essas e outras especificidades, o recorte espacial usado neste trabalho tomou como limites flexíveis as seguintes linhas imaginárias: ao Sul, de Diamantina ao rio

II) Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e III) Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Jequitaiá a Pirapora; a Oeste, o rio Urucuaia, até as divisas com Goiás; a Norte, as divisas de Minas Gerais com a Bahia; a Leste toda a divisa do vale do Jequitinhonha com a Bahia e os vales dos rios Mucuri e Doce. Essa delimitação aproximada ainda sofre reparos pontuais ao longo do estudo, uma vez que os memorialistas se deslocaram, fizeram comparações e anotações que às vezes, por serem preciosas, foram incorporadas ao estudo.

As informações mais remotas sobre as relações entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas estão disponíveis nas obras de viajantes que visitaram as mesorregiões estudadas ainda no início do século XIX. Antes, a política de sigilo e as restrições da Coroa Portuguesa, cuidando de proteger as produções brasileiras e as áreas de mineração, dificultavam o acesso de estrangeiros ao país. Com o fim das guerras napoleônicas e a realização do Congresso de Viena, em 1814-1815, o Brasil passou a receber mais visitantes. Saint-Hilaire, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Johann Batist von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius e George Gardner e são alguns dos viajantes que fizeram expedições ainda na primeira metade do século XIX, publicando posteriormente suas anotações.

Portanto, o recorte temporal dos dois últimos séculos foi inicialmente escolhido em atenção à exequibilidade da pesquisa e à abrangência de um período considerável e necessário à compreensão da matéria estudada. Os limites temporais são, naturalmente, imprecisos. As informações iniciais sobre essa vasta região apareceram inicialmente em relatos de viajantes como Saint Hilaire, Spix e Martius, que fazem referências à segunda década do século XIX; esta literatura definiu o ponto de partida da coleta de informações, que, portanto, não se baseia num ano, mas em uma década.

Descrevendo a mesma região, para os fins do século XX existia já uma relativamente vasta literatura de memória, que em parte foi publicada nos primeiros anos do século XXI, no entanto fazendo referência muitas vezes a meados do século anterior, ou aos seus anos finais, que neste estudo foram considerados pontos terminais da investigação e análise. A partir do levantamento de bibliografia, o recorte selecionado se revelou adequado ainda em relação à disponibilidade de informações e registros para consulta, razão pela qual foi mantido.

3.2 Métodos e fontes de pesquisa

Considerando que o objetivo da pesquisa era conhecer e investigar relações entre águas e sociedades com base na bibliografia existente, não havendo intenção de generalização dos resultados encontrados, o método que proporcionou as bases lógicas da investigação foi o dialético, na medida em que propiciou a compreensão de processos, pontos em comum e

contradições do objeto da pesquisa, permitindo uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade (GIL, 2008). O método dialético baseia-se na percepção de que tudo se relaciona, transforma-se e produz contradições, de modo que a interpretação dos fenômenos demanda um estudo amplo de aspectos e conexões (PRODANOV, FREITAS, 2013), o que se revelou importante para o estudo, que compreende as várias dimensões das águas.

Na investigação, foi adotado como procedimento técnico o método comparativo. Para delinear-se o objeto de estudo foram empregados os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, explorando-se as informações encontradas (GIL, 2008).

Especificamente em relação às fontes de informação, o estudo se apoiou ainda no método de evidência documental apresentado por Brázdil *et al* (2018), pelo qual se torna possível investigar tendências e eventos climáticos passados a partir de diversas fontes, e não apenas com base em registros numéricos e documentos estatais – como costumeiramente é feito. O método torna possível a compreensão dos fenômenos climáticos e seus impactos associados ao longo do tempo a partir das informações contidas em fontes variadas, como anais, crônicas, relatos de memorialistas e diários, por exemplo, o que amplia consideravelmente qualquer abordagem temporal e possibilitou para esta pesquisa a análise das relações hidrossociais no decorrer do tempo, a partir dos registros e sinais que foram encontrados.

Apesar da amplitude de fontes que essa perspectiva oferece, para operacionalização da pesquisa, o foco se concentrou nos relatos de memorialistas e viajantes, que não raras vezes se apoiaram também em outras fontes para complemento das suas anotações, como diários e cartas. Além disso, foram consultados alguns trabalhos de cronistas e pesquisadores regionais. No entanto, memorialistas e viajantes coletavam informações a partir do contato direto, com registro de aspectos socioeconômicos e ambientais, do cotidiano, das vivências, do relacionamento com a natureza e das suas percepções. Evidentemente é uma fonte recheada de vieses; mas dada sua amplitude, se mostrou mais adequada para compreender as relações entre sociedades e águas.

Uma crítica recorrente aos relatos de memorialistas e viajantes é a subjetividade das observações. Entretanto, qualquer documento utilizado em pesquisas históricas tem certo grau de subjetividade (BOSI, 1979). Desse modo, lidar com essas fontes exige precauções semelhantes ao de qualquer estudo, como o cuidado de compreender os processos socioculturais de inserção do observador e das percepções apresentadas nas narrativas e a anotação da persistência de informações qualificadas. Tomando esses cuidados e usando esse procedimento, Sérgio Buarque de Holanda (1994) criou o estudo “Samaritanas do sertão”, a descrição das fontes de águas postas à disposição dos viajantes pelo Brasil interior.

Na verdade, nesses relatos, memorialistas e viajantes costumam mesmo se recusar à objetividade, pois integra as observações colhidas às próprias memórias. Conforme afirma Bosi (1979, p. 1), “os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido”, pois não há percepção isenta de lembrança.

Para localização das fontes, foram consultados os catálogos de literatura sobre Minas Gerais (Bibliotecas Mineirianas) que existem nas seguintes instituições: I) Acervo da Coleção Mineiriana da Biblioteca do Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM), em Belo Horizonte; II) Acervo da Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte; III) Acervo da Biblioteca Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho, do Centro Cultural Hermes de Paula, em Montes Claros; IV) Acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Montes Claros; e V) Acervo da Biblioteca do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Montes Claros.

A Biblioteca do ICAM revelou dispor do maior acervo bibliográfico, com mais de 14 mil títulos sobre Minas Gerais, e uma organização completa por título que vai até 2010, o que possibilitou uma definição abrangente do universo de busca, tomando como referência a produção de memorialistas e viajantes, as mesorregiões de pesquisa e o recorte temporal. Assim, uma primeira seleção de títulos foi feita a partir do Catálogo do ICAM, que permitiu construir uma relação de obras classificadas pela equipe que participou desta pesquisa como “regionais”, por abordarem os locais inseridos no recorte espacial do estudo. No decorrer da pesquisa, algumas outras obras regionais foram sendo encontradas nos demais acervos pesquisados, sendo em seguida incluídas no estudo.

Neste ponto, é importante registrar que a pesquisa que produziu esta dissertação foi desenvolvida por um grupo de 5 pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (Núcleo PPJ), da UFMG. O Anexo 1 relaciona os pesquisadores e suas respectivas contribuições ao estudo. A equipe localizou, leu e fichou obras dos acervos citados, tomando como referência o acervo do ICAM, mas obtendo as obras selecionadas também dos demais acervos.

As obras raras foram lidas diretamente nas bibliotecas, principalmente no ICAM, tendo em vista a impossibilidade de retirada dos livros do acervo. Alguns títulos de domínio público foram encontrados em formato PDF na internet. As demais obras foram localizadas em acervos pessoais dos pesquisadores, emprestadas pelas bibliotecas supramencionadas ou adquiridas.

As leituras foram orientadas pelas referências às águas: bebidas, paisagens, rios, nascentes, banhos e fontes. Todas essas referências foram captadas, identificadas em passagens dos livros consultados.

Sabendo que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1979, p. 3), que pode estar condicionada aos interesses sociais do sujeito que faz o registro, foram lidas todas as obras de viajantes que cruzaram essas regiões e memorialistas que nelas viveram. Foi analisado um extenso número de livros, com objetivo de evitar aleatoriedades e imprecisões. No total, foram lidas 145 obras “regionais”. As leituras foram orientadas prioritariamente pelos objetivos da pesquisa. Das memórias sobre as brincadeiras à beira do rio aos relatos de concepções sobre águas, clima e natureza, todos os registros relacionados aos temas do estudo encontrados nas obras lidas foram inseridos nas fichas.

Para organização das citações copiadas, foi desenvolvido um modelo de ficha (Anexo 2), que contém o número que a identifica; o pesquisador responsável; a referência completa; a biblioteca de depósito da obra; o número de referência do livro no Catálogo do ICAM; a referência no catálogo da biblioteca a que a obra pertence; um resumo geral do texto; uma apreciação resumida do pesquisador sobre a leitura, campo no qual eram inseridas observações adicionais; o período de referência, ou seja, a época contemplada pelo livro; a região, município ou local de referência; e as citações acompanhadas da indicação das páginas.

3.3 Classificação da bibliografia

As citações selecionadas renderam 120 fichas, sistematizadas em 495 páginas de conteúdo. Cada leitura de obra “temática”, isto é, que comenta os assuntos estudados e fornece informações para a pesquisa, correspondia a uma ficha, de modo que se dois pesquisadores distintos lessem o mesmo livro, duas fichas separadas seriam criadas, evitando o desperdício ou a confusão de impressões e análises.

Ainda assim, o número de fichas (120) é inferior ao de obras lidas (145), pois 36 livros, cerca de 25% do conjunto lido, não fazem qualquer menção ao assunto águas. Em alguns casos, palavras-chave apareciam em figuras de linguagem ou em metáforas, sem qualquer observação prática, registro da memória ou informação. Nesses casos, tendo em vista a ausência de informações relevantes para o estudo, essas obras, embora integralmente lidas, foram classificadas como “não temáticas” e, por conseguinte, não foram fichadas, pois não havia nada a ser transcrito.

Ao total foram 109 obras utilizadas como fontes: 76 de memorialistas, 18 de viajantes, 12 de cronistas e 03 de historiadores. Foram classificadas as obras ao invés dos autores para evitar possíveis confusões do leitor, já que existem escritores que produziram mais de um livro. Conforme se observa, o maior número de fontes está concentrado nos relatos de memorialistas (70%) e de viajantes (17%). Por ocasião da análise das obras, verificou-se que 12 livros (11%) se enquadrariam melhor em outra categoria, a de cronistas, que semelhante aos memorialistas, relatam de forma fragmentária aspectos e fatos do cotidiano. As três obras de historiadores - Abreu (1963), Machado (2002) e Neves (2008) -, foram lidas para complementação de contextos.

Das 109 obras, 91 foram escritas por homens, 16 por mulheres e 02 em coautoria por autores de ambos os sexos. Há evidente predominância do sexo masculino, responsável isoladamente por cerca de 83% das produções. O livro escrito por uma mulher com publicação mais antiga entre as versões lidas é “Minha vida de Menina: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século”, de Helena Morley, que embora tenha se originado de diário escrito entre 1893 e 1895 em Diamantina, foi publicado quase cinquenta anos depois, em 1942. Não foi encontrado nenhum relato de viajante mulher.

Apenas duas obras foram escritas em coautoria por homens e mulheres. São elas: “Brejo das almas”, de Olyntho da Silveira e Ivonne de Oliveira Silveira (1962), que retrata as lembranças dos memorialistas de Francisco Sá das décadas de 1910 a 1960, e “Grão Mogol”, de Jorge Lasmar e Terezinha Vasques (2005), que aborda Grão Mogol nas recordações dos autores.

No total, foram fichados 43 livros sobre o Jequitinhonha e 75 sobre o Norte de Minas; 02 deles abordam ainda outras regiões. O total excede o número de livros “temáticos” lidos porque 11 obras abordam as duas mesorregiões. As duas obras da categoria “outra” - Cardoso (1967) e Neves (2008) -, transitam pelo Norte de Minas, mas se referem a áreas de divisa e a locais próximos ao recorte de estudo, razão pela qual foram lidas e fichadas, tendo em vista a contribuição para compreender práticas comuns e contextos de acontecimentos relatados por memorialistas, viajantes e cronistas.

Alguns locais se destacaram por concentrar um maior número de informações, conforme evidencia o Quadro 01. A relação destaca os locais com duas ou mais obras específicas. Contudo, outros livros do acervo pesquisado também abordam esses lugares em conjunto com outros.

QUADRO 01 – Locais com maior concentração de obras consultadas, Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais

Local	Número de obras referidas ao local
Montes Claros (Norte)	17
Diamantina (Jequitinhonha)	05
Rio Pardo (Norte)	04
Turmalina (Jequitinhonha)	04
Araçuaí (Jequitinhonha)	03
Francisco Sá (Norte)	03
Januária (Norte)	03
Medina (Jequitinhonha)	03
Minas Novas (Jequitinhonha)	03
Bocaiuva (Norte)	02
Coração de Jesus (Norte)	02
Espinosa (Norte)	02
Grão Mogol (Norte)	02
Salinas (Norte)	02
Serro (Jequitinhonha)	02

Fonte: Elaborado pelos autores.

Buscou-se manter o equilíbrio, inclusive com formação da lista de referências a partir do Catálogo da Biblioteca do ICAM, que fica em Belo Horizonte, com seleção de todos os livros “regionais”. Não obstante, o Norte de Minas (69%), maior em extensão territorial e número de municípios que o Jequitinhonha, alavancado por Montes Claros, que é o centro de cerca de 16% do total de obras “temáticas”, revelou produzir um maior número de textos.

A abordagem gravita em torno do urbano em 40 das obras fichadas; ambos, rural e urbano, foram objetos de atenção de 61 obras, e exclusivamente o rural recebeu atenção de 8 obras. Como se pode notar, a maior parte dos livros (56%) compreende ambos os setores de referência. Entre as obras especializadas, o setor rural (7%) é inferior em relação ao urbano (37%), o que indica também uma dificuldade do conhecimento escrito em captar os relatos e memórias do cotidiano rural, muitas vezes replicados oralmente.

A Tabela 01, em seguida, demonstra a classificação das obras pelos períodos de referência, em relação às naturezas das origens dos livros.

TABELA 01 – Obras por período relacionado ao tipo de autor(a)

Tipo de autor(a)	Primeira metade do século XIX	Segunda metade do século XIX	Primeira metade do século XX	Segunda metade do século XX	Outro
Memorialistas	27	37	57	46	0
Viajantes	7	6	5	0	0
Cronistas	2	2	7	4	0
Historiadores	2	2	0	0	1
Total	38	47	69	50	1
Total em porcentagem	18,5%	22,9%	33,7%	24,4%	0,5%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Período de referência é aquele compreendido pela obra e não a data em que ela foi publicada. Ao analisar os dados, se observa que a soma dos totais, que constitui inclusive a base de cálculo para os percentuais, excede o número de livros “temáticos” que foram lidos (109). Isso ocorre porque 48 obras abordam mais de um período, razão pela qual foram contabilizadas em diferentes recortes temporais. Ademais, a título de esclarecimento, consta na coluna “outro” o livro “Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil”, de Abreu (1963), pois o seu período de referência são os séculos XVII e XVIII. Apesar de a princípio estar fora do recorte temporal, trata-se de obra que contém uma descrição do Jequitinhonha que valoriza as águas na mineração, além de apresentar outras informações e contextos importantes, razão pela qual foi lida e fichada.

Há um certo equilíbrio entre os períodos, pois as diferenças de um cinquentenário para o seguinte não excedem os 10%. A maioria dos relatos de viajantes faz referência à primeira metade do século XIX, mas o número decai progressivamente nos períodos seguintes, sendo que nos últimos cinquenta anos de análise não foi encontrada nenhuma obra dessa natureza. Outro lado, a primeira metade do século XX reúne o maior número de obras, concentrando a maioria dos memorialistas e cronistas. O século XIX dispõe de menos obras que o século XX, o que inclusive justifica a consulta às duas obras de historiadores que abordaram acontecimentos desses primeiros cem anos sob análise.

A Tabela 02, adiante, classifica as obras por mesorregião, em relação ao período de referência.

TABELA 02 – Distribuição das obras por mesorregião em relação ao período de referência

Período	Jequitinhonha	Norte de Minas	Outra mesorregião
Primeira metade do século XIX	16	28	1
Segunda metade do século XIX	17	32	1
Primeira metade do século XX	21	50	1
Segunda metade do século XX	18	33	0
Outro período	1	1	0
Total	73	144	3

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim como ocorreu na Tabela 01, na Tabela 02 os totais excedem o número de livros “temáticos” lidos, pois 11 (onze) obras abordam as duas mesorregiões e, como visto, 48 (quarenta e oito) obras abrangem mais de um período. Em ambas as mesorregiões, a primeira metade do século XX contempla a maior produção, enquanto a primeira metade do século XIX inspirou o menor número de obras. Os recortes espacial e temporal foram suficientemente

contemplados pela pesquisa. Observando os dados da Tabela 02, tomando por base o número total de obras “temáticas” lidas e fichadas (109) e considerando as duas mesorregiões, nota-se que a primeira metade do século XIX foi período de referência para aproximadamente 40% do acervo pesquisado; a segunda metade do século XIX foi abrangida por cerca de 45%; a primeira metade do século XX está representada em torno de 65%; e, por fim, 47% das obras tratam de acontecimentos da segunda metade do século XX. Outro lado, de forma específica, os cinquentenários de cada mesorregião isoladamente foram contemplados por ao menos 15% do total das obras “temáticas”.

3.4 Construção da dissertação

Com as fichas elaboradas, na etapa seguinte, o material foi integralmente lido e analisado pelo grupo de pesquisadores, o que resultou na seleção de 12 (doze) categorias que apareciam recorrentemente nas fichas, quais sejam: águas e espaço; águas, culturas e costumes; águas e saúde; águas e socioeconomia; águas no urbano; águas no rural; águas e alimento; secas; águas e poder; águas e construção de identidades de gênero; ecologia das águas; e águas através dos tempos. Cada categoria compôs um grupo de subtemas e era separada das demais em um arquivo próprio e específico.

Assim, cada citação, individualmente considerada, foi classificada conforme o assunto que abordava e inserida no respectivo subtema de cada categoria, ou em mais de um arquivo, quando tratava de dois ou mais temas ao mesmo tempo. Essas categorias de análise foram sendo revistas à medida em que se explorava o conteúdo das fichas. Ao término dessas etapas, os trechos fichados, devidamente acompanhados de suas referências, ficaram agrupados nos subtemas que integraram as 12 categorias supramencionadas.

Após as etapas de seleção da bibliografia, leitura, fichamento, análise do material, definição das categorias e subtemas de recorte e classificação das citações inseridas nas fichas, passou-se à redação desta dissertação. Para tanto, buscou-se analisar os conteúdos das fichas e todas as informações classificadas, organizando as citações já agrupadas por tema em épocas de referência, confrontando os relatos, investigando as observações, afastando percepções que eram evidentemente referidas a casos isolados, identificando os lugares com mais ou menos narrativas registradas e ponderando as características das obras e as perspectivas dos autores, incluindo nacionalidade, período da observação e produção dos textos.

Ainda nos processos de construção e revisão da dissertação, alguns temas e subtemas foram unificados, assim como se optou por resumir algumas categorias e pulverizar os assuntos

de outras, para melhor apresentação das sínteses. Dessa interação surgiram os resultados apresentados nos capítulos seguintes.

4 ÁGUAS, CULTURAS, COSTUMES

4.1 Diferentes águas

As sociedades tradicionais do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais desenvolveram e transmitiram ricos conhecimentos locais sobre a natureza e os recursos dos diversos territórios. Foram criados sistemas classificatórios, muitas vezes válidos apenas para um local, que ponderavam as diferentes propriedades das águas para orientar os distintos usos. Sistemas locais de previsão do tempo foram criados e aprimorados, auxiliando na produção. Regimes de conhecimento e procedimentos de cuidado com as águas foram desenvolvidos, estabelecendo preceitos, normas e técnicas de conservação. Esse conjunto de saberes e normas costumeiras conduziram à adaptação social do uso dos recursos naturais, originando culturas das águas próprias, localizadas e específicas, que foram registradas por memorialistas e viajantes.

O plural contido em “águas” é proposital. Há multiplicidade de significados, classificações e simbologias relacionadas às águas, que dependem das relações entre sociedades e natureza. Viajantes e memorialistas descreveram classificações e diferenciações feitas por moradores, ou registraram observações próprias a respeito das características das águas. Essas anotações foram feitas de maneira assistemática e pontual; porém, analisadas em conjunto revelam um rico conhecimento sobre as fontes naturais e variadas avaliações de qualidade das águas, que ultrapassam as limitações contemporâneas de aferição de salubridade e que orientam os diferentes usos.

Os registros mais antigos, do século XIX, já indicavam a diferenciação das águas para verificação da qualidade. Casal (1976), na primeira corografia impressa do Brasil, publicada inicialmente em 1817, usava os termos “cristalina”, “leve” e “excelente” para descrever distintas águas de diferentes rios. Saint-Hilaire (2004) observou em sua expedição de 1818 que as águas de Diamantina fornecidas por pequenas fontes nascidas da montanha, eram excelentes; no entanto, aquela proveniente do rio das Pedras não era de boa qualidade, servindo apenas para lavagem de roupa e irrigação de jardim. Na década de 1830, Mattos (1981) recomendou ao viajante cuidados com as águas impróprias.

Gardner (1975), na década de 1830, além de perceber a mesma boa qualidade nas nascentes de Diamantina, ressaltou as características que qualificavam uma boa água para consumo humano. Lamentando a dificuldade em obtê-la no percurso que fazia por Minas Gerais, o viajante conta que encontrou no trajeto pequenas correntes de águas “claras”, “frescas” e “deliciosas”, associando qualidade às fontes menores.

Já na segunda metade do século XIX, precisamente na década de 1860, Burton (1977) analisou os rios dos territórios que explorava pelo Jequitinhonha e Norte de Minas. Para o viajante, o rio das Velhas tinha águas “escuras”, “sujas” e com cheiro desagradável, mas os canoieiros afirmavam que as águas estavam “cristalinas” em comparação com a época das chuvas, período em que ficavam da “cor de sangue”, segundo o autor em razão das lavagens de minérios nas cabeceiras do rio. O viajante comparou diferentes águas para mostrar as distintas e variadas características, mesclando percepções próprias com informações coletadas dos moradores. Assim, embora a água do rio São Francisco em Pirapora fosse “verde” e “transparente”, “quando bebida, dizem que é mais ‘pesada’ que a do Rio das Velhas” (BURTON, 1977, p. 168). Os barqueiros elogiavam a água do rio Paracatu de Seis Dedos como “boa”, mas consideravam a do rio Verde Grande “suja”, “lamacenta”, “pesada” e “salgada”.

Por volta de 1875, uma década depois da viagem de Burton, Wells (1995) – certamente o viajante que mais fez referências às águas e às suas qualidades - temia e rejeitava as águas “estagnadas” e “pretas”, sobretudo se cheias de materiais vegetais em decomposição. O engenheiro, que descreveu as características das águas das diferentes fontes que encontrava, relatando a cor, a limpidez, o cheiro, o sabor e a viscosidade, defendia que para a água ser apropriada ao consumo, devia ser límpida e corrente. Assim, criticava o uso indistinto de água ruim para cozinhar, beber e lavar, ordenava aos trabalhadores que contratava que buscassem águas de qualidade em nascentes, e observava se eles levavam nas viagens cabaças de água “boa”, para não ser necessário recorrer a fontes suspeitas.

No final dessa mesma década de 1870, Sampaio (1937) observou que as águas do rio Carinhanha eram “turvas”, “cor de café”, “menos impuras” e “menos saborosas” que as do rio São Francisco.

Já no início do século XX, Neves (1908a), memorialista que escreveu sobre Monte Azul, então Boa Vista do Tremedal, registrou as características das águas de vários rios, ribeirões e nascentes. O rio Verde Grande tinha água “calcárea”, mas “límpida” e “cristalina”. O Viamão, em Mato Verde, era dotado de água “doce e límpida”, enquanto o Sucuriu (ou da Galinha) era “agradável ao paladar”. O rio Tremedal era provido normalmente de águas “claras”, embora ficassem “barrentas” nos tempos de chuvas. Diferentemente do rio Guará, no córrego da Manga corriam águas “claras”, mas de “aspecto sulfúrico”. Apesar das diferenças, Neves (1908a) acreditava que as águas correntes de todos os rios e córregos de Monte Azul eram “potáveis”, mas algumas melhores que outras. O conceito de “potável” foi usado pelo autor para qualificar água para consumo humano, em oposição àquela não indicada e de qualidade mais baixa. Já aquelas obtidas de cacimbas e cisternas, águas paradas, tinham sabor e odor desagradáveis,

sendo insalubres e, portanto, de acordo com o autor, pouco aconselháveis para consumo humano.

Vianna (1916), escritor da segunda década do século XX, esclareceu que as águas do rio Serra Branca, na região de Rio Pardo, apesar de “negras”, não eram desagradáveis ao paladar. O rio Pardo era denominado “das Urinas”, justamente em razão da cor amarelada das suas águas (GOMES, 1987; COTRIM, 2000; PIRES, 2001). Maia (1936), viajante de 1917, ressaltou que as águas do Jequitinhonha eram “agradáveis ao paladar”, “inodoras” e geralmente “claras”, embora transportassem “substâncias salitrosas”.

Pouco tempo depois, Silveira (1929) publicou seus registros sobre as múltiplas propriedades das águas: enquanto Montes Claros era abastecida de “doces” águas fornecidas pelo rio Pacuí, Francisco Sá (então Brejo das Almas) e outros lugares vizinhos só eram providos de águas “salobras” (com gosto salgado). Assim, lugares próximos poderiam produzir águas com sabores e qualidades completamente diferentes, de acordo com as fontes usadas para o abastecimento. Para o mesmo autor, em outra obra, na região de Várzea da Palma, os leitos só tinham água corrente no período das chuvas, entre novembro e março. No restante dos meses, quando não estavam completamente secos, conservavam poucas poças de águas “esverdeadas” e “lodosas”, de aparência “pouco agradável”, que deviam ser destinadas à dessedentação de animais e às principais necessidades dos habitantes (SILVEIRA, 1923).

Ademais, Silveira (1923) registrou que a água do rio São Francisco era “potável” e considerada pelos habitantes “excelente para beber”, mas as águas de poços tubulares abertos em outros locais da bacia hidrográfica não conseguiam ter a mesma qualidade, pois eram “calcáreas” e “salgadas”. Silveira (1923) associou a qualidade das águas às características do solo, de modo que o calcário em abundância nos terrenos resultava em águas salgadas, que se tornariam potáveis caso fossem tratadas.

Na mesma época, Lima (1925), navegando pelo São Francisco, classificou a água do rio como “escura” e “terrosa”, mas apta para consumo caso passasse por filtração ou decantação. Diferentemente de Silveira (1923) que registrou a avaliação feita habitualmente por moradores da ribeira, Lima (1925) foi um viajante que anotou suas próprias percepções.

Montes Claros, que recebeu atenção de muitos memorialistas, tem uma crônica mais minuciosa, que revela facetas diferentes de avaliações de qualidade das águas. Silveira (1929) afirmava que poços abertos do “mercado para cima” forneciam água “doce”, mas aqueles abertos abaixo do mercado tinham água “salobra”. Em igual sentido, Vianna (1956) conta, em meados do século XX, que as águas das cisternas da cidade apresentavam características diferentes, e os moradores debatiam sobre quem tinha a água de melhor qualidade na época:

Quando ainda não havia “água encanada” em Montes Claros, viam-se os moradores da cidade obrigados a recorrer ao suspeito rio Vieira ou às cisternas, para obterem o precioso líquido. Em geral o Vieira era evitado pela população, pois neles desembocavam os esgotos da Santa Casa; pelas suas margens havia inúmeras cevas de porcos; em suas águas lavava-se a roupa caseira e eram atirados detritos de qualquer sorte. Por isso os habitantes ou tinham cisternas próprias ou conseguiam água por complacência dos vizinhos ou dos amigos que as possuíassem. Eram, favores que não se negavam. Mas, tanto havia cisternas que davam água boa, como as havia de água salobra, intragável. As de água fina tornavam-se famosas, valorizavam – e muito! – as propriedades dentro das quais se achassem e eram conhecidas por toda a cidade. Naquele tempo, a maior satisfação que se podia proporcionar a qualquer vivente que fosse proprietário na zona urbana, seria um elogio rasgado à sua cisterna, principalmente em uma reunião, na presença dos demais – o que dava ensejo a “dores de cotovêlo” entre os circunstantes, igualmente possuidores de “cisternas de água fina”. – A água da cacimba aqui de seu Brederodes é ótima. Para mim (não é por estar em sua presença!) é das melhores que existem na cidade. E seu Brederodes, está claro, corava de orgulho e de contentamento. Agradecia comovido e penhoradíssimo aquela super-gentileza e ficava devendo uma obrigação eterna ao autor da “puxada”. E, se por acaso tivesse um filho ainda pagão, era certo que convidaria aquele grande amigo para batizá-lo, tornando-se compadres. Mas o que causava estranheza na ocasião era que a água de um poço diferenciava extraordinariamente da de outro, até na mesma rua, sendo de um lado, boa – o que podia não acontecer com a que estivesse do lado oposto. Assim, por exemplo, reconhecia-se que a água da cacimba de seu Lindolfo Quinteiro era muito superior (nem havia termo de comparação) à da cisterna de Sá Chiquinha Batista. E, no entanto, seu Lindolfo morava onde reside hoje o dr. Maurício, enquanto a casa de Sá Chiquinha ficava do outro lado da rua, quase em frente, isto é, logo abaixo da atual pensão Guimarães. Todavia, a água mais gabada naquela época, era a da afamada cisterna da casa em que residia o coronel Américo Pio Dias, no cruzamento das ruas Lafayette e Juramento – esta posteriormente denominada coronel Antônio dos Anjos (VIANNA, 1956, p. 68 e 69).

Esse relato indica que as águas eram compartilhadas entre vizinhos e amigos, para suprir a ausência do líquido de boa qualidade, tendo em vista a poluição do rio Vieira. As águas das cisternas e dos poços eram diferentes, embora originadas de fontes espacialmente próximas e situadas no território de um mesmo lugar, às vezes na mesma rua. Águas “finas” eram reputadas e valorizadas, mas as “salobras”, por sua vez, eram desprezadas. As diferentes avaliações de qualidade, que abrangiam sabor e densidade, além de motivarem orgulho ou vergonha aos donos das fontes, orientavam os usos das águas e o consumo, refletindo critérios correntes de qualidade, e participavam da sociabilidade da população urbana montesclarenses.

Entretanto, na busca pelas águas de melhor qualidade, se considerava que rios com pedras preciosas costumavam prover águas bem avaliadas e muito desejadas – isto, quando não havia contaminação pela exploração mineral. Diamantina e Minas Novas, por exemplo, costumavam ser muito elogiadas pela qualidade das águas, a exemplo do que fez Saint-Hilaire (1975).

Na segunda metade do século XX, Pereira (1969) afirmou que o rio Jequitinhonha, tendo diamantes e sendo todo empedrado, fornecia água “clara”, “fina” e de bom aspecto, enquanto

o seu afluente Araçuaí, não tendo ouro ou diamantes, recebia outros cursos e, portanto, tinha água “lodosa” e de aparência “feia”. Grão Mogol, lembrado por sua importância na mineração, ficou conhecido por ter águas “cristalinas”, “límpidas”, “puras”, “saborosas”, “excelentes” e até “milagrosas”, embora o motivo da alta qualidade também esteja associada à ausência de infiltrações nas fontes e de pântanos no território (ESTEVEZ, 1961; LASMAR, VASQUES, 2005)².

4.2 Usos distintos

Se a percepção de boa qualidade orientava a utilização de certas águas para consumo humano em benefício da saúde, as concepções de poluição das águas orientavam as escolhas para distintos usos, pelo mesmo motivo.

Wells (1995), por exemplo, tratando do Norte de Minas Gerais na segunda metade do século XIX, notava que a identificação de água ruim estava associada principalmente ao seu aspecto e à predisposição para veicular doenças ou insetos transmissores de enfermidades.

Já no vale do rio Jequitinhonha, os registros sobre a poluição das águas são mais recentes e a associa mais à exploração mineral, sobretudo àquela realizada com dragas no final do século XX. A sujeira decorrente da mineração destruiu fontes, poluiu rios, nascentes e pequenos córregos, tornando as águas impróprias para consumo humano (RIBEIRO, 1988; COTRIM, 2000; PIRES, 2001; LOBO, 2003).

Mas, diferentes classificações de boa ou má qualidade orientam distintos usos. No Norte de Minas, Vianna (1916) lembra que as águas poluídas do rio Vieira em Montes Claros fertilizavam as plantas, mas não eram aplicadas no uso doméstico, enquanto Pereira (2004) lembra que em Januária as águas salgadas de cisternas serviam apenas para banhos e irrigação da produção, pois se bebia a água “doce” e de “sabor especial” do rio São Francisco. Também em Januária, Matos (1990) destacou que a água “clara” do Poço Verde era “gostosa”.

No Jequitinhonha, Lobo (2003) lembra da água saborosa de um riacho transparente em fazenda próxima a Felisburgo, então distrito de Joáima, que bebia na infância.

Os autores diferenciam uma água específica, apontando seu diferencial no paladar.

² O conhecimento tradicional de agricultores de Minas Gerais costuma associar, de modo inverso, a qualidade da água à terra em que brota; assim, terra de pior qualidade produz boas águas, terras férteis produzem águas de pior qualidade (GALIZONI, 2005). O comentário de Vianna (1956) confirma essa qualificação, pois o mercado de Montes Claros era situado numa meia-encosta que dividia o povoado entre o “campo” (terra alta e pouco fértil) e a “cultura” (terra baixa e muito fértil). Os rios produtivos em diamantes, referidos por Pereira (1969), drenavam vertentes pouco férteis da Serra Geral, que agricultores tradicionais consideram produtora de excelentes águas.

Na primeira metade do século XX, Silveira (1973) definiu as águas de Francisco Sá como excelentes. Cabral (1985b), que passou a morar no Norte de Minas Gerais na década de 1950, além de registrar a aparência, usou os termos “salobra” e “doce” para diferenciar o sabor das águas do município e, conseqüentemente, para indicar a água mais adequada ao consumo humano.

Viajantes, memorialistas e cronistas registraram características e múltiplas propriedades das águas. Os primeiros, costumavam observar os procedimentos costumeiros dos locais por onde passavam, anotando as diferenças que existiam entre a água de beber, vinda de pequenas nascentes, e aquelas usadas para outros fins, advinda de grandes rios. Assim, valorizavam e consideravam de boa qualidade as águas correntes, de cursos menores, claras/ transparentes. Geralmente, a água lamacenta, parada (não corrente), escura e com dejetos vegetais ou animais em decomposição era considerada imprópria. Memorialistas e cronistas replicam a dicotomia entre água boa-corrente e água ruim-parada, observando também a existência de usos diferentes para águas diversas.

As percepções de insalubridade se orientam pela origem, cor, limpidez, viscosidade, movimento (parada ou corrente), densidade, cheiro e presença ou ausência de dejetos. Há ainda diferentes percepções de poluição, como aquelas atribuídas às atividades domésticas, a exemplo de lavar roupas e vasilhas nos rios, à sujeira gerada pela exploração mineral e a proveniente de esgotos. Nesses casos, as águas deixam de servir a múltiplas finalidades e os usos ficam limitados. As várias propriedades das águas e as diferentes noções de poluição implicam também em distintos usos. Pode-se destinar por exemplo a água saborosa, boa e saudável para beber e a água impalatável, ruim e insalubre para dessedentação de animais, ou a água suja para irrigação e a limpa, mas salobra, para banho.

Águas de fontes distintas e extraídas por meios diferentes não apresentam as mesmas propriedades ou resultados em avaliações sensoriais de qualidade, tampouco são destinadas às mesmas finalidades. As classificações geralmente são localizadas e os critérios variam nas regiões, e até em fontes espacialmente próximas ou em um mesmo rio. Muitas vezes, observadores diferentes identificam características distintas de uma mesma água, pois as percepções variam conforme o sujeito, a estação e seu contato com o líquido.

Observou-se na bibliografia de memorialistas uma redução considerável de observações sobre as propriedades das águas a partir de meados do século XX, indicando a difusão da análise estritamente técnica de salubridade como critério de classificação das águas. Os registros passaram a ser mais raros e discretos. Mas a redução dos registros não significa que a pluralidade de propriedades das águas tenha perdido importância ou deixado de ser

reconhecida. Com o crescimento da curiosidade sobre a história ambiental a partir da década de 1980 (WORSTER, 2008), o interesse pelo assunto ressurgiu, e estudos do século XXI revelaram que no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais famílias rurais, que não dispõem de sistemas centralizados de abastecimento de água, continuam reconhecendo a pluralidade das águas e suas múltiplas características e usos, de modo que classificam e hierarquizam as fontes segundo o saber local.

Para agricultores familiares do Alto-Médio São Francisco e do Jequitinhonha, por exemplo, águas tem várias classificações de uso, pureza, qualidade, cor, finalidade, sabor, volume/tamanho, densidade/textura, fonte e outras. Não se identifica apenas água salubre e insalubre, ou pura e impura, mas sim águas finas ou grossas, leves ou pesadas, pequenas ou grandes, correntes/livres ou paradas/presas, dentre outros critérios de diferenciação. Considera-se que nascentes tem as melhores águas, enquanto as lagoas tem as piores, mas o sabor depende de vários fatores, como a cor do lodo (verde é bom sinal, mas amarelo significa água ruim) e o tipo de terra (água boa/terra ruim; água ruim/terra boa) por exemplo. Assim, sociedades rurais definem os usos e destinam águas distintas para finalidades diversas, como beber, cozinhar, lavar roupa ou irrigar a plantação, exatamente porque, como a população de povoados e vilas até meados do século XX, têm acesso às águas sem a mediação de agência, da engenharia ou do mercado (RIBEIRO, 2010; GALIZONI, 2013).

Assim, para cada finalidade tem uma água, e para cada água, há um uso específico. Mesmo com a padronização do abastecimento urbano após a canalização das águas, famílias rurais do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais seguem orientadas pelas classificações costumeiras. Na contramão da tendência de análise estritamente técnica a partir das impurezas e diferentemente do estilo urbano-industrial que generaliza, padroniza e nivela águas, esse conhecimento constitui um sistema cultural de avaliação qualitativa, particularização das situações, valorização e conservação das fontes, bem como de consumo racional e econômico das águas, que precisa ser notado e considerado em intervenções públicas na natureza e em políticas de abastecimento.

4.3 Técnicas

Sistemas locais de conhecimento não abrangem apenas usos distintos das diferentes águas. Compreendem também as concepções sobre a natureza, os preceitos e cuidados, os sistemas locais de previsão de clima, os calendários agrícolas e os regimes de conhecimento. Esse conjunto de saberes, bastante valorizado em grupos tradicionais, instrui as relações

hidrossociais, orientando o consumo doméstico de águas, a produção, alimentação, costumes e a organização das sociedades.

As comunidades humanas desenvolviam e aprimoravam seus próprios métodos artesanais para tornar as águas aptas ao consumo humano. Antes de tudo havia a seleção de fontes; mas em locais ou ocasiões nos quais não existia boa água, eram usadas técnicas específicas. Havia recomendação de filtração, decantação e adição de enxofre (SILVEIRA, 1923; LIMA, 1925; ESTEVES, 1961); no caso peculiar das águas consideradas impróprias do rio Doce, a recomendação era para ser armazenada por mais de vinte e quatro horas até clarificar e se livrar de lodo (MATTOS, 1981), ou ser purificada através de filtros de pedra suspensos (NEVES, 1908b; PEREIRA, 2004). Eram preceitos e cuidados nos usos das águas que integravam sistemas de conhecimento.

Esses mesmos cuidados orientaram a utilização de diferentes equipamentos para armazenar, transportar e beber águas. No século XIX, as águas de uso doméstico geralmente ficavam armazenadas em potes ou barris, dos quais eram tiradas com canecas. Os abastados costumavam usar canecas de cobre ou de prata de cabo comprido, como sinal da riqueza. Os aguadeiros, que distribuíam águas nos povoados, geralmente usavam potes ou latas para conduzir águas das fontes naturais até a moradia dos fregueses; nas viagens o transporte era feito em cabaças (MORLEY, 1973; D'ORBIGNY, 1976; MATTOS, 1981; SALLES, 1993; WELLS, 1995; PEREIRA, 2004).

No século seguinte, os preceitos se mantiveram. Lima (1925, p. 121) relata que os habitantes das margens do rio São Francisco gostavam de beber água numa caneca improvisada de folha de planta, pois “água apanhada na concha da mão não mata sede”. Cardoso (2007), em uma viagem de Várzea da Palma para Montes Claros, lembra que carregavam um chifre de boi, circundado por um aro de metal, usado para beber “águas boas” que fossem encontradas pelos caminhos. Na cozinha da casa da família da memorialista, águas eram guardadas em potes de barro, alguns com tampas de madeira: “Sobre um deles, uma caneca de folha-de-flandres, meio afunilada, dentada nas bordas, para impedir que se bebesse nela, servindo exclusivamente para tirar água dos potes” (CARDOSO, 2007, p. 71).

A experiência cotidiana da relação entre ser humano e natureza produziu um conhecimento acurado. Agricultores desenvolveram sistemas locais de previsão de chuvas que orientavam os calendários agrícolas de produção e a vida em sociedade.

No Jequitinhonha e Norte de Minas o ano é dividido em duas estações variáveis cuja duração se altera conforme o tempo e o lugar: a das chuvas, ou “águas”, ou “inverno” e a da

seca, que não coincidem com a classificação inverno, primavera, verão e outono, e se relacionam com modos de vida e atividades rurais (NEVES, 1908b).

Agricultores previam chuvas de acordo com sinais da natureza, como a observação de pássaros, plantas, insetos e a formação de nuvens, o que era importante para o planejamento produtivo das famílias.³ Ferreira (2006) lembra que um freguês da venda de seu pai em Várzea da Palma afirmava que as chuvas chegariam cedo por conta da floração antecipada da cagaita, e, portanto, o plantio deveria ser antecipado; observando o comportamento dos teiús, que se mudavam para os terrenos altos, concluía que seria ano de enchente, e por isso não se devia plantar nas vazantes. A observação do comportamento dos animais e das plantas indicavam quando e como seriam os períodos de chuvas, ajudando a organizar o trabalho, a produção e a vida.

Esses não são os únicos sinais emitidos pela natureza. Alguns agricultores se guiavam pela fase ou posição da lua, bem como pela visibilidade das constelações, que “desaparecem quando vão buscar chuva”. Outros adotavam “experiências” anuais, a exemplo das que são feitas nas noites de São João (24 de junho), quando se escreve numa folha de papel os nomes dos meses “das águas” (outubro a março) e se coloca em cima de cada mês pedrinhas de sal grosso, de modo que nos nomes em que o sal derreteu mais, choverá mais; onde o sal derreteu menos, choverá menos. “Experiência” semelhante é realizada nas datas das comemorações de São João a São Pedro: entre 24 e 29 de junho o dia em que ficar nublado ou com chuvisco representa sequencialmente os climas dos meses de outubro a março do ano seguinte, sendo que as chuvas se iniciam na primeira ou segunda quinzena respectivamente se o tempo ficar nublado pela manhã ou pela tarde. A própria chuva servia de sinal para o clima, sendo comum se acreditar que chuva no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, significava que o janeiro seguinte seria seco, assim como estiagem no dia mencionado representava um mês vindouro chuvoso (LISBOA, LISBOA, 1992, referente à Salinas; MIRANDA, 1997, a respeito de Taiobeiras; MENDES, 1999, sobre Mirabela; BALEEIRO, 2006, em relação a Gameleiras).

Para certas comunidades e locais, os anos e os meses já estavam predestinados a serem chuvosos ou secos conforme o número em que terminam ou as letras de seus nomes:

Devido a vivência dos moradores da região com a seca, existe um consenso que, de acordo com as observações de pessoas curiosas, cada ano da década, na conformidade do seu número, é produtivo, chuvoso ou de seca. Assim, de acordo com este raciocínio, os anos terminados em "1" e "0" são de fartura e abundância; o ano terminado em "2" é sadio e chuvoso; o ano "3" é seco; com mortalidade de gado, porém, com boas colheitas de algodão; o ano "4" é geralmente chuvoso, entretanto,

³ Sobre esse assunto, ver Galizoni, 2013.

com a continuação da mortalidade de gado; os anos "5" e "6" são de muita chuva, com enchentes, entretanto, com muita doença para as pessoas e os animais; o ano "7" é de muita mortandade de animais e é o ano das pragas, como gafanhoto, lagarta, cigarrinha, bicudo e de muito ataque pelos pássaros e animais, como tatus, lagartos e caítus que devoram as roças; o ano "8" é de chuvas fortes, grossas e acompanhadas de trovoadas; e o ano "9" é de seca, com pouca produção de cereais, no entanto, de clima muito sadio. [...] As mangas devem ser roçadas ou rebaixadas nos meses que não tenham a letra "r" no nome, ou seja, em maio, junho, julho e agosto, porque se a roçada for feita nos outros meses, a ramagem sairá com mais força e a pessoa terá prejuízo com os gastos com sua conservação (MIRANDA, 1997, p. 115 e 116).

Como se observa, é um método cíclico de analisar o clima, que possibilita planejamentos a médio e longo prazo, dá previsibilidade para o agricultor. É fundamentado na “vivência” e nas “observações”. Assim, se sabe quando cuidar da terra, plantar, proteger a produção, colher, armazenar o excedente da colheita farta e se preparar para anos de escassez. Esse método foi admiravelmente sistematizado pelo memorialista Antonino Silva Neves (1919), que concebeu a necessidade de planejamento por períodos de décadas, que abrangessem anos bons e maus de chuva, com gestão integrada das águas e das secas, das safras e das perdas.

Essas previsões climáticas orientavam as escolhas de como, quando e o que se planta e se colhe, bem como a rotina de trabalho e de convívio em grupo de famílias rurais do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais.

O conhecimento local sobre as águas e chuvas fundavam a própria dinâmica da vida nessas comunidades rurais. Quando os sinais não funcionavam, sobretudo em períodos prolongados de seca, as mudanças no ciclo das águas notadas pelos agricultores acentuavam a percepção da escassez, interferindo na rotina. As mudanças no clima impactavam negativamente na produção e conseqüentemente na alimentação, com a redução da produção ou até mesmo com a impossibilidade de se cultivar certas lavouras (NEVES, 1908b; NEVES, 1919; MIRANDA, 1997; MENDES, 1999).

4.4 Águas e povoamento

A distribuição das águas era um dado fundamental para o assentamento de população. A disposição de moradias no espaço guarda relação com o acesso às fontes de águas de qualidade, muitas das quais também se revelam importantes marcos de identificação e delimitação de territórios. Povoados se formaram a partir de ajuntamentos em torno de rios, brejos ou córregos, sendo que as propriedades das águas sempre foram fatores importante na decisão. Viajantes, missionários, exploradores e migrantes, quando não se deslocavam pelos próprios rios, repousavam ou escolhiam permanecer em lugares próximos às boas águas. Por

outro lado, a falta de qualidade sempre foi uma dificuldade para o povoamento de espaços, conforme relatou Saint-Hilaire (1975), por exemplo, a respeito do povoado de Piedade, que já tendo cerca de 60 (sessenta) anos em 1817, sofria com a escassez, até conseguir o desvio de uma corrente de água para o local, e a partir daí se tornou possível o povoamento.

No Norte de Minas Gerais, quando os viajantes se distanciavam de grandes rios nas expedições por terra, pequenos cursos de águas eram valorizados, sendo fontes que ofereciam águas de qualidade e condições confortáveis, e destacados como pontos de parada e descanso. Foi o que ocorreu em Mirabela, no final do século XIX, onde vaqueiros, tropeiros, ciganos, carreiros e cavaleiros escolhiam repousar nesse local em razão da boa água (MENDES, 1999).

Brasília de Minas, então Arraial de Contendas, foi descrita em 1875 por Wells (1995, p. 299) como “um pequeno povoado”, no qual “as casas eram construídas no alto de um morro redondo, quase cercado por um riacho que corria em sua base”, transmitindo a ideia de que as moradias foram edificadas no centro da fonte de água “pequena”, costumeiramente avaliada como de qualidade. O mesmo ocorria em áreas rurais, nas quais as moradias conservam o hábito de ter os fundos voltados para águas que abasteciam os moradores e as criações (NEVES, 2008).

Vários topônimos atribuídos aos municípios indicam a importância da qualidade das águas para o povoamento do território norte-mineiro, bem como dos terrenos alagados para abastecimento alimentar. Brejo do Salgado e Brejo do Amparo foram os primeiros nomes de Januária, pois o então povoado continha terrenos alagados com águas “cristalinas” de gosto “salgado”, propícias à criação de gado e à plantação de cana de açúcar. Foi o aproveitamento dessas águas e pântanos na produção que impulsionou a lavoura e o povoamento do local (MATOS, 1990; PEREIRA, 2004). Sampaio (1937) viajando pela região em 1879, menos de duas décadas depois da elevação do povoado à condição de cidade, e Proença (1944), viajante da primeira metade do século XX, notaram a existência de terrenos alagadiços, férteis e bem lavrados, com plantações à margem da estrada que revelavam a qualidade do solo, confirmando, de fato, a importância da utilização dessas áreas inundadas na produção de alimentos. Brejo das Almas (Francisco Sá), Pirapora (lugar que o peixe pula, em tupi) e Várzea da Palma são outros exemplos de locais que receberam topônimos que ressaltaram a importância das boas águas.

À beira do rio São Francisco e de seus afluentes, considerados rios de boas águas, se formaram muitos povoados, a exemplo de São Francisco, Manga, Matias Cardoso, Januária e Pirapora (MATOS, 1990; PEREIRA, 2004). Comunidades também foram surgindo nos terrenos próximos ao rio Gortuba, curso de água com foz no rio Verde Grande, pois eram propícios ao abastecimento, à criação de gado e à lavoura, sobretudo sadios (PIRES, 1982; OLIVEIRA, 2008; BALEEIRO, 2006).

O povoamento de Montes Claros/MG é outro exemplo da importância das boas águas e do aproveitamento de terrenos à beira de cursos de águas para irrigação por inundação e produção de alimentos. O início do povoado se deu na Fazenda do Figueira, entre as cabeceiras dos rios Verde e Pacuí, afluentes do São Francisco, considerando as propriedades das águas, a fertilidade das terras, as baixadas salobras, e a utilização agrícola de várzeas e brejos formados a partir de córregos ou correntes de águas. Posteriormente, a sede da fazenda foi transferida para as margens do rio Vieira, em razão da alta contaminação por malária na beira do rio Verde. A primeira via que se formou no então povoado, a rua do Pedregulho, era muito próxima do rio Vieira, que franqueava acesso às suas consideradas boas águas na época (VIANNA, 1916; VIANNA, 1972; GRAÇA, 1986).

Cabral (1985b) destacou que os pequenos fazendeiros e sitiantes buscaram se instalar próximos às terras das culturas, irrigadas por águas que nutriam a terra. Assim, vários povoados se formaram em torno de brejos e vazantes com boas águas, terras férteis usadas com irrigação por inundação. Wells (1995), Sampaio (1937), Neves (1908a), Neves (1908b), Lima (1925), Miranda (1936) e Proença (1944), listados sequencialmente por ordem de período de referência, identificaram em diferentes períodos dos séculos XIX e XX a existência de vazantes alagadas em épocas de cheias, brejos permanentes e terras ou ilhas sazonalmente inundadas por cursos menores de água, que permitiam a agricultura de lameiro. As enchentes do rio São Francisco, notadamente, serviam para fertilização natural das suas margens e ilhas, pois suas águas carregavam matérias orgânicas que formavam camadas de húmus. Assim, antes das modificações nos regimes das águas causadas pela construção da barragem de Três Marias, as colheitas nas vazantes eram abundantes, o que atraía camponeses interessados em conciliar a agricultura e pesca, e eventualmente trabalho nas barcas (NEVES, 1998).

Topônimos de cidades do Norte de Minas Gerais costumam ser justificados também pela utilização dos cursos de águas para caracterização de territórios. As denominações não apenas identificam, como também costumam diferenciar os territórios pelas características de suas águas, o que auxiliou na distribuição e organização das sociedades pelo espaço ao longo do tempo. Rio Pardo de Minas, o referido rio de Ourinas (GOMES, 1987; COTRIM, 2000); Água Quente (Montezuma), onde existem fontes de águas termais (GOMES, 1987); e Olhos D'Água, assim denominado em razão da área dispor de várias nascentes pequenas (RIBEIRO, 1988). O mesmo ocorreu com nomes de distritos, ruas e terrenos (VIANNA, 1972; PEREIRA, 2004; NEVES, 2008; TUPINAMBÁ, 1988).

As primeiras moradias de Grão Mogol surgiram em torno de um trecho raso do leito de rio, no qual era realizada a exploração de diamantes, o que se justificava pelo trabalho de

mineração, mas também pela qualidade da água (LASMAR, VASQUES, 2005). Esteves (1961) utilizou um curso de água como marco de referência para a formação deste povoado antes de 1840; tomando o ribeirão do Inferno, curso com poucas águas, indicou que o espaço do arraial era dividido em duas partes: de um lado estavam as melhores casas, uma fonte de água considerada “pura” e “cristalina”, a capela e praticamente todo o comércio local; enquanto no outro lado, o chamado “Largo do Curral”, ficavam algumas casas comerciais e muitas vendas.

Também o povoamento do Jequitinhonha se associou às fontes de boas águas. No século XIX vários núcleos de população foram se formando às margens de cursos de águas que ofertavam boas condições para o abastecimento humano com águas de serras e chapadas, que, pela altitude, também serviam para as “águas tiradas” que regavam a agricultura nas terras de cultura (PEREIRA, 1969; SOL, 1981; SOUZA, 2004).

Mas o rio Jequitinhonha sempre despertou interesse por causa das águas ricas em minério, geralmente qualificadas como “cristalinas” e “puras”, de modo que o início da sua ocupação colonizadora data do século XVIII, quando foi feita a primeira descoberta de ouro, no Serro, que atraiu muitos garimpeiros interessados na exploração. Conseqüentemente, apesar de restrições da Coroa Portuguesa a respeito de quem poderia se estabelecer e minerar nas margens do Jequitinhonha, foram se instalando núcleos de mineiros nas áreas próximas, dando origem a vilas e povoados nos territórios que depois vieram a ser ocupados por cidades como Diamantina, Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas (SPIX, MARTIUS, 1981; CÉSAR JUNIOR, 1978; POEL, 1981; FREIRE, 2002).

Saint-Hilaire (1975), que passou por Curimataí, parte do distrito diamantino no final da década de 1810, destaca que corriam da montanha vários cursos de águas que introduziam umidade nas terras do povoado e forneciam meios para a irrigação. Pohl (1976) observou em sua expedição entre 1817 e 1821 que no território de Minas Novas raramente se avistava um povoado distante dos cursos de águas.

Na primeira década do século XX, Pereira (1969), tratando sobre Araçuaí, que então compreendia praticamente um terço de toda a bacia do rio Jequitinhonha, afirmou que o solo era desigual, pois os vales seriam férteis e úmidos e as chapadas estéreis e secas. Sol (1981), argumentando sobre o Baixo Jequitinhonha, anotou que a proximidade do litoral assegurava um regime de chuvas uniforme que permitia aproveitar a terra fértil e o subsolo rico.

Transportes fluviais de mercadorias e pessoas também foram importantes no crescimento da população no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Araçuaí, por exemplo, teve origem na beira do rio Jequitinhonha, na barra do afluente de mesmo nome da cidade, sendo que, na formação do povoado, teve importância o acesso as águas de qualidade e sua

posição estratégica como ponto final de percursos de barqueiros que faziam o transporte de mercadorias desde o litoral em Belmonte, na Bahia. Januária, São Francisco, São Romão, Manga e Pirapora foram outros lugares beneficiados por suas posições estratégicas na navegação do rio São Francisco, o que motivou o desenvolvimento do comércio e o crescimento da população nesses locais (PARANAGUÁ, 1905; LIMA, 1925; PEREIRA, 1969; POEL, 1981; WELLS, 1995; NEVES, 1998; BALEEIRO, 2006).

Assim como ocorreu no Norte de Minas, topônimos de cidades do Jequitinhonha também se relacionam às características das águas: Cachoeira do Pajeú, que é o nome da pequena cachoeira do ribeirão que corta a cidade (LISBOA, LISBOA, 1992); Araçuaí, palavra indígena que significa rio dos pássaros grandes (PEREIRA, 1969); Jequitinhonha e Itinga, nomes traduzidos por Pereira (1969) respectivamente como jequi cheio de peixes e água branca ou rio branco.

Cabe ressaltar que muitos desses espaços na beira de rios já eram habitados por indígenas antes do povoamento colonizador (PEREIRA, 1969; MATOS, 1990; PEREIRA, 2004). Estes, privilegiavam ecótonos, encontros entre Cerrado e Caatinga, entre “gerais” e “brejos”, entre “campo” e “cultura”, com extraordinária biodiversidade e, portanto, abundância alimentar.

4.5 Ribeirinhos

Uma parte da população do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais se assentou nas beiras dos grandes rios. São populações ribeirinhas, por vezes referidas também como barranqueiras ou vazanteiras; são aquelas que vivem nas margens e/ou na dependência dos rios. Viajantes e memorialistas descreveram características dos grupos que encontravam ou conheciam, sendo este, inclusive, um dos principais objetivos de alguns, como Carvalho (1937) e Neves (1998) por exemplo. Em relação às mesorregiões estudadas, o rio São Francisco, juntamente com seus afluentes, é o maior e teve mais populações, concentrando a maioria das observações da bibliografia.

No recorte temporal analisado, o primeiro registro mais completo dos ribeirinhos do rio São Francisco e afluentes é da segunda metade do século XIX, quando Burton (1977) anotou os preceitos morais dos canoeiros. Colher frutas e verduras de plantações espontâneas em terrenos alheios era considerado um pecado perdoável, mas não se admitia o furto de alimentos em roças, ou seja, em áreas nas quais houve trabalho do dono para cultivar os produtos. O resultado do roçado que demandou esforços e empenho do dono era privado, mas os frutos

produzidos naturalmente sem intervenção humana direta, ainda que em terrenos particulares, eram bens coletivos, presentes da natureza.

Uma década depois, Wells (1995) descrevendo genericamente os povoados ribeirinhos, registrou outros detalhes. O que lhe chamou a atenção foram os barqueiros que transportavam mercadorias e passageiros. Mereceu destaque a barca de comerciante parada e “numerosas mulheres morenas e negras que pechinchavam com o mascate por um vestido de algodão, agulhas, fitas, xales vermelho-flamejantes ou azuis, etc.” (WELLS, 1995, p. 17).

Já no início do século XX, Lima (1925) destacou o caráter hospitaleiro dos habitantes das margens do rio São Francisco como uma qualidade geral dos ribeirinhos. Para o viajante, na beira do rio as pessoas tinham rostos “apagados” e “melancólicos”. O amor ao barranco do rio em que nasceu, contudo, inspirava a permanência no local e despertava as vocações para poeta e músico do barranqueiro. Outra paixão era a pescaria, que costumava prosseguir pela madrugada até o amanhecer do dia. Mas o elemento mais marcante do ribeirinho para Lima (1925) era mesmo a canoa, sem a qual ele não estaria completo, já que era a companheira de trabalho, de lazer e dos momentos de namoro nas noites de lua cheia. De qualquer forma, segundo afirma o autor, “a vida dos rios caudalosos esteve sempre ligada á dos povos que lhes habitam as barrancas (LIMA, 1925, p. 121)”.

Na década seguinte, Carvalho (1937) viajou um mês pelo rio São Francisco coletando elementos para compreender como viviam as populações ribeirinhas na época. O autor descreveu a circulação ativa de negócios na região, dando ênfase à criação de gado e à comercialização de sal, bem como aos modos de vida dos barranqueiros. Segundo o viajante, as pessoas viviam isoladas, em casas de pau a pique distantes umas das outras e sofrendo com a malária. Os principais alimentos eram a carne de sol, a abóbora, a farinha e os derivados, mas se plantava praticamente todos os alimentos necessários. Conseguiram renda com a prestação de serviços para viajantes e com a venda de lenha para os barcos a vapor. A pesca era para autoconsumo, dificilmente havia comercialização de peixes. A fé, a música e a reprodução de narrativas costumeiras marcavam os costumes dos barranqueiros. Os sábados eram dias vivos, em razão das feiras e do trânsito contínuo dos moradores que traziam seus produtos à cidade, para trocar por manufaturados (CARVALHO, 1937).

Proença (1944) observou que os ribeirinhos do rio São Francisco plantavam nas primeiras chuvas e, quando a terra estava “cansada”, queimavam o solo para preparar as produções seguintes. Excetuando a de algodão, as lavouras não eram grandes, geralmente feitas em pequenas roças.

Segundo Neves (1998), no século XX, o sustento dos barranqueiros no rio São Francisco era assegurado principalmente pela pesca e roça, em especial na agricultura de vazante, embora a canoa fosse também um importante instrumento de trabalho. Havia o comércio ambulante através das barcas, com a venda em domicílio. O excedente da produção para autoconsumo era comercializado nas feiras e mercados, em busca de recursos para compra de outros produtos, como sal, café, roupas e instrumentos de trabalho. Muitas vezes, após a plantação, a roça e a colheita ficavam sob a responsabilidade da mulher e dos filhos, enquanto o homem buscava trabalhar nas barcas.

A produção nos brejos e nas vazantes, o trabalho e as rotinas nas margens de rios, variavam conforme os períodos anuais de seca ou de chuva. No tempo da seca, as famílias de ribeirinhos se instalavam nas barrancas dos rios. Contudo, no período de chuva, em razão da cheia, tornava-se necessária a transferência de moradias para terrenos altos, até que a enchente perdesse sua força. Não era incomum que as famílias possuíssem duas casas, uma à beira do rio e outra distante na roça, entre as quais se alterava a rotina conforme as estações (LIMA, 1925; CARVALHO, 1937).

Porém, essa alternância não ocorria apenas por causa do nível de água no rio. No campo, a estação da seca era tempo para preparar o solo, inclusive com uso do fogo. Perto da chegada das chuvas, eram feitas as plantações, esperando as águas descerem do céu. Já no período das chuvas, as enchentes contribuía com a fertilização do solo das margens dos cursos de águas, uma vez que as correntezas carregavam materiais orgânicos propícios à nutrição vegetal. Dessa forma, quando as águas baixavam de nível, o ribeirinho plantava e intensificava a pesca nas vazantes. Esses processos, costumeiramente combinados para diferentes produções, foram mantidos, mas precisaram ser adaptados em razão de estiagens prolongadas e da construção de barragens que alteraram o regime das águas (NEVES, 1908b; VELOSO, 1974; NEVES, 1998; FERREIRA, 2006).

Em áreas de exploração mineral do Jequitinhonha, a ocupação à beira dos cursos de águas era controlada pela Monarquia Portuguesa até o século XIX, que só permitia a utilização desses terrenos marginais para determinados exploradores autorizados, que produzissem riquezas. Depois que acabaram as restrições da Coroa, a vida à beira desses rios era voltada ao garimpo (SPIX, MARTIUS, 1981; SANTOS, 1868; PIRES, 2001).

Assim como a agricultura, a mineração também era uma atividade afetada pelas estações. Garimpeiros organizavam o trabalho conforme os períodos de estiagem ou de chuva. “Em uma seca cercava-se o rio, preparava-se a cata, extraía-se o cascalho para lavar-se na estação das águas” (SANTOS, 1868, p. 228).

Apesar de considerado de difícil navegação, por ser empedrado e encachoeirado, o rio Jequitinhonha também serviu ao transporte fluvial (PEREIRA, 1969; SOL, 1981). Saint-Hilaire (1975) já tinha notado nas primeiras décadas do século XIX o trânsito na região de canoas carregadas de sal e outros produtos. Pouco tempo depois, Mawe (1944) destacou o comércio entre Rio de Janeiro e Minas Novas de vários produtos, bem como o transporte de escravizados nas embarcações. Existem registros de efetiva circulação de canoas com mercadorias entre 1830 e 1950 ao menos. Ribeirinhos atuavam como canoeiros, geralmente levando ao litoral alguns produtos desenvolvidos na região, tais como carne de sol, toucinho, porcos vivos e café, e de lá trazendo novidades e insumos escassos, como sal, querosene e fósforos. Embora tenha novamente sido impulsionada na segunda metade do século, a navegação pelo rio Jequitinhonha entrou em relativo declínio no início do século XX, com perda de importância desse meio de transporte e do trabalho de canoeiros (MAIA, 1936; DUARTE, 1972; DUARTE, 1979; POEL, 1981; SOL, 1981; JARDIM, 1998; LOBO, 2003).

Como visto, costumes e hábitos tradicionais de populações ribeirinhas foram conservados, sobretudo por comunidades rurais. Esses grupos revelam os diferentes tipos de relações que as sociedades podem estabelecer com as águas, uma vez que a alimentação, o trabalho, a obtenção de renda, as culturas e os costumes estão intimamente associados aos rios. Nessas situações, para além de fornecer águas para consumo humano e produção, as fontes naturais são elementos que compõem as próprias identidades das sociedades ribeirinhas.

No Jequitinhonha e no Norte de Minas as boas águas foram importantes para o povoamento dos espaços. Pessoas que se deslocavam pelo território se guiavam pelas fontes de águas, pousavam nos locais de boas águas, se assentavam em beiras d'água. Em um segundo momento, a presença da boa água era necessária também para a produção do alimento, especialmente em terrenos irrigados por inundação. Povoados se constituíram em volta de fontes de águas valorizadas e bem avaliadas, sendo que a ausência de qualidade era um empecilho para a ocupação do solo. Então, o abastecimento se transformava em importante questão.

5 TRATOS COM AS ÁGUAS

5.1. Coleta e condução

Até meados do século XX, pelo menos, a busca diária de águas para beber, higiene pessoal e serviços domésticos era uma necessidade para quase todos. Existem muitos registros que mostram como as pessoas faziam para abastecer o domicílio, em fontes naturais (como rios, córregos e nascentes) ou construídas (como chafarizes e aquedutos).

Saint-Hilaire (1975), no início do século XIX, observou que em Vila do Príncipe, depois Serro, não existia um único chafariz sequer, de modo que os habitantes buscavam águas nos cursos. Burton (1977), viajante da década de 1860, observou mulheres carregando potes de águas do São Francisco e de seus afluentes. Arno (1951) registrou em suas memórias do final do século XIX, que em Diamantina uma mulher ex-escravizada carregava e vendia latas de águas. Pavie (1988), em Itamarandiba, ressaltou que na década de 1880 os presos buscavam no córrego Bexigas latas de águas para limpeza da cadeia.

Salles (1993, p. 111) relatou que no Serro, no final do século XIX, buscava-se águas “duas ou três vezes por dia. As donas de casa e especialmente as cozinheiras queriam ver cheios todos os potes, as barricas e as tinas, não só para os misteres da cozinha, como para os banhos dos patrões, em grandes bacias de folha-de-flandres”. Contudo, na residência do autor, havia “um empregado doméstico fazendo todo serviço, inclusive carregar barris d’água a fim de encher os potes da cozinha para a água indispensável a todas as necessidades da casa, recebia o salário de dez tostões a dois mil-réis mensais” (SALLES, 1993, p. 188). Conforme o relato do memorialista, abastecer o domicílio de águas era uma atividade principalmente feminina, também exercida por homem, remunerado.

Seja em latas nas cabeças das mulheres, nas cangalhas sobre os lombos de jumentos, ou em outros recipientes, existem registros desse tipo de transporte de águas em vários outros lugares no século XX.

No Norte de Minas, Carvalho (1937) viajando pelo rio São Francisco na década de 1930, observou que em São Romão, São Francisco, Januária e Manga as águas eram transportadas em barris nos lombos dos jumentos, ou em latas nas cabeças das mulheres. Segundo este viajante, “uma multidão de mulheres” enchiam “as ruas com o colorido roceiro de suas vestes e o alarido de suas intermináveis conversações” (CARVALHO, 1937, p. 110), mostrando que a coleta de águas era um momento, também, para trocas de informações entre as mulheres. A mesma impressão teve Proença (1944), que observou as “mulheres pobres” e “os que moram

afastados” buscando águas diretamente no rio. O viajante notou que no final da tarde, na chamada “hora das cabaças”, “todo o mulhério desce o lançante da barranca para encher as vasilhas, para trocar impressões sobre dificuldades de vida, discutir, intrigar ou lastimar-se em presença da água muda e boa do S. Francisco” (PROENÇA, 1944, p. 131).

Vianna (1956), em Montes Claros, lembra dos aguadeiros que buscavam águas no rio Vieira para as residências particulares e do transporte de águas em latas de querosene por longas distâncias. Pereira (2004), sobre Januária, destacou que águas eram transportadas por mulheres, chamadas “panhadeiras d’água”, que carregavam latas de 18 litros sobre um pano enrolado como rosca, apoiado na cabeça. Os homens geralmente usavam jumentos com cangalhas, carregando duas latas de cada lado. Em casa, as famílias armazenavam em potes, sendo que poucas residências tinham cisternas.

Em Francisco Sá, Silveira e Silveira (1962) afirmaram que “mesmo as filhas das principais famílias punham a lata na cabeça e iam apanhar água na Provisória”. Buscar águas era uma necessidade e um elemento da rotina diária de todas as famílias; um acontecimento diário do cotidiano de toda a sociedade.

Miranda (1997) se recordou dos moradores de Taiobeiras que coletavam águas no rio Itaberaba, mesmo curso de água usado para dessedentar os animais, indicando os diferentes usos das fontes. Em Porteirinha, Oliveira (2008, p. 125) registrou o trabalho de um homem que buscava “latas e mais latas de querosene, cheias d'agua, no rio Mosquito, para quem lhe pedisse e lhe desse um prato de comida”, indicando que a contraprestação nem sempre era em dinheiro.

Cruz (1997, p. 132) registrou em Espinosa que no período da seca, “se formavam filas de pessoas, principalmente mulheres, com potes, latas e rodilhas, para o abastecimento de água nas casas”, e que se usava latas de vinte litros, com um “pedaço de madeira cilíndrico atravessado de um lado ao outro da parte superior da lata” (p. 60), o que facilitaria erguer e equilibrar o recipiente nas rodilhas sobre os ombros ou cabeças.

Também em referência ao século XX, mas no Jequitinhonha, Pereira (1969, p. 98) registrou que em Araçuaí “os lavradores e as mulheres” iam “ao córrego lá embaixo apanhar água”. Marques (2007) anotou que em Joáima as águas eram transportadas em jumentos. Souza (2001) descreveu um carregador de águas profissional em Medina:

"Adolfo Doido," que assim era conhecido, apareceu em Medina nos idos de 1940. Eu era menino quando o conheci, e já naquela época, ele trabalhava para o Dr. Max Machado, carregando água da Serrinha. (...) Por outro lado, ele (Adolfo Doido) era uma pessoa boa e trabalhadora. Naquela época não havia água encanada na cidade, e os recursos eram a água do Córrego São Pedro, das "cacimbas" e da Serrinha, esta, boa para se beber. Quem podia, comprava água dos "fornecedores", como o Adolfo, por exemplo, que fazia o carreto em "carotes", nos seus jumentos arreados de

"cangalhas" com 4 carotes. sendo dois de cada lado. O Adolfo fazia a alegria da garotada, que gostava muito de mexer com ele, devido ao seu modo de viver, ou seja, maltrapilho, seminu e usando sempre uma surrada bermuda. Por isso, Adolfo vivia xingando as mães da meninada. Mesmo depois da criação da "Associação dos Amigos da Boa Água", que se destinava à canalização de água da Serrinha para as casas dos associados, em número de uns 200, o Adolfo continuou, por muito tempo, transportando água da Serrinha. que ficava e ainda fica, na Fazenda Serra Azul (SOUZA, 2001, p. 107 e 108).

Buscava-se transportar a água “boa para se beber”. Como o transporte por terceiros costumava ser pago, quem residia distante das fontes naturais e tinha condições de remunerar os serviços poderia ter acesso a mais água e com menor esforço do que aqueles que precisavam buscar água e não podiam pagar. O serviço continuou sendo prestado “por muito tempo”, mesmo após a canalização de água, o que indica a continuidade dessa prática no correr das décadas, sobretudo quando o objetivo era pegar águas de qualidade.

As narrativas mostram que nos primeiros aglomerados populacionais do Jequitinhonha e Norte de Minas formaram-se estruturas para serviços de distribuição de águas, muitas vezes transportadas em tanques ou cântaros em carroças. Famílias que não buscavam e/ou tinham condições financeiras remuneravam carregadores ou aguadeiros autônomos, que realizavam o transporte mediante cobrança. Também havia quem fizesse o transporte das águas em troca de comida, ou por solidariedade.

Buscar águas era uma tarefa cotidiana das famílias, que persistiu ao longo dos séculos XIX e XX, nos locais e períodos em que o acesso às águas ocorreu por meio da coleta em fontes naturais ou nos pontos de acesso, prática também notada no século XXI. Enquanto atividade doméstica, era uma responsabilidade principalmente feminina, pois os homens costumavam coletar águas quando o serviço era remunerado. Os momentos de coleta, geralmente, eram oportunidades para encontrar pessoas, conversar, trocar informações e socializar.

5.2. Abastecimento público

No Jequitinhonha, logo na primeira metade do século XIX começaram a ser implantados nos locais de mineração sistemas de condução das águas que evitassem a necessidade de busca, como cisternas e canalizações. Saint-Hilaire (2004) indicou que no Tijuco, depois Diamantina, se consumia água fornecida por minadores, e utilizava-se de águas que foram conduzidas ao lugar a partir do rio das Pedras, destacando também, embora sem detalhar, a existência de fontes particulares nas casas e de três fontes públicas, estas sem “ornato” algum. Gardner (1975), que viajou na década de 1830, pouco tempo depois do botânico francês, além de constatar que

existiam várias fontes públicas espalhadas por Diamantina, especificou que as águas que brotavam das montanhas já eram canalizadas para muitas casas, o que era considerado uma comodidade bastante incomum na época.

A canalização doméstica de águas, no entanto, costumava ser uma providência adotada por particulares que tinham condições de arcar com os custos; não se tratava de sistema de acesso generalizada ou público. Morley (1973), ainda adolescente na última década do século XIX, registrou a existência de uma bica enorme de água na chácara da avó, mas criticava a ausência de canalização:

[...] Na Chácara há uma bica de água enorme, mesmo na porta da sala de jantar, e Fifina é tão preguiçosa que não é capaz de apanhar um jarro (p. 40)

[...]Eu sempre digo a meu pai que não pode entrar na minha cabeça que tenha alguma influência para nós aqui na Diamantina mudança de presidente. Meu pai diz que tem toda, que o governo é uma máquina bem organizada e que o presidente sendo bom e fazendo bom governo beneficia o Brasil inteiro e chega até aqui para nós. Eu lhe disse que só poderia acreditar nisso se o presidente mandasse canalizar a nossa água e consertar o nosso calçamento (p. 159)

[...] Mas não seria melhor que em vez de administração de correios eles pusessem luz nas ruas para a gente, nas noites escuras, não estar andando devagar com medo de cair em cima de uma vaca? E encanar a água? Isso também não seria mais útil? Sem carta ninguém morre, mas a água do Pau de Fruta, que corre descoberta, tem matado tanta gente que podia estar viva. Dizem que a febre tifo vem da água. Tudo isso melhoraria muito mais a cidade do que repartição de correio (p. 186, MORLEY, 1973)

No relato acima a memorialista comenta água na perspectiva da qualidade, e não da quantidade. O seu desejo era por água boa e saudável. Além disso, nota-se que a canalização das águas não foi difundida para todos, havendo diferenças consideráveis em uma mesma localidade. Embora Saint-Hilaire (2004) e Gardner (1975) tenham observado a existência de várias casas com águas canalizada no início do século XIX, Morley (1973) registrou no final do mesmo século que a falta de canalização era uma realidade em Diamantina, que dispunha à época de alguns chafarizes como pontos públicos para abastecimento.

Pereira (1969) narrou que um fazendeiro português era tão rico que usou seus recursos para fazer um açude acima da Cachoeira do Funil e canalizar águas do rio Araçuaí para sua propriedade, na qual mantinha lavoura e criação. Pavie (1988) relatou que na década de 1880, em Itamarandiba, então São João Batista, também no Jequitinhonha, presos eram acorrentados pelos pés, obrigados a tomar banho no rio e a buscar águas em latas para a limpeza das prisões, pois não existia canalização.

Salles (1993), memorialista nascido em 1879 que escreveu suas lembranças dos acontecimentos vividos no Serro durante a infância (1880 a 1892), afirmou que o local, pela sua extensão, precisava de mais pontos públicos de acesso à água. E menciona a existência de

ao menos quatro chafarizes: o do Largo da Matriz, o da Purificação, o do Jogo da Bola e o do Largo da Cavalhada.

No Norte de Minas Gerais, são poucos os registros sobre as condições de abastecimento no século XIX, embora se saiba de forma geral que nesse período as Câmaras costumavam disponibilizar águas através de chafarizes e bicas públicas (OLIVEIRA, 2005; MURTHA, CASTRO, HELLER, 2015). Anjos (1944), contando a história da família Versiani, inseriu um croqui da casa da fazenda Santo Elói, que ficava em Bocaiuva, visitada em 1817 por Saint-Hilaire, no qual é possível perceber um aqueduto conduzindo águas à casa grande, o que indica a utilização da canalização de uso privado para facilitar o acesso às águas.

Os relatos de memorialistas e viajantes a respeito do século XIX referem-se principalmente a Montes Claros/MG, que concentra grande número de obras. Os registros indicam interesse da Câmara em abastecer a população através de pontos públicos de acesso às águas na primeira metade do século XIX, sendo que em outubro de 1845 se discutia parecer que examinava os locais para construção de quatro cisternas que serviriam para fornecer água potável e meios de lavar roupa no tempo da seca (VIANNA, 1964).

A ação por água canalizada começou em outubro de 1856, quando nomeada uma comissão para cuidar do assunto. O primeiro contrato para canalização de água potável foi assinado em agosto de 1869, com objetivo de desviar um rego do rio dos Bois para abastecer a população (VIANNA, 1916; PAULA, 1957). O andamento das obras de canalização não parece ter agradado à Câmara, pois em outubro do ano seguinte, 1870, lei municipal autorizou a rescisão do contrato. Os vereadores estavam convencidos da má qualidade da água do rio dos Bois e passaram a planejar a captação de água no rio Vieira, com a construção de açude e bicames. Em 1884 os estudos foram concluídos, sendo que no ano seguinte iniciaram-se as obras. O chafariz principal seria no largo da Matriz, depois praça Dr. Chaves, que receberia águas dos rios Vieira e Gameleira, bem como dos córregos do Carrapato, do Mangue, da Vargem Grande e das Barrocas (VIANNA, 1916; PAULA, 1957; VIANNA, 1964). Em 1888, verificando que as obras estavam abandonadas, o jornal “Correio do Norte” iniciou uma campanha a favor da água canalizada, convocando o povo a organizar uma sociedade anônima para realização dos serviços, e uma entidade foi efetivamente constituída, mas logo desfeita pela resistência dos acionistas em aportar o capital necessário. Com aprovação de verba complementar do governo da então Província, tornou-se possível construir regos e bicames de madeira para condução das águas, que eram armazenadas em uma caixa de água. Ocorre que na data da inauguração, nenhuma gota saiu dos chafarizes. É que parte das calhas era descoberta, o que provocava o entupimento dos canais por entulhos, fazendo com os que

chafarizes fornecessem águas apenas após a limpeza dos regos, o que sempre era necessário. A entrega definitiva do serviço de canalização foi realizada em novembro de 1895 (PAULA, 1957; VIANNA, 1964; VIANNA, 1972).

Nas últimas duas décadas do século XIX e início do século XX, parte do médio vale do Jequitinhonha enfrentou uma crise hídrica, causada principalmente pela escassez de chuvas, que provocou o secamento de algumas fontes naturais, a exemplo do córrego Calhau, do rio Itinga e do ribeirão de Santa Rita. Além de outros cursos de águas menores, desapareceram córregos maiores, como os da Velha, do Machado, da Barrigudas, de Teixeira, de Quatis e de Piabanha. As águas diminuíram consideravelmente, até mesmo grandes rios como o Jequitinhonha e seu afluente Araçuaí perderam volume (PEREIRA, 1969).

Existe a mesma percepção em relação ao Norte de Minas Gerais. Silveira (1923), em obra que reúne vários de seus artigos, já falava de escassez de águas na região na transição dos séculos, atribuindo esse fenômeno às condições do solo e à ausência de chuvas. O autor defendia que as florestas não influenciavam as chuvas e as fontes de águas, alegando inclusive que muitos fazendeiros norte mineiros destruíam as matas para aumentar as águas correntes, prática que seria efetiva, recorrente, duradoura e replicada em outros lugares, de modo que, segundo o autor, a derrubada de árvores aumentaria, e não reduziria, a oferta de águas.

Pereira (1969), na mesma época, chega a dizer que as águas teriam diminuído mais da metade, de modo que viajantes poderiam não encontrar uma gota para beber. De modo alarmante, afirmava o autor (1969, p. 46) que “o Norte de Minas [que na época do escrito compreendia o vale do Jequitinhonha] está condenado a tornar-se deserto por falta de água”, sendo que “cidades, como Salinas e Tremedal, povoações em grande quantidade, muito em breve não poderão subsistir”. Diversamente de Silveira (1923), sustenta que a diminuição das águas era um fenômeno natural e esperado, mas agravado pelas secas periódicas, características geológicas da região e devastação de florestas, fazendo uma crítica ao desmatamento.

Esse debate ambiental que permeia as distintas concepções sobre águas e suas fontes indica que pensadores diferentes compartilhavam, em resumo, da mesma percepção de secamento de algumas fontes naturais no final do século XIX e início do século XX.

Diamantina, na década de 1920, era servida de luz elétrica e bem equipada em termos de abastecimento. Corria água considerada de excelente qualidade em um grande rego na chapada, do qual era distribuída em encanamento e bicas de madeira para a cidade situada na encosta. A Câmara investia na construção de um novo sistema de abastecimento, através de canalização (SILVEIRA, 1926). A situação, no entanto, não era a mesma em áreas próximas.

Guabiroba (2006), retratando suas memórias de infância da década de 1930, relatou que no Seminário de Diamantina a água era encanada; em Itamarandiba não havia canalização.

Cardoso (2007), memorialista que escreveu suas lembranças do início do século XX, afirmou que na casa de sua avó em Curvelo a água era retirada da cisterna, através do giro da manivela, para encher os potes de barro e vasilhas da casa. A memorialista lembra ainda do chafariz de madeira no fundo do quintal da avó, que abastecia moradores do lugar, fornecia água para os viajantes e seus animais, possibilitava a lavagem de roupa e também oferecia espaço para socialização dos frequentadores. Mesmo com o chafariz, sua família mantinha o hábito de buscar água de melhor qualidade na nascente da Cacimbinha, água que vinha cristalina e fresca através de um cano de chumbo.

Menções à água encanada no Jequitinhonha apenas voltam a aparecer nos relatos de viajantes e memorialistas a partir da década de 1950. Mas então, já a relaciona ao grande temor da esquistossomose e de outras doenças veiculadas pelas águas, sendo a canalização considerada uma medida essencial para combate às doenças. Santos (1971), afirmou que na década de 1970, das 52 comunidades existentes na região, 38 delas (73%) dispunham de serviço de abastecimento de águas, embora apenas 13 conseguissem realizar o tratamento, com uma média de cobertura de 32% da população, índice que chegava ao máximo de 67% na cidade de Jequitinhonha. Havia sistemas de abastecimento urbano instalados ao menos em Itamarandiba, Almenara, Salto da Divisa, Rubim, Jequitinhonha, Rio do Prado e Caraí, enquanto estavam sendo estudados os projetos de Araçuaí, Turmalina, Itinga, Virgem da Lapa, Novo Cruzeiro, Pedra Azul, Jordânia, Jacinto e Medina (SOL, 1981; PAVIE, 1988; OLIVEIRA, 1999).

Joáima é outro lugar do Jequitinhonha que na segunda metade do século XX intensificou diversas providencias no sentido de abastecer a população de água, fazendo chafarizes, construindo barragens, perfurando poços artesianos, instalando turbinas de captação em córregos e conduzindo águas canalizadas. Inicialmente, na década de 1950, construiu um sistema de abastecimento urbano com adução das águas por gravidade, que foi sendo melhorado ao longo dos anos 1960 (MARQUES, 2007).

Diversamente do que se encontra sobre o século XIX, no século XX são mais frequentes os relatos sobre as fontes e formas de abastecimento dos municípios norte-mineiros, embora os registros de Montes Claros/MG continuem sendo os mais extensos da bibliografia. Entre incúria e desavenças políticas de diferentes gestões, esta cidade seguiu enfrentando problemas de abastecimento de águas, de modo que na segunda década do século XX a questão permanecia viva, embora tenham sido feitas canalizações e abertos poços tubulares com bombas acionadas

pela força dos ventos para amenização da falta de água (VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; PAULA, 1957).

Águas de cisternas eram utilizadas em escolas e nas residências mais ricas, já que essas fontes construídas eram artigo de conforto e abastecimento privado de melhor qualidade. O rio Viera, então, era mal visto pela população, pois recebia esgotos da Santa Casa e suas águas eram usadas para lavar roupa, além de ter em suas margens inúmeras cevas de porcos. Entre 1923 e 1935 tentou-se captar a água distante do rio Pacuí. Em 1935 foi inaugurado o primeiro chafariz público, no bairro dos Morrinhos, que jorrava água captada no rio dos Porcos. No ano seguinte outros chafarizes foram implantados e a captação de água do Pacuí só ficou pronta em 1938. Nas décadas de 1940 e 1950 foi construída estação de tratamento e a rede de água foi estendida para toda a cidade, inclusive para populações mais pobres. Nas duas décadas seguintes a água era tratada e distribuída para todo perímetro urbano e alguns subúrbios, existindo muitos chafarizes públicos espalhados pela cidade (ANJOS, 1944; VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; PAULA, 1957; VIANNA, 1964; VIANNA, 1972; GRAÇA, 1986; SILVEIRA, COLARES, 1995).

O abastecimento de águas através da canalização se generalizou de forma desigual no século XX no restante do Norte de Minas Gerais. Monte Azul, então Tremedal, por exemplo, era dotada de um sistema de abastecimento com águas canalizadas no primeiro terço do século XX. Embora o serviço funcionasse de forma precária, as águas eram conduzidas por canalização de alvenaria coberto para um grande chafariz situado na praça central do local (NEVES, 1908a; SILVEIRA, 1926).

A primeira rede de abastecimento de águas de Pirapora começou a funcionar em 1913. Cinco anos depois a administração do serviço foi transferida à Companhia Indústria e Viação de Pirapora (CIVP), sendo que o local passou a ter um sistema que usava carneiros hidráulicos para o bombeamento de mais de setecentos mil litros diários. A responsabilidade pelo abastecimento só retornou à prefeitura em 1953, que dois anos depois, em parceria com o Serviço de Saúde Pública (SESP), constituiu o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), entidade que cuida do saneamento básico do município até os dias atuais. Na década de 1960, as águas eram tratadas e a rede de abastecimento era continuamente estendida, sendo que também se usava os chafarizes públicos (SILVEIRA, 1926; SILVA, DINIZ, MOTA, 2000).

Nas três primeiras décadas do século XX, Várzea da Palma era abastecida principalmente através de cisternas, que conseguiam fornecer água boa (SILVEIRA, 1923; FERREIRA, 2006). Pires e Pires (1973) anotam que Coração de Jesus passou a ter chafarizes para o abastecimento público e a iniciar o abastecimento domiciliar no início do século XX.

Segundo Silveira (1926), em 1925 o local tinha ótima água potável encanada e distribuída por chafariz público situado na praça.

Em Brejo das Almas, depois Francisco Sá, e no seu então distrito, Burarama (depois Capitão Enéas), as famílias buscavam prover águas através de cisternas e de poços artesianos. Também eram construídas barragens e utilizadas caixas de água para armazenamento, que eram distribuídas por canos que formavam a rede (SILVEIRA, SILVEIRA, 1962; CABRAL, 1985a; CABRAL, 1985b). Nos anos 1950/1960, apesar de existirem registros de aproximadamente 400 prédios com instalações de água canalizada, a periferia da cidade permanecia sem água encanada, e as mulheres coletavam o líquido em um cano no alto do morro e transportavam em potes de barro sobre as cabeças (CAMPOS, 1998).

Na década de 1930, Salinas tinha uma rede antiga que havia sido danificada pelas chuvas, razão pela qual precisou ser completamente reformada. Em 1935 havia um sistema de abastecimento que compreendia a condução das águas por canos de ferro até seis chafarizes, que forneciam águas à população (LISBOA, LISBOA, 1992).

Taiobeiras também passava a ser dotado de um primeiro serviço de abastecimento naquela mesma época. Apesar disso, até a década de 1970, os habitantes extraíam águas de cisternas, enquanto na área rural, no Povoado de Mirandópolis, os moradores transportavam as águas em lombos de jumentos (MIRANDA, 1997).

As fontes naturais são distribuídas de forma desigual no espaço. Cabral (1985a) defendia que ao invés de investir em abertura de poços artesianos, os recursos deveriam ser destinados para aproveitamento do potencial hidrográfico das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, através da transposição de fluxos de águas para regiões menos abastadas. Narrando o caso de um fazendeiro que desviou águas de um pequeno córrego para irrigação no quintal de sua fazenda às margens do rio do Peixe, defendia o autor por exemplo a abertura de túneis para condução das águas dos vários córregos do Jequitinhonha ao vale do rio Verde Grande, embora alertasse que a medida poderia não ser a mais aconselhável em razão da comodidade e do preço.

Não obstante, outros caminhos foram seguidos e a preocupação com as fontes naturais parece ter tido pouca ou nenhuma repercussão nos anos seguintes. A canalização de águas e a formalização de redes urbanas de abastecimento continuaram sendo prioridades e foram disseminadas de maneira não uniforme nos territórios do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais. Povoados e vilas rurais costumam ser os últimos atendidos, enquanto em cidades com rede de abastecimento moradores de áreas periféricas tendem a esperar muito mais, conforme conta por exemplo Pereira (1969) sobre Araçuaí, Lobo (2003) a respeito de Rubim, Miranda (1997) acerca das áreas rurais de Taiobeiras, e Campos (1998) em relação a Francisco Sá.

Portanto, nos séculos XIX e XX, as famílias acessaram águas distintas, de maneiras distintas, em tempos distintos. Acessar águas em pontos públicos ou coletar diretamente nos cursos de águas, prática que perdurou ao longo do tempo, foi também uma oportunidade para ter contato direto com as diferentes propriedades das águas e socializar em comunidade. A canalização alterou as concepções sobre as propriedades das águas, alterando os hábitos costumeiros e cotidianos. No entanto, os interesses por águas de beber boas e saudáveis, e os preceitos de saúde, cujas percepções variaram culturalmente em cada sociedade e época, mediaram as ações e práticas de coleta, condução e armazenamento.

5.3. Usos cotidianos

Memorialistas, viajantes e cronistas registraram atividades domésticas e cotidianas, como a lavagem de roupas em rios, a recreação nas águas, a pesca e os banhos. A descrição dessas atividades revela águas como elementos ativos da sociabilidade que conforma as relações hidrossociais.

A lavagem de roupas nos corpos de águas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais era um acontecimento bastante registrado. No século XIX, viajantes como Saint-Hilaire (1975), Burton (1977) e Wells (1995) observaram mulheres exercendo essa atividade, às vezes como tarefa doméstica, às vezes como tarefa remunerada. Enquanto elas trabalhavam, maridos pescavam e os filhos brincavam ou nadavam em locais próximos.

Morley (1973) registrou a lavação de roupas em seu diário, escrito na última década do século XIX em Diamantina:

Mamãe chama Emídio, da Chácara, e põe na cabeça dele a bacia de roupa e um pão de sabão. Renato leva no carrinho as panelas e as coisas de comer, e vamos cedo. Mamãe e nós duas, eu e Luisinha, entramos debaixo da ponte para lavar a roupa. Emídio, o crioulo, vai procurar lenha. Renato vai pescar lambaris; nunca vi tanto como ali. Ele só tem tempo de pôr a isca, jogar o anzol e puxa logo um lambari ou bagre. Nhonhô põe o visgo e fica de longe à espera de passarinhos. Cai um, ele corre, limpa o pé do pobrezinho com azeite e mete na gaiola. Unta a vara de novo e daí a pouco já vem outro, um pintassilgo ou um curió. Nós ficamos lavando a roupa e botando pra corar, enquanto mamãe faz o almoço de tutu de feijão com torresmos e arroz. Depois de lavarmos a roupa e passar algum tempo do almoço, mamãe fica vigiando o caminho pra ver se vem alguém, e nós entramos no rio para tomar banho e lavar os cabelos. Depois disso batemos as roupas na pedra, enxaguamos e pomos nos galhos para secar. Agora é só procurar frutas no campo, ninhos de passarinho, casulos de borboletas e pedrinhas redondas para o jogo (MORLEY, 1973, p. 5).

As roupas eram ensaboadas e estendidas sobre as pedras para quicar. Depois de um tempo retornava-se para realizar o enxague. Após, era estender em galhos para secar e o serviço

estava feito, faltando apenas recolher e dobrar. Segundo o relato de Morley (1973), na divisão do trabalho, as mulheres lavavam as roupas e preparavam o almoço; os meninos-homens pescavam, armavam armadilhas para pombos, faziam vassoura e procuravam lenha - às vezes esta última tarefa também contava com uma mulher adulta. Os meninos tinham a responsabilidade de pescar, mas a memorialista se orgulhava de “apanhar uma porção” de peixes com a própria saia, ao perceber que o “poço” estava cheio de lambaris, alimentando toda a família com fartura. O relato mostra uma adolescente (à época da anotação no diário) que sentia prazer em fazer coisas diferentes, já que “cada dia nova descoberta e cada qual melhor”. Finalizadas as atividades domésticas, as meninas tomavam banho no rio enquanto a matriarca vigiava o caminho, monitorando a chegada de possíveis estranhos e zelando pelo momento de intimidade, revelando uma norma cultural daquele período e lugar. Por último, há tempo para a busca por frutos, ninhos de passarinhos e brincadeiras.

Nota-se também na descrição de Morley (1973), que esses momentos eram de muita alegria, conversa e cantoria, uma confraternização entre as mulheres - uma ocasião de expressão da sociabilidade feminina. Necessidades domésticas e lazer eram simultâneos. A memorialista escreveu ainda que, durante sua adolescência, preferiria o campo e a rotina das lavadeiras, considerada alegre e livre, às obrigações escolares e à vida urbana: “O campo está agora uma beleza! Que inveja das lavadeiras que passam ali naquela beleza o ano todo, enquanto nós vivemos numa casa apertada a metade do dia e a outra metade na Escola. Eu preferia ser uma lavadeira do Rio Grande” (MORLEY, 1973, p. 198).

Também fazendo referência ao final do século XIX, Salles (1993) descreveu a rotina das lavadeiras em Serro. Segundo o autor, no vale de Botavira, o serviço era bem remunerado: uma “colossal trouxa de roupa” custava cerca de oito ou dez tostões, valor mensalmente pago aos empregados que realizavam outras atividades da época, como cozinhar e arrumar a casa. “Uma boa e diligente lavadeira no Botavira podia, pois, com algum esforço, fazer obra de cinco mil-réis por mês, preço de um primeiro caixeiro na melhor loja da cidade” (SALLES, 1993, p. 108). Em outro local de Serro, no Leiteiro, as lavadeiras também ofereciam o serviço de tinturaria: lavavam, engomavam e tingiam de preto as roupas claras, o que ocorria geralmente com ternos e vestidos nas ocasiões de falecimento de entes queridos dos clientes. “A tinturaria era uma lama especial em que aquelas boas mulheres enterravam as roupas durante dias e de onde depois saíam para secar” (SALLES, 1993, p. 112). O memorialista detalhou:

O Botavira era a passagem obrigatória dos tropeiros que acompanhavam as manadas de burros até aos pastos que ficavam todos por aquelas bandas, e essa passagem obrigatória constituía uma diversão para as boas mulheres, a cujos requebros de olhos

não eram indiferentes os almocreves. Além disso, muitos rapazes da cidade, sobretudo os desocupados, iam ao Botavira bater papo com as raparigas, e sucedia que desse ajuntamento surgiam ciúmeiras de parte a parte, e pequenas brigas entre os conquistadores nos recantos mais afastados da pequena planície resultando dos recontros, narizes amassados, sangueira nos lábios, galos nas testas e cabeças quebradas. Tais incidentes excitavam a vaidade das lavadeiras coquettes.

Na Fonte do Vigário, ainda à margem do rio Lucas e a uns três quilômetros do Botavira, outras lavadeiras, mas de melhor classe, também ganhavam a sua vida na mesma lida. Os tropeiros, para vê-las, tinham de ir buscar em latas e caldeirões a água cristalina da Fonte do Vigário, e não faltavam pretextos para uma seca ou conversa fiada, que as pequenas aceitavam com polidez, mas a distância. Elas não se passavam para tropeiros.... Mas quer no Botavira quer na Fonte do Vigário, quando os ânimos se exaltavam, os palavrões esfuziavam e era um Deus-nos-acuda para evitar vias de fato.

Mulheres e homens trocavam flertes, gracejos e seduções. O pudor, cujos contornos remetem à cultura do tempo e lugar, limitava o que se podia falar e mostrar. Eram inventados pretextos para que romances pudessem ocorrer. Sedução, ciúmes e perigo se misturavam em meio às demonstrações de interesses e surgimento de conflitos. Esse local era um ambiente de sociabilidade entre os sexos, oportunidade para trabalhar, divertir e construir relações.

Na primeira metade do século XX a lavagem de roupas continuou sendo um momento de sociabilidade, capaz de marcar as recordações dos memorialistas. Cardoso (2007) registrou as lavações de roupa em Curvelo:

No fundo do quintal, do outro lado do muro, havia um chafariz velho: era de madeira enegrecida pelo correr das águas por anos a fio, torto, formando-se a seus pés uma espécie de bacia constantemente cheia de água e de lodo, que se criara com o passar do tempo. Ali vinham ter todos os moradores da cidade [...]; lavadeiras que, não tendo tido tempo de ir durante a semana aos ‘Olhos d’Água’, lavavam sua roupa ali mesmo, estendendo-a para corar no mato que descia a rampa do chafariz; e, finalmente, as crianças que gostavam daquele local, do calor humano que se irradiava dele. Bastava abrir o portão dos fundos da casa de vovó e entrava-se logo em contato com a maior parte dos moradores humildes da cidade: cozinheiras, lavadeiras, tipos populares da terra (CARDOSO, 2007, p. 61).

Às segundas-feiras em Curvelo era dia de ‘ir à fonte’, como diziam as donas de casa mais humildes. Reunia-se um grupo de mulheres, arrumavam as trouxas e lá se iam aos Olhos-d’Água, o riacho onde lavavam a roupa. (...) Nas manhãs de segunda-feira ficava à porta de casa vendo as lavadeiras que passavam, equilibrando as trouxas na cabeça. Bonito o grupo de mulheres, mangas arregaçadas até o cotovelo, saia de algodão franzido; na cabeça sobre o coque liso ou as carapinhas, as bacias com a trouxa dentro, equilibrando-se no bamboleio do corpo. Levavam matalotagem e Carmelita preparava a sua de véspera. Só conhecia aquele lugar maravilhoso por ouvir falar, quando escutava as conversas das mulheres que lá iam e se ajuntavam no chafariz dos fundos do quintal de vovó, ou através de Mariquinha do Zezinho, nossa vizinha. Era bom – comentava ela com as companheiras – depois da roupa lavada e estendida sobre o mato, enquanto aguardavam que secasse, o banho na água que corria limpinha e fresca. E ao escurecer, o caminho de volta, conversando e rindo (CARDOSO, 2007, p. 548).

A lavagem de roupas também ocorria nos pontos públicos de acesso às águas, como chafarizes, principalmente quando não era possível ir à fonte natural. Era uma atividade que as mulheres faziam em grupo, conduzindo as trouxas em bacias sobre as cabeças, conversando e tomando banho enquanto as roupas secavam. Ali, as mulheres compartilhavam o trabalho, mas também as vivências, experiências e momentos de alegria.

Para Silveira e Silveira (1962), na primeira metade do século XX em Francisco Sá, o trabalho de lavar roupas virava diversão, pois as amigas se reuniam, compartilhavam comida, cantavam, conversavam, nadavam e tomavam banho nos rios. Segundo Pereira (2004), as lavadeiras do rio São Francisco cantavam no ritmo das batidas de roupas nas pedras ou bancos e dividiam casos, sempre alimentados pelas informações que traziam as mulheres carregadeiras de águas. Macedo (1991) recordou que em Turmalina, nas décadas de 1940 e 1950, passava “horas a fio” ouvindo as histórias contadas pelas lavadeiras.

Já na segunda metade do século XX, Mendes (1999) se recordou das conversas e cantos das lavadeiras de Mirabela, que enfeitavam a paisagem com a alegria que emanavam. Nesse mesmo período, segundo Farroupilha (2007) sobre Araçuaí e Oliveira (2008) em relação à Porteirinha, as roupas ficavam muito “limpas” e “cheirosas” porque as lavadeiras combinavam várias técnicas, como por exemplo a utilização do sabugo de milho para esfregar e de ramas de “melão de são caetano” para tirar manchas e clarear os tecidos. Oliveira (2000) lembra que as lavadeiras de Carbonita faziam o sabão que usavam. Conforme explica Veloso (1974), até o antigo nome de Espinosa, Lençóis do Rio Verde, poderia ter originado nos lençóis estendidos por lavadeiras em arbustos próximos ao rio São Domingos.

A lavagem de roupas era uma atividade que conciliava necessidades com lazer. Como tarefa doméstica ou enquanto serviço remunerado, o trabalho era acompanhado de troca de vivências e experiências. O ambiente expressava a sociabilidade feminina em cada época e local, através das conversas, brincadeiras e técnicas de trabalho, mas também eram oportunidades para encontros entre homens e mulheres, troca de flertes e construção de laços. Assim, as normas culturais de cada tempo e lugar orientavam as diferentes trocas que ocorriam entre as pessoas, nessas complexas relações com as águas.

Pesca era outra atividade corriqueira. Em algumas situações, as pescarias foram atividades necessárias à obtenção de alimento, seja para autoconsumo ou para comercialização. Contudo, muitas vezes, pescar foi uma atividade de lazer, em que amigos e familiares se reuniram para partilhar momentos em contato com as águas. Os registros sobre pescarias pelo lazer não aparecem nas obras produzidas por viajantes, e aparecem mais nos relatos de memorialistas.

Morley (1973) anotou que gostava de pescar, embora a responsabilidade pela tarefa fosse dos meninos. Escreveu em seu diário, no final do século XIX: “Como vou ser feliz quando estiver na beira do rio com a minha peneira, pescando!” (MORLEY, 1973, p. 89). Silveira e Silveira (1962) afirmaram que gostavam de pescar em Francisco Sá. Em Taiobeiras, Lisboa e Lisboa (1992) lembraram das pescarias na beira do rio, enquanto Miranda (1997, p. 229) destacou a grande quantidade de peixes na Lagoa Dourada, lugar onde “os pescadores, munidos de fachos de fogo penetravam nas praias, com facas e facões a fim de pescarem. Por causa da luz, os peixes ficavam parados e ali eles eram golpeados e aprisionados.” No rio Jequitáí e em seus afluentes, havia uma “festa de traíras e surubins” (RIBEIRO, 1988, p. 13). Matos (1990) relata que em Januária, no rio São Francisco, era comum pescar dourados e surubis de noite com anzol, tarrafas ou flechas. Ferreira (2006) recorda das pescarias de “piaus”, “mandis” e “matrinxãs” em Várzea da Palma, e do conhecimento prático dos pescadores locais, que pelas ondulações e temperatura das águas, interpretavam as condições do rio para a pesca.

As lavagens de roupas e as pescarias costumavam ser acompanhadas de mergulhos nos rios. Mas na verdade, os banhos, nados e diversões nos cursos de águas são experiências independentes, frequentes e marcantes para memorialistas. Assim como ocorre com as pescarias, viajantes dificilmente relatam detalhes dos banhos.

No Jequitinhonha, Morley (1973) recorda que na última década do século XIX passeava nos rios de Diamantina com suas colegas de escola. Em um dia, merendaram uma mistura de rapadura, farinha de milho, queijo e água fria e caminharam pelo rio até o poço da Glória, com os “pés na água”. Próximo daquele lugar, no Serro, estava Salles (1993) poucos anos antes, fazendo “regos” e “pequenas piscinas” em cursos de águas, ou banhando nas águas do Jequitinhonha pela manhã: “Que delícia atravessá-lo de uma a outra margem! Eram seis metros de água escura e corrente” (SALLES, 1993, p. 49).

Farroupilha (2007) lembrou das diversões no Calhauzinho, afluente do rio Araçuaí, no qual furava cacimbas, construía “castelos de areia”, soltava barquinhos de papel nas enxurradas e brincava de outros jogos com os amigos da infância. No período das enchentes, ansiosamente esperado, a travessia do rio a nado ficava mais “interessante e emocionante”. Para Souza (2001, p. 106), os banhos de rio em Medina eram comuns na parte baixa do São Pedro, onde se via o “pessoal tomando banho pelado”.

Oliveira (2000) lembra que em Carbonita, no rio Curralinho, homens e mulheres nadavam todo dia. Contudo, as meninas nadavam em local separado, no “Pocinho do Meio” ou no “Pocinho das Moças”. Os mais corajosos procuravam o rio Araçuaí ou o rio Soledade, este último principalmente depois da construção de barragem, em 1956.

Os banhos são assuntos abordados por muitos memorialistas do Norte de Minas. Silveira (1973) trata o banho no “Poço do Padre” como algo “costumeyro”. Ribeiro (1988) recorda dos banhos em um pequeno córrego de Bocaiuva. Lisboa e Lisboa (1992) destacam as recordações dos banhos em família e entre amigos nos cursos de águas de Grão Mogol, Salinas e Taiobeiras. Cruz (1997), memorialista de Espinosa, afirma que preferia tomar banho nos rios pelo fim da tarde, às vezes após a escola, quando aproveitava para abastecer a sua moradia transportando água em um galão; durante a semana frequentava cursos de águas mais próximos, e o rio Verde apenas no domingo, “pois a distância de duas léguas exigia transporte e perda de tempo incompatível com a jornada de trabalho da semana” (CRUZ, 1997, p. 91). Domingo também era o dia preferido da população de São Romão, segundo conta Mameluque (1997), para quem os banhos e nados significavam momentos de passeio e diversão. Mendes (1999) afirmou que os banhistas se “deliciavam” nas águas de Mirabela, aproveitando momentos de “diversão e alegria”.

Em Montes Claros, Paula (1957) registrou que “nada havia de melhor” para os meninos, pois os rios eram ótimas diversões no calor, estando sempre cheio de crianças e rapazes. Destacou ainda que:

Havia preferências para alguns poços conforme a idade e grau de adiantamento náutico. Os aprendizes menores de 12 anos nadavam no bêco da Aguada (alguns falavam: bêco da Guarda) e o poço do Mirante. Bêco da aguada era o nome do bêco situado entre as atuais casas do Francisco Ataíde e Artur Ramos e que ia ao rio.

O poço onde o bêco se abria no rio era chamado também bêco da Aguada; um pouco mais abaixo ficava o poço do Mirante, no rumo de um prédio chamado Mirante, situado na praça Dr. Chaves, hoje desaparecido.

Os aprendizes maiores e mais adiantados aventuravam nadar no rio da Fábrica (atrás da Fábrica de Tecidos Sta. Helena), onde havia nadadores de todos os tipos e excelente ponto de briga.

Uma turma de bons nadadores, mais exigente no ponto de vista social, andava um pouco mais e freqüentava o poço de Antônio dos Anjos, situado no Melo, nos fundos da chacinha do farmacêutico Mário Veloso.

Os rapazes da rua de baixo, preferiam o Poço do Padre Teixeira, ou simplesmente Poço, conforme ficou sendo chamado por lei do menor es fôrço; ficava logo abaixo da passagem para o Narciso e Malhada Santo Reis; local hoje inexistente porque o rio foi retificado.

Havia ainda o poço da Banca, um pouco abaixo da confluência do Pai João com o Vieira. Era o último grau em matéria de poço; lá iam apenas os grandes nadadores. Um poço de 50 metros de comprimento sem "dar pé"; além disso a distância não permitia aos que saíssem às escondidas voltarem sem serem percebidos.

A ida de um menino para tomar banho ou lavar corpo no rio era cheia de imprevistos e exigia muita trêta...

Os pais proibiam e o diretor do Grupo Escolar mantinha uma vigilância constante sobre os alunos. Era raro o dia em que seu Carlos Câmara, o porteiro, não trazia alguns debaixo de ordem. Ao sair do rio todos procuravam enxugar o cabelo o mais depressa possível com auxílio de um pedacinho de pau e passavam terra no rosto e nas pernas para que os pais não estranhassem a "limpeza". Havia também um assobio especial para chamar os companheiros mais vigiados, mesmo junto dos pais, sem dar na vista: fi-fi-ufi... fi-fi-ufi... fi (PAULA, 1957, p. 519).

Do relato acima, se percebe que existia um curso de águas recomendado para cada grupo de pessoas, que variavam conforme a idade, o sexo, a habilidade em nadar, a coragem e a distância que se pretendia percorrer. A atividade era tão valorizada que os meninos iam mesmo se fossem proibidos, muitas vezes de forma escondida dos pais. Graça (1986) confirma a observação de Paula (1957), ao afirmar que antes do rio Vieira ser “o sujo esgoto da cidade”, os alunos fugiam da escola para banhar nas suas águas, quase todos os dias. Ribeiro (1997, p.19) é outro que se lembra dos banhos em Montes Claros, em outro rio - o Verde, curso “de água salobrosa, mas bom para tomar banho e pegar xistosa.”

Como visto, os banhos e nados geralmente eram acompanhados de muitas brincadeiras, piqueniques e diversões, fazendo com que os rios ficassem guardados nas recordações. Geralmente, mulheres tomavam banhos em cursos de águas ou horários diferentes dos frequentados por homens, e a escolha de onde nadar variava também conforme o perfil do nadador.

Não apenas os rios, como também as demais fontes e formas públicas de acesso às águas foram relacionadas à sociabilidade, principalmente entre pessoas pobres. Os chafarizes reuniam pessoas praticamente durante todo o dia (CARDOSO, 2007). Frequentar as fontes era uma oportunidade para encontrar os amigos, se atualizar das notícias e reforçar os laços entre os membros de uma comunidade. Conforme registra Cardoso (2007, p. 210), “tudo era comentado por aquelas mulheres humildes: os casos de amor, as brigas de casa, as doenças dos filhos, as festas de igreja, os presos da cadeia”. Todos os acontecimentos eram notícias compartilhadas naqueles encontros. Não raras vezes esses espaços eram também oportunidades para discutir política ou fazer negócios (WELLS, 1995). Na realidade, o conteúdo das conversas era o aspecto de menor relevância, o importante mesmo era falar e ser ouvido, bem como ouvir o que os outros têm a dizer. Na troca de experiências, as gargalhadas se espalhavam enquanto a solidariedade nutrida entre as pessoas era reforçada.

Rios e as demais fontes e formas de acesso às águas não são apenas elementos naturais fixos que compõem as paisagens, ou utilidades destinadas a servirem às necessidades humanas. A natureza do trabalho, a produção, a compreensão do clima, a organização da produção e acontecimentos aparentemente corriqueiros, triviais, revelam costumes que integram as culturas das populações e indicam a diversidade e riqueza das relações construídas. Portanto, as interações entre águas e pessoas no cotidiano eram espaços de socialização que definiram costumes, marcaram memórias, orientaram modos de vida e influenciaram sociedades.

6 ÁGUAS E SAÚDE

Saúde é um tema recorrente nos registros das relações entre águas e sociedades no Jequitinhonha e no Norte de Minas Gerais. Viajantes e memorialistas relacionaram doenças às águas e manifestaram diferentes percepções de salubridade. O assunto, além de revelar costumes de distintas sociedades, justificou muitas vezes as intervenções na natureza. Neste capítulo serão discutidos os referidos temas, apresentando a influência de questões sanitárias e de saúde pública nas relações hidrossociais.

6.1 Viajantes e doenças

Os rios e córregos sempre foram motivos de interesse para viajantes, que temiam ser contaminados por doenças associadas às fontes naturais. Terrenos à beira de rios e áreas pantanosas eram considerados insalubres e propícios à proliferação de insetos transmissores de doenças. Essa percepção marca, além das expedições, o povoamento de regiões e as condições de vida das sociedades.

A doença mais temida às margens dos rios, em especial do São Francisco, era a malária, também referida por outros nomes, como sezão, paludismo, impaludismo, maleita, tremedeira, febre palustre, febre intermitente ou simplesmente febre. Tratava-se de doença com ataques intermitentes, que causava febre alta, tremores, calafrios, suor intenso e dores, além de ser a responsável por muitas mortes.

No início do século XIX, Saint-Hilaire (1975) destacou o temor em ser contaminado e a alta incidência da doença em terrenos pantanosos, especialmente após os meses de enchentes. Spix e Martius (1981), na expedição entre 1817 e 1820, ansiavam por chegar ao rio São Francisco antes dos meses secos, com medo das doenças que reinavam às suas margens.

D'Orbigny (1976) observou na década de 1830 que quase todos os ribeirinhos do São Francisco sofriam com malária, sendo que crianças e pessoas que vinham de outros locais eram mais afetadas. O francês destacou, contudo, que em razão da altitude da barranca onde ficava Januária (então Porto Salgado), o lugar era salubre e os habitantes não estavam sujeitos à malária.

Burton (1977), que fez sua expedição na década de 1860, escreveu que Manga, às margens do rio São Francisco, era um lugar geralmente salubre, mas muito atacado por malária e febre tifoide, enfermidades que dizimavam os habitantes e deixavam os vivos com graves sequelas. Segundo o autor, populações ribeirinhas do São Francisco e de seus afluentes temiam

a malária, principalmente em áreas lamacentas, sendo que algumas águas chegavam a ser chamadas de “seizoentes”, “sezonárias” e “pestíferas”, tamanha a proliferação da doença.

Porém, o viajante que mais se incomodou com a malária e, sem dúvida, o que mais comentou a respeito, foi Wells (1995). O medo da enfermidade acompanhou constantemente o viajante de 1875, que temia as margens pantanosas e insalubres do São Francisco e de seus afluentes, consideradas facilitadoras do espalhamento da doença. O viajante associava a presença da malária às características das águas, como cor, cheiro e aparência, destacando os insetos e a sujeira ou podridão de locais nos quais os seus companheiros de jornada foram contaminados, conforme se observa do trecho abaixo:

O levantamento tinha de atravessar as densas matas que ficavam entre os pântanos de beira-rio e a base do monte adjacente; essas matas são excepcionalmente insalubres, pois crescem ao longo das exalações dos pântanos, e, dentro dos seus recessos, numerosas poças de água preta estagnada, cheia de matéria vegetal apodrecida, dão origem a nuvens de mosquitos, e o ar cheira como o de uma câmara mortuária fechada – um leve cheiro enjoativo. [...] Apesar de meus protestos, os homens insistem em beber a água estagnada dos pântanos; eu preferia ficar com sede, mesmo se minha língua ressequida grudasse na boca, a tocar a água clara mas mortífera. Em poucos dias os resultados naturais se seguiram; os homens começaram a ficar cansados, reclamar de fadigas e dores de cabeça, seguidas logo depois por ataques de febre, às vezes anunciados por tremores de frio preliminares, mas frequentemente a febre sobrevinha a um estágio de prostração (p. 219 e 220, WELLS, 1995).

Além disso, Wells (1995) também relata que tentava se prevenir de várias formas, evitando beber água “suspeita”, se distanciando de terrenos pantanosos e cobrindo a cama com mosquiteiros. Apesar disso, todos os engenheiros e empregados na expedição, e até ele próprio, foram afligidos com a doença. O viajante defendia a construção de escoadouros ou drenagens para tornar a região salubre. Sustentava, ainda, que uma vida saudável poderia evitar o progresso da doença; enquanto a classe mais abastada era isenta de sofrimento mesmo em locais com alta incidência de contaminação, os ribeirinhos pobres, que de acordo com o autor não mantinham hábitos saudáveis, alimentação, higiene adequada, repouso necessário, casas confortáveis ou protegidas, eram muito mais propícios à gravidade da malária.

No século XIX, a malária era constantemente considerada responsável pela inviabilidade de aproveitamento dos terrenos à beira do São Francisco. Afirmações nesse sentido são encontradas nos relatos de Wells (1995) em 1875, Sampaio (1937) em 1879-1880 e Paranaguá (1905) em 1890, listados por ordem temporal da expedição.

Na primeira metade do século XX, Lima (1925), navegando pelo São Francisco entre Pirapora e Januária, alertou que havia malária nas vazantes e às margens do rio, mas que a percepção assustadora e generalizada que se espalhava não representava de fato as

características da região, que tinha bom clima, era salubre e estava prestes a resolver o problema com a intervenção do então Presidente da Província Melo Viana.

A malária ocupava o foco das atenções dos viajantes, existindo apenas duas menções a outras doenças associadas às águas. Saint-Hilaire (1975) brevemente comentou sobre catarros e reumatismos contraídos pelos banhos em águas frias, e Proença (1944, p. 127) genericamente afirmou que existiam “permanentes fontes de doença e de morte” após as enchentes do rio São Francisco.

6.2 Memorialistas e doenças

A malária já era receada no século XVII por Fernão Dias, que embora evitasse descansar às margens dos cursos de águas, faleceu da doença à beira do rio das Velhas. Durante o período que vigorou a escravização, capitães do mato evitavam visitar o rio Verde Grande com medo da doença, que se acreditava matar apenas a população branca, já que os escravizados teriam se tornado imunes (PIRES, 2001). A percepção da gravidade da enfermidade influenciou, portanto, a ocupação do solo e conseqüentemente a formação de sociedades ribeirinhas.

No século XIX, o único registro encontrado de memorialista sobre doenças é de Morley (1942), que na década de 1890 escreveu em seu diário o temor da febre tifoide veiculada pelas águas, anotando que a falta de canalização fazia com que a água descoberta fosse a responsável pela morte de muitas pessoas.

Contudo, a malária continuou sendo um assunto para memorialistas do século XX no Norte de Minas Gerais. Registraram a presença da doença nos rios Pardo, São Francisco, Verde Grande, Verde Pequeno, Pacuí e Gortuba, além de vários dos seus afluentes, principalmente nas estações chuvosas (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; MIRANDA, 1997). De meados do século, conforme lembra Mameluque (1997) dos surtos da doença em Pirapora e São Romão, até as últimas décadas, como se observa nos relatos de Neves (1998) na região do rio São Francisco, são encontradas notícias das conseqüências da malária.

Entretanto, desde 1900 se falava em estratégias de prevenção ou minoração dos efeitos da malária em áreas ribeirinhas (PIRES, 2001). Em Salinas e Taiobeiras já se vendia remédios para combater a enfermidade na década de 1920, sendo que Miranda (1997) lembra de um farmacêutico prático local que vendeu muito remédio e ganhou dinheiro durante um surto da doença nesse período. Mameluque (1997) recorda que em meados do século XX o diagnóstico de malária trazia alívio para a família em São Romão, pois a doença já era conhecida e facilmente tratada, diferentemente de pneumonia ou febre tifoide por exemplo. Quem fosse a

Montes Claros buscando medicação para alguém que passava mal às margens do rio Verde, voltaria com remédio para malária, pois outra não poderia ser a doença, de acordo com o diagnóstico do médico Carlos Versiani (ANJOS, 1944; VIANNA, 1956).

Malgrado o temor da malária, outras doenças associadas às águas atingiam os montesclarenses, sobretudo em razão das condições sanitárias do município. As águas do rio Vieira, do rio dos Bois e de outras fontes naturais que abasteciam a população eram consideradas origem de doenças como gripes, infecções, febre tifoide e esquistossomose (VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; ANJOS, 1979; SILVEIRA, 1979; TUPINAMBÁ, 1988; RIBEIRO, 1997). Também existem registros de doenças causadas por agentes veiculados pelas águas em Coração de Jesus, muito embora na última década do século XX a malária já estivesse erradicada e as febres tifoides fossem raras (MACEDO, 1996).

Sol (1981) escreveu que em 1959 a esquistossomose era comum em algumas áreas do Nordeste de Minas, afetando principalmente populações rurais. Segundo o autor, a administração federal, por intermédio do Departamento Nacional de Endemias Rurais, pretendia como solução “prover todos os núcleos populacionais de água encanada” (SOL, 1981, p. 46). Rubim, Jequitinhonha, Rio do Prado, Carai e Salto da Divisa haviam instalado serviços de abastecimento urbano naquele ano, enquanto estavam em fase de estudo os projetos de Araçuaí, Itinga, Virgem da Lapa, Novo Cruzeiro, Pedra Azul, Jordânia, Jacinto e Medina. Segundo Oliveira (2000), em meados do século XX, Carbonita, também no Jequitinhonha, tinha tantos surtos de doenças intestinais que os meninos eram impedidos de nadar no rio Curralinho, pois muitas enfermidades eram atribuídas à má qualidade das suas águas.

As enfermidades associadas às águas, além dos danos à saúde das pessoas, influenciaram rotas de viajantes, a decisão de assentamento, a distribuição das populações no espaço, o crescimento do interesse por saneamento básico e a intervenção pública nas formas de condução das águas e nas suas propriedades, indicando as diferentes maneiras de conceber o elemento, bem como as atitudes e procedimentos que orientaram as práticas sociais sobre as águas.

No entanto, a classificação das águas que orientavam os distintos usos era também e fundamentalmente um preceito cultural preventivo de saúde. A doença mais temida associada às águas era a malária, transmitida por mosquitos e não pela ingestão do líquido. A partir da experiência prática e da observação cotidiana, as comunidades selecionavam as boas águas para beber, evitando contaminações por doenças. O saber tradicional construído e culturalmente transmitido, amparado em critérios localizados e específicos, permitiram a manutenção da saúde e a prevenção de enfermidades a partir das diferenciações das distintas águas.

Mas águas não apenas adoeciam; também curavam. Águas foram apreciadas por suas qualidades consideradas medicinais. As fontes de águas termais por exemplo eram tidas como detentoras de poder medicinal para auxílio no tratamento de enfermidades. Morley (1973) lembra de um tio muito doente que buscou se tratar na água quente de Santa Bárbara no final do século XIX. Gomes (1987) colheu relatos de pessoas que buscaram as fontes termais de Montezuma entre 1920 e 1940, para tratamento de doenças como reumatismos, moléstias de pele, dispepsia e outras. Pires (2001) também afirmava que as fontes termais de Montezuma (antiga Água Quente) seriam radioativas e recomendadas para várias enfermidades. A percepção da propriedade medicinal dessas águas serviu depois para estimular o turismo e o comércio no município (PIRES, 2001). Neves (1908b) conta que as pessoas relatavam curas milagrosas pelas águas termais de Montezuma, que, por conseguinte, eram visitadas em todas as épocas do ano por doentes vindos de longe: um banho chegava a custar cem réis. Segundo Gomes (1987), na década de 1970, uma pensão local cobrava pela frequência aos banhos, e no correr das décadas vários políticos defenderam a construção de um estabelecimento balneário ali.

Porém, a percepção da propriedade curativa das águas não estava restrita às fontes termais. Morley (1973) lembra de um procedimento de saúde que exigia beber águas de sete chafarizes para curar a enfermidade de uma criança, na década de 1890. Segundo Vianna (1956), na primeira metade do século XX, garrafinhas de água mineral eram comercializadas em farmácias de Montes Claros como medicamentos raros, consumidos apenas por prescrição médica; muitas vezes, uma garrafa de água mineral era usada como uma espécie de xarope: uma colher de sopa no almoço e outra no jantar.

6.3 Cuidados com os corpos

A principal dificuldade de análise dos usos diários das águas na higiene pessoal está no constrangimento social em tratar do assunto, que se observa em viajantes e memorialistas. O tema oferece reduzida quantidade de informações, especialmente sobre o século XIX, período em que os registros são raros. Os memorialistas e viajantes pouco relataram o que as pessoas faziam com seus dejetos, ou os procedimentos adotados na higiene pessoal. Não obstante, em razão da extensa bibliografia, o material consultado oferece indicações, embora muito localizadas.

Wells (1995), em sua expedição de 1875, às margens do rio São Francisco, encontrou um rancho bem estruturado que era dotado de banheiro, muito embora seja mais provável que

se tratasse apenas de um cômodo reservado para banhos. A excepcionalidade do registro, único entre os viajantes, indica que esses espaços privados para higiene individual eram raros.

Salles (1993), fazendo menção às memórias da infância vivida nas últimas décadas do século XIX, lembra que na sua casa no Serro os banhos eram de bacia e coletivos, com vários irmãos ao mesmo tempo.

Já para o século XX são encontrados mais relatos. Logo nas primeiras décadas, Cardoso (2007, p. 94) descreveu que, na casa alugada pela família em Curvelo, “banheiro não tinha, a não ser um chuveiro de água fria instalado na privada do quintal, continuando o regime do banho de água quente em grandes bacias de folha de flandres”. A moradia continha um espaço reservado no quintal com um chuveiro de água fria. Para os banhos quentes, usava-se bacias de folha de flandres, um material laminado estanhado de ferro e aço altamente resistente à corrosão e ferrugem.

Também em relação à primeira metade do século XX, Souza (2001, p. 105) escreveu:

Em Medina, naqueles tempos, a gente se banhava em bacias de zinco. Tais bacias eram grandes, com capacidade de uns 50 litros ou mais. A água era fervida em "bujões" de barro, chaleiras ou latas. Para se lavar o rosto era a mesma coisa, só que a bacia era de material esmaltado ou de alumínio. O fogão à lenha, era feito de adobes ou tijolos queimados. As cargas de lenha, que vinham das fazendas em jumentos, eram de uso comum em tais fogões. Em algumas casas existia um chuveiro, feito de um "balde" de zinco, com uma alça, um cano de 20 centímetros e com um registro, para abrir e fechar a água. Existia também, o banho "vapt-vupt", ou seja, usava-se uma pequena vasilha (lata de um litro) para retirar água de uma lata de 20 litros, que era despejada no corpo das pessoas. Outro problema sério era o banheiro, ou propriamente o vaso sanitário, que praticamente não existia. Era uma peça quase desconhecida de muitas pessoas, já que naquela época não havia vasos nos banheiros. O que existia, era um quartinho com um assento feito de tijolos queimados, com uns 20 centímetros de altura (uma espécie de latrina, com fossa).

Se extrai da narrativa que em Medina os banhos também eram de bacia, com água quente fervida em lata, enquanto para banhos mais rápidos se usava uma lata de um litro. Para lavar o rosto, era indicada uma bacia esmaltada ou de alumínio. Algumas moradias contavam com um chuveiro, formado com um balde de zinco.

Na década de 1920, na casa dos tios de Ribeiro (1997), havia “um arranjo para suspender uma lata d’água fria ou morna que escorria por um chuveiro”. A estrutura se assemelha àquela que existiria quatro décadas depois na casa de Mameluque (1997, p. 65), em São Romão, onde tinha um “banheiro com chuveiro, formado por um grande recipiente que ficava em cima de uma armação de madeira”. Essa coincidência indica que os equipamentos utilizados na higiene pessoal serviram a famílias de locais diferentes, em períodos distintos, no correr do século.

Guabiroba (2006) relata que no Seminário de Diamantina, na década 1930, conheceu o banho com água encanada, que era “farta” e “gelada”. O espaço era aberto, com mais de dez duchas. O fato foi registrado pelo autor porque antes, em Itamarandiba, o banho era quente e com caneca.

Banhos de bacia também foram registrados por Marques (2007, p. 278 e 279), em referência à segunda metade do século XX, em Joáima:

À tardinha, o banho era tomado em bacias no quarto, ao lado da cozinha, pois banheiro não havia. Havia um caldeirão grande. Nele, aquecia-se água no fogão de lenha. À medida que a água era usada, completava-se o nível para o próximo a tomar banho. Família grande, muita gente para se lavar. O banho das crianças era primeiro, seguido pelo banho das mulheres que tinha como testemunha a lamparina de querosene. A água servida, turva e pesada, molhava o assoalho do quarto, que ficava feito breu, quando se fechava a janela. Sabonete cheiroso, bucha vegetal e até caco de telha para raspar joelhos e calcanhares para tirar a sujeira grossa. Óleo ou brilhantina nos cabelos; leite de rosas ou de colônia, no rosto; água de arroz para alisar a pele e as espinhas; toalha felpuda ou de saco alvejado, tudo branquinho, branquinho, cheirando à limpeza! O banho dos homens era por último; às vezes, no rio ou na bacia cheia com água aquecida. Lavava-se a sujeira do corpo, preparando-o para um novo dia que, certamente, seria de muito trabalho para os adultos e de mil brincadeiras para as crianças. O quarto de banho ficava com cheiro de moça!”

No relato da autora observa-se que as águas eram reaproveitadas, um esforço de racionalização e economia do recurso. Semelhante ao relatado por outros memorialistas, a água era aquecida. Uma norma cultural de higiene regia a ordem dos banhos: primeiro, as crianças; em seguida, as mulheres; por último, os homens, quando estes não tomavam banho no rio.

De forma geral, para a população mais abastada, o mais comum era tomar banho de bacia e/ou caneca, com água comumente aquecida. Em alguns imóveis, colocava-se a água em um recipiente suspenso. As condições se alteravam conforme a natureza do domicílio, existindo equipamentos feitos de materiais nobres em residências luxuosas, e de acordo com as normas morais de cada sociedade, podendo o banho ser individual ou coletivo, em espaço reservado ou em ambiente aberto. De qualquer forma, o equipamento e sua capacidade variavam conforme a finalidade: lavar o rosto, higienizar apenas partes do corpo, banho longo ou limpeza rápida, de modo que para cada uso havia um equipamento dimensionado à necessidade, revelando um consumo econômico e racionalizado; isso em parte expressa as dificuldades de obtenção de águas.

Os registros sobre dejetos são ainda mais parcos; não foram encontradas informações para descrever as condições do século XIX. Mas no início do século XX, a respeito da casa alugada pela família em Curvelo, Cardoso (2007, p. 94) fez a seguinte observação: “Era uma casa bem melhor do que a de vovó, de dois pavimentos, instalações sanitárias, o que constituía

quase um luxo – a maioria das privadas das casas pobres sendo caixotes sobre fossas -, pia com torneira na cozinha”. Nota-se que a estrutura da residência era exceção para a época, presente apenas em casas de “luxo”, pois a maioria dos domicílios usava outros equipamentos.

Também na primeira metade do século XX, em Medina, os vasos sanitários eram equipamentos raros, desconhecidos, pois o comum era utilizar um assento feito de tijolos queimados, “uma espécie de latrina, com fossa” (SOUZA, 2001). Em referência à mesma época, comentando sobre Gameleiras, Baleeiro (2006, p. 53) afirmou que “as pessoas defecavam em volta da casa. Folhas de mato serviam como papel higiênico”, sendo que as privadas começaram a ser difundidas no município nos anos 1980 e 1981.

Paula (1957, p. 132) conta que até a década de 1920 a cadeia pública de Montes Claros não dispunha de instalações sanitárias, de modo que “semanalmente os prêso faziam "faxina", isto é, acorrentados, carregavam barricas de fezes para serem despejadas e lavadas no rio Vieira, no local denominado "Pinhãozeiros", um pouco abaixo do início da rua Pe. Teixeira [sic]”. Essa observação também foi feita por Anjos (1979) e retratada por Vianna (1972) associando-a em um caso de tentativa de fuga no ano de 1890. Os relatos mostram as condições da época em Montes Claros, onde os dejetos humanos da cadeia eram conduzidos em barris pelos presos e despejados diretamente no rio Vieira, prática que durou décadas.

Em referência a meados do século XX, em Montes Claros, Ribeiro (1997, p. 17) fez o seguinte relato:

No fundo do quintal ficava um buraco fundo e fétido que tinha em cima um quadrado de madeira com buraco no meio para a gente se agachar e despejar. O luxo, invejado, era um arame grosso onde ficavam, devidamente recortadas, páginas do Diário de Minas, que minha mãe recebia na qualidade de professora pública. Só publicava atos oficiais, mas na segunda página pretendia fazer-se literário, trazendo textos que às vezes se conseguia ler e telegramas de congratulações ao governador. Quem não tinha jornal usava palha de milho e sabugo.

Segundo a descrição acima, os dejetos eram depositados diretamente em uma vala. Após, a higiene era feita com folhas de jornal, para quem as tinha, ou com outros materiais. Em outro trecho de sua obra, o autor relata que viu pela primeira vez uma instalação sanitária com bidê, que ele considerou “moderna”, na casa de uma família de políticos da cidade, indicando que o equipamento era incomum na época.

Segundo Paula (1957), na década de 1930, o então Centro de Saúde de Montes Claros passou a exigir privadas sanitárias nas casas comerciais. A medida, contudo, não teria sido bem recebida pela população. Segundo crítica publicada pelo jornal “Gazeta” em 15 de junho de

1935, as “latrinas exigidas” eram consideradas “perigosas, pois é insuportável o mau cheiro exalado das mesmas (PAULA, 1957, p. 230)”

Em 1912 foi construído o primeiro banheiro com descarga em Montes Claros; o fato mereceu registro do memorialista Paula (1957), graças à sua excepcionalidade, revelando que o comum, efetivamente, eram os hábitos relatados por Vianna (1972), Ribeiro (1997), Souza (2001), Baleeiro (2006) e Cardoso (2007).

Em igual sentido, Mameluque (1997, p. 65) afirma que sua casa em São Romão, no início da segunda metade do século XX, tinha um “vaso, que não era vaso, mas apenas um buraco em forma de fechadura - igual ao de quase todas as casas da cidade - causando medo em mim quando eu era pequena”. Cabral (1985b), que passou a viver no Norte de Minas em 1957, afirma que as casas de famílias rurais não tinham privadas, sendo que em uma fazenda de Francisco Sá o autor relatou que fez suas necessidades fisiológicas no mato.

Conclui-se que em uma mesma época, existiam hábitos localizados distintos, com utilização ou não de equipamentos próprios para cada residência, o que variava também em relação ao lugar (urbano ou rural), à natureza do domicílio (considerado abastado ou não), às necessidades da família e aos preceitos culturais de higiene.

6.4 Esgotamento

Assim como no contexto nacional, foi no curso do século XX, em especial na segunda metade, que no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais se adotou providências no sentido de tratar as águas e esgotos, em razão da saúde coletiva e das demandas sociais.

A canalização e o tratamento das águas foram medidas adotadas muito antes das implantações de redes de coleta e de estações de tratamento de esgoto, como se observa por exemplo em municípios como Pirapora, Bocaiuva e Jacinto (SILVEIRA, 1926; RIBEIRO, 1988; SILVA, DINIZ, MOTA, 2000; LOBO, 2003). No Jequitinhonha, na década de 1970, enquanto trinta e oito cidades (73%) tinham serviço de abastecimento de água, apenas sete (13%) apresentavam redes de esgotos (SANTOS, 1971).

Montes Claros é o local que apresenta mais registros em relação ao esgotamento. Em 1939 a prefeitura iniciou o serviço de esgoto; em meados do século XX, além da água ser filtrada e clorada pela estação de tratamento, existiam cerca de mil domicílios conectados às redes de esgotos, que passavam por uma fossa e eram despejados no rio Vieira (PAULA, 1957; VIANNA, 1964). Ribeiro (1997, p. 19), referindo-se à época e recordando dos banhos,

pescarias e diversões, lamentou: “um prefeito converteu meu riozinho num rego de portar bosta”.

Em 1962 foi criada a Companhia de Água e Esgotos de Montes Claros (CAEMC) e na década de 1970 a responsabilidade do serviço passou à estatal COPASA; a rede de esgotos atendia parcialmente ao perímetro urbano, destinando os dejetos para o rio Vieira (VIANNA, 1964; FERREIRA, 1975; BRASIL, 1983; GRAÇA, 1986; TUPINAMBÁ, 1988).

No Jequitinhonha e Norte de Minas, instalações sanitárias nos domicílios e coleta de esgotos urbanos se generalizaram nas três últimas décadas do século XX. No Jequitinhonha é o que ocorreu por exemplo em Medina (CASTRO, 1972), Minas Novas (CÉSAR JUNIOR, 1978), Salto da Divisa (SOL, 1981) e Joáima (MARQUES, 2007), enquanto no Norte de Minas Gerais podem ser mencionadas como exemplo Montes Claros (FERREIRA, 1975; BRASIL, 1983; TUPINAMBÁ, 1988), Bocaiuva (RIBEIRO, 1988), Januária (PEREIRA, 2004) e Gameleiras (BALEEIRO, 2006).

No entanto, assim como ocorreu com as políticas de canalização e distribuição das águas, em relação à coleta de esgoto, centros urbanos foram priorizados em detrimento da população rural e de moradores de áreas periféricas, que quando não foram excluídos das políticas públicas, acabaram sendo os últimos a serem beneficiados (SILVEIRA, 1926; VIANNA, 1964; RIBEIRO, 1988; SILVA, DINIZ, MOTA, 2000; MARQUES, 2007).

Em paralelo à difusão de redes de esgoto e de redes de água encanada, privadas, chuveiros elétricos e outros equipamentos foram passando a fazer parte das moradias urbanas de forma não generalizada na segunda metade do século XX, alterando os usos diários das águas na higiene pessoal. Nas áreas rurais, algumas casas também incorporaram esses equipamentos sanitários no curso do século, embora tenham conservado outros hábitos por mais tempo, sendo que no século XXI se encontram locais onde as necessidades fisiológicas são satisfeitas nos matos. Com a coleta de esgotos e sua destinação em escala para os cursos de águas, alguns rios usados para abastecimento de água, banhos, lazer e socialização, como o Vieira em Montes Claros, foram transformados em locais rejeitados, alterando o cotidiano, os costumes de sociedades, as práticas sociais sobre as águas, as paisagens urbanas e, conseqüentemente, as relações e territórios hidrossociais.

7 ÁGUAS, SECAS E INUNDAÇÕES

Águas deixam sinais nas paisagens, nos registros e em diversas fontes de informação das sociedades, que podem ser estudadas e interpretadas na reconstrução histórica das condições climáticas, características naturais, impactos socioeconômicos e respostas sociais. As inundações e as secas são fenômenos recorrentes que produzem marcas físicas e expressam a materialidade das águas, sendo importantes, portanto, para investigar as relações entre sociedades e águas, sua variabilidade espaço-temporal, efeitos e respostas sociais (BRÁZDIL *et al*, 2018).

Períodos prolongados de chuva intensa afetam consideravelmente o regime das águas, a utilização das fontes naturais, a disposição espacial das moradias, a comunicação entre regiões, o trabalho, a produção, a disponibilidade de alimentos e os costumes das populações afetadas. Momentos de ausência ou distribuição irregular de chuva, por sua vez, podem revelar desigualdades socioeconômicas e de acesso às diversas fontes de águas, normas de partilha, adaptações de costumes, conflitos e concepções sobre as relações entre humanos e natureza. Assim, as inundações e as secas são, particularmente, oportunidades para compreender como uma sociedade se relaciona com a natureza das águas.

7.1 Secas

7.1.1 Histórico

Com base nos relatos de memorialistas e viajantes, é possível construir um quadro de registros das secas no decorrer dos séculos XIX e XX. As informações podem ser consultadas no Quadro 02 abaixo:

QUADRO 02 – Histórico das secas do Jequitinhonha e Norte de Minas

Período	Regiões afetadas	Identificação regional	Fontes das informações
1809	Jequitinhonha e Norte de Minas	Fome de/dos Nove	SANTOS, 1868; NEVES, 1908a; VELOSO, 1974; OLIVEIRA, 2008
1814	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	SANTOS, 1868; SAINT-HILAIRE, 1975

1817-1819	Jequitinhonha e Norte de Minas	Seca de Dezenove	NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; VELOSO, 1974; SAINT-HILAIRE, 1975; TSCHUDI, 2006
1829-1830	Norte de Minas	Seca de Trinta	NEVES, 1908a; NEVES, 1919; VELOSO, 1974
1833-1834	Jequitinhonha e Norte de Minas	Ano da Fumaça	SANTOS, 1868; NEVES, 1908a; PAULA, 1957; VELOSO, 1974; BRASIL, 1983; LISBOA, LISBOA, 1992; MIRANDA, 1997;
1838-1840	Norte de Minas	Seca de Quarenta	NEVES, 1908a; VELOSO, 1974;
1859-1860	Norte de Minas	Era/Fome de Sessenta Em Salinas, 1860 foi considerado o Ano da Fumaça	NEVES, 1908a; VELOSO, 1974; LISBOA, LISBOA, 1992
1878-1880	Norte de Minas	--	NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; PAULA, 1957; MIRANDA, 1997
1889-1890	Jequitinhonha e Norte de Minas	Fome de Noventa, Seca da Noventinha ou Noventona	NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; ARNO, 1951; PAULA, 1957; PEREIRA, 1969; MORLEY, 1973; VELOSO, 1974; BRASIL, 1983; PAVIE, 1988; LISBOA, LISBOA, 1992; MIRANDA, 1997; COTRIM, 2000; MARQUES, 2007; OLIVEIRA, 2008
1898-1900	Jequitinhonha e Norte de Minas	Era/Fome dos Nove (1899)	NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; PEREIRA, 1969; VELOSO, 1974; LISBOA, LISBOA, 1992; MIRANDA, 1997; MORAIS, 1998; MACHADO, 2002; MARQUES, 2007
1904	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	NEVES, 1908a; PEREIRA, 1969
1909	Norte de Minas	--	NEVES, 1919; MIRANDA, 1997
1919	Norte de Minas	--	NEVES, 1919
1929-1932	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	BRAZ, 1977; DUARTE, 1972; SOL, 1981; MIRANDA, 1997
1938-1939	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	PAULA, 1957; BRASIL, 1983; LISBOA, LISBOA, 1992; MIRANDA, 1997; MORAIS, 1998; SOUZA, 2001; SOL, 1981
1959	Norte de Minas	--	MIRANDA, 1997
1971	Norte de Minas	--	MIRANDA, 1997

1974-1976	Jequitinhonha e Norte de Minas	--	BRASIL, 1977; POEL, 1981; MIRANDA, 1997; MARQUES, 2007
1985-1991	Norte de Minas	--	RIBEIRO, 1988; RIBEIRO, 2010
1995-1996	Norte de Minas	--	MIRANDA, 1997

Tabela elaborada pelo autor, com base na bibliografia referenciada.

Não foram incluídos relatos de estações regulares de estiagens anuais, o “tempo da seca”, geralmente de maio a outubro, excluídas do conceito de seca utilizado neste capítulo por serem períodos regulares que ocorrem anualmente, e podem ser acompanhados de atrasos na chegada das chuvas (NEVES, 1908a, NEVES, 1919).

O Quadro 02 não deve ser interpretado como um rol taxativo de todas as grandes secas. Na verdade, as informações consolidadas indicam todos os registros de períodos de secas feitos por viajantes e memorialistas da bibliografia pesquisada. Deve ser considerado que, no momento de planilhar as informações, embora tenha se buscado corrigir as confusões sem generalizações imprudentes, em muitas obras o “Norte” de Minas Gerais se identifica como grande região que abrange municípios que posteriormente foram considerados integrantes do Noroeste, Mucuri e Jequitinhonha – território que nem sempre foi identificado de forma individualizada. Assim, é possível, por exemplo, que a “Seca de Quarenta” ou a “Fome de Sessenta”, dentre outras secas, tenha afetado também moradores do que se denomina no século XXI como Jequitinhonha.

É preciso esclarecer ainda que as informações do Quadro 02 não significam que as regiões foram integralmente afetadas nos anos de secas identificados por memorialistas e viajantes, mas apenas que existem relatos generalizados sobre impactos associados a estiagem prolongada ou distribuição irregular das chuvas em determinados locais. É perfeitamente possível, por exemplo, que Miranda (1997), vivendo na microrregião de Salinas, tenha relatado seca em determinado período, mas que outras áreas do Norte de Minas não atravessassem estiagem prolongada ou seus efeitos.

Algumas secas são parciais, como as de 1959 e 1971, que parecem estar mais localizadas na microrregião de Salinas. Outras são totais, atingindo o Jequitinhonha e o Norte de Minas, bem como o Semiárido brasileiro, a exemplo das secas de 1889-1890 e 1898-1900, também identificadas por Tschudi (2006) e Neves (2008) na Bahia, por exemplo.

Contudo, nas narrativas, as secas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais costumam ser identificadas mais pela falta de produção de alimentos e fome do que por quaisquer outros critérios. Isso ocorre sobretudo no século XIX, podendo ser classificadas, portanto, como secas

agrícolas ou verdes ou, em um segundo momento, como secas socioeconômicas. Até algumas das denominações atribuídas às secas apontam essa classificação: “Era/Fome de/dos Nove”, “Era/Fome de Sessenta” e “Fome de Noventa”. Assim, a crise na produção e no abastecimento alimentar associadas às estiagens e/ou a irregularidades das chuvas é mais importante que a quantidade de precipitação para definir um período como “seca”, o que resulta em distintas percepções sobre periodicidade das secas, mesmo em lugares próximos uns dos outros.

Embora as duas regiões costumem ser associadas às secas periódicas, o número delas identificadas no Jequitinhonha – 10 - é metade daquelas registradas no Norte de Minas - 20. Isso não significa, necessariamente, que um lugar tenha passado mais que o outro por períodos prolongados de estiagem severa, pois, como visto, o Quadro 02 não apresenta um rol taxativo de todas as secas, mas sim os períodos registrados na bibliografia pesquisada. Contudo, pode indicar que outros fenômenos que aconteceram com mais frequência nessa região, e/ou que foram associados a impactos tão sérios como os das secas, despertaram mais o interesse de memorialistas e viajantes do Jequitinhonha, a exemplo das inundações.

No Norte de Minas foram identificadas seis grandes secas entre 1800 e 1849, e quatro entre 1850 e 1899. Já no século XX, foram cinco nas primeiras cinco décadas e cinco nos cinquenta anos restantes. Portanto, foram dez secas em cada século, totalizando vinte períodos nas vinte décadas dos séculos XIX e XX, ou seja, na média ocorreu ao menos uma seca por década.

Ademais, foram 21 anos de seca no século XIX e 22 anos no século XX, totalizando 43 anos de estiagens prolongadas e/ou chuvas irregulares com impactos sociais em dois séculos. A média, 21,5 anos, se aproxima daquela encontrada por Gomes (2001) no Semiárido do Nordeste brasileiro: 28,3 anos por século; este autor indicou que o total foi de 85 anos secos nos séculos XVIII, XIX e XX.

Portanto, a noção presente em Gomes (2001), Andrade (1989) e Neves (1918), de que as secas são cíclicas e recorrentes, é confirmada por relatos de viajantes e memorialistas do Jequitinhonha e Norte de Minas. Confirma-se também a percepção de conhecedores tradicionais sobre os anos terminados em “9” serem secos, como registram também vários autores, como Neves (1908a) e Miranda (1997). A informação está embasada no histórico dos registros das grandes secas.

Com isso, não se pretende afirmar que todas as secas ocorrem apenas nos finais das décadas, inclusive porque são relatados períodos prolongados de estiagem severa em 1814, 1833-1834, 1974-1976 e 1995-1996, conforme pode ser visto no Quadro 02. Na verdade, o que se observa é que no Norte de Minas dificilmente houve um ano terminado em “9” que não foi

seco, tendo em vista que foram encontradas apenas cinco exceções: 1849, 1869, 1949, 1969 e 1979 - curiosamente, os anos 49 e 69 se repetem nos dois séculos.

Essa percepção de recorrência das secas foi analisada por Neves (1919) no início do século XX. O autor a tratava como parte de um fluxo natural, longo, contínuo e sazonal, que deve ser compreendido em largo prazo e aproveitado como estratégia de convívio com as estiagens. Antecipando-se ao que veio a se tornar norma de interpretação em fins do século XX, o autor destacou a positividade da natureza específica do semiárido – as virtudes produtivas da Caatinga, a adaptação de plantas e animais, a sanidade do clima -, e enfatizou a necessidade de ação preventiva do Estado, o que merece destaque por se tratar de um período de predominância das ideias liberais. Neves (1919) concebeu um planejamento por períodos de dez anos, nos quais existiriam anos bons e maus de chuva. Se aproveitaria os períodos chuvosos para armazenar águas e safras que seriam usadas nos momentos de escassez. Defendeu também a concepção de ciclos de 30 anos (“trintenários”) de seca, que se repetiriam e culminariam nas secas dos anos de finais “9” e “0”, sucedidos pela abundância nos anos terminados em “3”. Portanto, de acordo com Neves (1919), secas são, de fato, eventos climáticos frequentes, recorrentes e naturais, que não devem ser vistos, intrinsecamente, como desastres.

7.1.2 Efeitos e ações

Secas do Jequitinhonha e Norte de Minas costumam ser identificadas mais por seus impactos sociais do que por índices de precipitação. De fato, são esses efeitos sociais que ficaram guardados na memória, inclusive porque costumavam permanecer por certos períodos após o início das chuvas, até que se reestabelecia a rotina das sociedades.

Os impactos mais relatados são os desaparecimentos de fontes naturais. No Jequitinhonha, mas principalmente no Norte de Minas, uma parte da produção era irrigada: na segunda metade do século XIX, Sampaio (1937) observou próximo a Januária terrenos baixos alagados “bem lavrados” e com plantações de “vigor”; Neves (1908a, p. 282) destacou no início do século XX, na região de Rio Pardo de Minas, as plantações de cana em terrenos baixos inundados por “água de rega”, “em varzeadas alagadiças, nos brejos, nas beiras dos rios”, o que também foi registrado décadas depois em Espinosa por Veloso (1974), que anotou o cultivo de cana de açúcar às margens dos rios Verde Pequeno, São Domingos, Canabrava e Galheiro e em Mamonas e Itamerim; Miranda (1936), viajando pelo rio São Francisco, observou lavoura em vazantes e em terrenos inundados às margens do rio e também em brejos das caatingas; Carvalho (1937) percebeu em 1936 que os moradores de Pirapora, São Romão, São Francisco,

Januária e Manga levavam alimentos plantados em brejos para as feiras dos sábados; Paula (1957) descreveu os sistemas de plantio por inundação que abasteciam Montes Claros; Bráz (1977) associou em São Francisco a produção agrícola às veredas, brejos e nascentes; e Ferreira (2006) recordou dos plantios de arroz em vazantes e brejos de Várzea da Palma.

Com a seca, vinha a escassez de águas para produção de mantimentos, criação de animais e, por fim, consumo humano. Havia perda da lavoura de sequeiro e mortandade de gado, seguida por crise de abastecimento alimentar, aumento de preço dos produtos e fome; desocupação, precarização do trabalho ou labor em condições análogas à escravidão; acentuação de desigualdades de renda e poder; mortes e migração. Em menor escala também são registrados alguns casos de furtos, formação de grupos criminosos e prática de outros delitos, geralmente em busca de comida (NEVES, 1908a; PAULA, 1957; ESTEVES, 1961; CAMPOS, 1998; PIRES, 2001; LOBO, 2003; TSCHUDI, 2006; NEVES, 2008)

Contudo, também foram desenvolvidas estratégias e formas de atravessar as secas, especialmente através da busca de alimentos em outras localidades, mobilidade espacial da população e transumância dos rebanhos. Buscavam alimentos em lugares distantes, se fazia a inclusão de novos elementos na dieta e se aprendia a estocar. Aproveitava-se áreas e terrenos geralmente negligenciados em tempos com chuva regular, bem como se valorizava ainda mais brejos e pântanos na produção (NEVES, 1908a; VIANNA, 1972; NEVES, 2008).

Os efeitos da seca eram distribuídos desigualmente conforme as condições socioeconômicas dos atingidos. Desse modo, o relato de determinada situação em uma área não significava que todos os moradores estavam sendo afetados, ou que outras localidades da região estivessem vivendo situações semelhantes. Alguns locais são menos atingidos que outros, ainda que integrantes de um mesmo território, se tornando, portanto, os destinos intrarregionais de emigrantes e/ou os pontos centrais de redes emergenciais de abastecimento. O fato de memorialistas e viajantes relatarem as crises sociais decorrentes das secas não significa ausência de grupos pouco ou nada afetados, o que ocorreu principalmente com famílias que dominavam áreas dotadas de fontes perenes, brejos e outras dotações naturais, e sobretudo com famílias ricas, que por vezes podiam buscar recursos de outras formas e enfrentar as estiagens com certa tranquilidade.

Ademais, secas são fenômenos naturais regulares, intrinsecamente não desastrosos, de modo que a responsabilidade pelos seus impactos está mais atrelada à forma de conceber o fato climático, às interpretações sobre o semiárido, às desigualdades existentes e às ações ou omissões do Poder Público. Ciente dessas importantes premissas, serão apresentados na

sequência alguns dos relatos dos efeitos sociais específicos das secas descritas no Quadro 02, indicando, sempre que possível, os locais nos quais foram feitas as observações pelos autores.

Apesar de apenas 1809 e 1814 serem considerados anos de seca nas duas primeiras décadas do século XIX, Santos (1868), memorialista de Diamantina, afirmou que em razão da irregularidade das estações, faltaram alimentos de 1807 a 1814, ocasionando o aumento de preço dos produtos. Saint-Hilaire (1975), passando pelo Jequitinhonha e Norte de Minas, colheu relatos da perda de grande número de cabeças de gado, falta de águas e fome, sendo que muitas pessoas se nutriam apenas de mel e frutos selvagens.

Neves (1908a) relatou que faltaram alimentos na “Seca de Dezenove” (1819) em Monte Azul, então Boa Vista do Tremedal, sendo que causou muitos prejuízos à população daquele local, mas que as chuvas chegaram no final do ano. Segundo o autor, a próxima seca, de 1829-1830 (“Seca de Trinta”), também teve escassez de produtos e fome, obrigando os habitantes a buscarem alimentos em áreas do Jequitinhonha que não atravessavam os mesmos efeitos.

A seca de 1833-1834 ficou conhecida por “Ano da Fumaça”, existindo vários relatos de que o céu ficou coberto de uma fumaça seca que impedia toda a visibilidade. Neves (1908a) afirma que em Monte Azul esse fenômeno ocorreu por causa dos incêndios das matas, enquanto Ferreira (2006, p. 106 e 107) colheu na tradição oral montesclarenses a seguinte explicação:

O ano de 1834 ficou na tradição sertaneja com o nome do ANO DA FUMAÇA. Segundo ouvi, contado pelos antigos, que ouviram de seus pais e avós, o ano anterior fora de seca. E 1834 começou com chuvas fracas em fevereiro e março. E só. Quando foi por volta do mês de julho o tempo foi escurecendo, com uma fumaça seca tomando conta de tudo. Vieram os meses seguintes até novembro, e nada de chuva. Era um sequidão sem termo. O céu era de uma cor só, cinzento escuro. O sol era uma bola vermelha, sem brilho, a rondar o céu, onde o vulto das serras não se destacava no horizonte. Era tudo de uma cor só: cinza-escuro. As pessoas podiam encarar o sol a qualquer hora do dia, sem dano para a vista. No ar, nem a mais leve brisa. Um mormaço contínuo, dia e noite. E o povo a rezar e a fazer penitência, todo mundo achando que o mundo ia acabar. [...] Mas tudo tem fim. Dava gosto de ver a alegria do povo, quando no finalzinho do ano, o vento e as primeiras chuva começaram a carregar a furmaça e a lavara a cara do nosso mundo.

Na época houve escassez de mantimentos, aumento de preço dos produtos, fome e mortes, sobretudo dos pobres. Isso ocorreu em Montes Claros, conforme registrado por Paula (1957) e Ferreira (2006), em Monte Azul, segundo Neves (1908a), e em Diamantina, de acordo com Santos (1868). Esta última, contudo, recebeu muitos emigrantes e tentou alimentar os que precisavam e desimpedir lavras para empregar trabalhadores desocupados (SANTOS, 1868).

Segundo Neves (1908a) e Veloso (1974), a “Seca de Quarenta” atingiu Monte Azul, distritos e adjacências. Contudo, não existem relatos de grandes impactos sociais. Vianna

(1972) afirma, inclusive, que 1839 foi um dos anos mais chuvosos para Montes Claros e outras áreas do Norte de Minas. Portanto, de acordo com a bibliografia pesquisada, a “Seca de Quarenta” parece ter sido localizada na microrregião de Salinas, com pouca repercussão social.

Em Salinas, 1860 é que foi considerado o “Ano da Fumaça”, em razão das características e impactos sociais associados a seca. A “Seca de Sessenta” foi acompanhada de grande falta de alimentos, mortandade de animais, prejuízos e mortes pela fome e sede. Araçuaí, no Jequitinhonha, foi o destino de muitos que buscavam alimentos (NEVES, 1908; LISBOA, LISBOA, 1992).

Na seca seguinte, 1878-1880, houve fome por todo o Norte de Minas, principalmente para as populações pobres. Muitos migraram para Montes Claros em busca de socorro (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; PAULA, 1957; MIRANDA, 1997).

Em 1889-1890, a chamada “Fome de Noventa”, “Noventinha” ou “Noventona”, foi muito registrada no Jequitinhonha e Norte de Minas, em razão dos seus graves efeitos sociais. O contexto nacional também não ajudava, pois praticamente todo o Semiárido brasileiro convivia com a mesma situação na época (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; NEVES, 1919; PAULA, 1957; PAVIE, 1988; GOMES, 2001).

No Jequitinhonha e Norte de Minas foram registrados a falta de produção de alimentos, a perda de muitas cabeças de gado, o aumento dos preços e um estado de miséria, que atingia sobretudo os pobres - como comumente ocorria -, mas que também afetava os ricos, pois não se achava mantimentos nem para comprar. A quantidade de furtos e roubos cresceu consideravelmente nos centros urbanos e também nas zonas rurais, de modo que as prisões ficaram lotadas. Centenas de idosos, mulheres e crianças morreram de fome e/ou de sede, principalmente durante as peregrinações pelas estradas. Famílias inteiras emigraram em busca de comida, se dirigiam a São Paulo, sendo muitos os relatos de grandes grupos de famintos que passaram pelas moradias pedindo ajuda. São João do Paraíso, Almenara, Joáima, Jequitinhonha e Montes Claros foram alguns dos principais destinos nessas regiões. Em Montes Claros, inclusive, alguns proprietários de terrenos inundáveis conseguiram colheitas regulares que abasteceram o consumo interno com uma pequena sobra, apesar da seca (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; NEVES, 1919; ARNO, 1951; PAULA, 1957; MORLEY, 1973; PAVIE, 1988; GOMES, 1987; MARQUES, 2007).

Com a falta, alternativas alimentares surgiram. Além dos animais de qualquer tipo, como lagartixas, sapos, cobras e até urubus, por exemplo, um dos alimentos preferidos foi a farinha de medula de coqueiro macaúba ou de buriti. Na falta desses, raízes de mucunã, que embora saciassem os estômagos vazios, tinham gosto desagradável e eram tóxicas, capazes de

produzir edemas e até a morte em alguns casos. Para o gado, sobravam outras plantas, como a beldroega e o mandacaru por exemplo (NEVES, 1908b; NEVES, 1919; PAULA, 1957; LISBOA, LISBOA, 1992).

Neves (1908a) e Veloso (1974), se referindo a Monte Azul e Espinosa, afirmaram que em anos de seca apareciam bandos de pombas que serviam de alimento nesses locais. Na Fome de Noventa, esse fenômeno tido por milagroso marcou as memórias das pessoas - “Milagre das pombas”:

Noventa tocava ao seu fim quando no maior rigor da penuria aparece um phenomeno prodigioso no districto de Lençoes, entre Santa Anna e o rio Verde Pequeno, aturando mezes. Milhões de pombas das chamadas de banco, salvaram, com as suas carnes e com os seus ovos, da morte pela fome, centenares de famintos que vagueavam cambaleantes pelas avermelhadas e poidas estradas do valle central, fenômeno esse que, causando verdadeira admiração á todos quantos o presenciaram, ficou conhecido por -milagre das pombas. Faziam lembrar as codornizes do deserto de que falla a Historia Santa (NEVES, 1908a, p. 236 e 237).

O “Milagre das Pombas”, contudo, parece não ter socorrido a população de Salinas, que apesar de receber vários imigrantes, registrou casos de antropofagia. Arno (1951) e Paula (1957) anotaram que um grupo de famintos matava outras pessoas para comer. Inclusive, existiriam provas do ocorrido, pois um dos canibais teria sido preso e morto intoxicado.

Quando as sociedades começavam a se recuperar da “Fome de Noventa”, veio no final da última década do século XIX a “Era ou Fome dos Nove” (1898-1900). A exemplo da seca anterior, os efeitos atingiram o Jequitinhonha e o Norte de Minas, havendo registros de desaparecimento de nascentes e fontes naturais, perda da produção, mortandade do gado, escassez de alimentos, aumento do preço, fome, migração, doenças e mortes. Além de São Paulo e do Sul de Minas, Montes Claros, São João do Paraíso, Araçuaí e Itamarandiba foram alguns dos rumos mais buscados. Monte Azul chegou a perder 60% de sua população, por causa da emigração. As alternativas usadas para alimentação na “Seca da Noventinha” foram novamente utilizadas (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; PEREIRA, 1969; VELOSO, 1974; LISBOA, LISBOA, 1992; MARQUES, 2007).

No século XX, o primeiro registro de seca é em 1904, relatando escassez de águas, secamento de nascentes e córregos, perda das lavouras, ausência de pasto para o gado e miséria. Os registros foram feitos no Jequitinhonha por Pereira (1969), e no Norte de Minas por Neves (1908a). As secas de 1909 e 1919 também foram associadas a falta de alimentos, fome e migração, principalmente para o sul de Minas e São Paulo (NEVES, 1919). Em 1929-1932 a

seca agravou a crise socioeconômica gerada pela Grande Depressão de 1929, de modo que os pobres ficaram sem trabalho, renda e condições de obter alimentos (BRAZ, 1977).

Em 1938 e 1939 ocorreu a seca mais comentada do século XX, com relatos de perda das lavouras, mortandade de gado, fome generalizada e mortes. Faltavam alimentos básicos e alimentos alternativos, como a beldroega, a coroa-de-frade e o ora-pro-nóbis voltaram a ser opções. Montes Claros, que era ponto final dos trilhos da linha de ferro, se tornou uma das principais rotas de emigrantes que buscavam São Paulo. A cidade, então, foi povoada de famintos, chegando a abrigar mais de dez mil imigrantes. Parece ter sido para o Jequitinhonha e Norte de Minas o pior momento desde a “Fome dos Nove” (PROENÇA, 1944; PAULA, 1957; SOL, 1981; BRASIL, 1983; MORAIS, 1998; SOUZA, 2001).

Na segunda metade do século XX, rarearam os relatos dos efeitos das secas. Existem indicações que houve estiagem prolongada ou distribuição irregular das chuvas, sem muitos detalhes. As secas de 1959, 1971 e 1995-1996, por exemplo, repercutiram pouco na bibliografia. Em relação às secas de 1974-1976 e de 1985-1991, os principais relatos descreveram o secamento de fontes naturais, a escassez de águas, o desaparecimento de pastagens e a desestruturação da pecuária nas áreas atingidas (BRASIL, 1977; RIBERO, 1988; MARQUES, 2007).

Mas tão importante quanto conhecer os efeitos sociais das secas, é entender que, comumente, períodos de seca precedem bons anos de chuva, fartura e recuperação. Conforme afirmou Pereira (1969, p. 67) sobre o Jequitinhonha, “depois de dois ou três anos de estiagem, vem outros tantos de bom tempo e extraordinária fartura”.

Assim, após a primeira grande seca do século XIX, em 1809, ocorreram anos de chuvas abundantes. Depois da seca de 1817-1819, vieram anos chuvosos, especialmente 1821, considerado o “ano da fartura”. O mesmo ocorreu em 1861, após a “Fome de Sessenta”; em 1891, depois da “Fome de Noventa”, ano em que a recuperação também decorreu do regresso de trabalhadores endinheirados que haviam migrado para São Paulo; e ao término da “Fome dos Nove” (1898-1990). Além disso, as comunidades costumam aprender com as secas, desenvolvendo métodos e técnicas para remediar os efeitos sociais das próximas estiagens, como o armazenamento da safra e a elaboração de um planejamento produtivo, por exemplo (NEVES, 1908a; NEVES, 1908b; NEVES, 1919).

No século XIX, foram comuns as representações ao governo provincial com pedidos de ajuda, geralmente solicitando recursos para distribuir comida e abertura de postos de trabalho. Em Montes Claros, na seca de 1833-1834, fez-se uma lei para estimular a produção de alimentos e criar uma comissão específica para adquirir farinha de mandioca em outros locais,

no intuito de combater a fome (SANTOS, 1868; FERREIRA, 2006). Foram estabelecidos inclusive escolta policial e determinação de prisão para garantir que os mantimentos chegassem à cidade, segundo o relato replicado abaixo:

(...) Vaz Mourão, que estava no exercício de Vice-Presidente, "propôs que cada fazendeiro ou tropeiro entrasse com um burro arreado para o transporte de farinha do Guarutuba, ficando os contraventores sujeitos a trinta dias de prisão".

A situação era grave e só a energia de um Vaz Mourão poderia produzir os resultados desejados. Eis como um inimigo político do Cel. Vaz Mourão 'critica a sua atuação enérgica: -"enviando a Câmara tropa para conduzir do Gurutuba mantimentos, com que acudisse a extrema carestia, a fome do povo, o Coronel Vaz, que também não estava abundante de viveres, em auxílio da condução ordenou três capitães das Companhias que enviassem cada um dez praças, e ao Major seu primo, expressamente, e por escrito, que prendessem à sua ordem, os que se opusessem à venda e compra de víveres na Gurutuba". E pergunta - "Seria isto dispotismo ou não?". Tal vez as ordens tenham sido muito severas, mas a finalidade justificava perfeitamente a rudeza da ação.

Em pouco tempo foram chegando os burros carregados de farinha... Cosa interessante, a Câmara não quis concordar em pagar as despesas. A vista disso a comissão se demitiu, alegando não ser agradável representar uma Câmara que não desejava socorrer os pobres. Suspendeu-se a sessão por meia hora; nesse intervalo, como a Câmara não tivesse dinheiro, resolveram abrir uma subscrição popular, na qual assinaram todos os vereadores. E terminou o incidente (PAULA, 1957, p. 75 e 76).

O relato mostra que a escassez de alimentos associada à seca era localizada, pois existiam alimentos disponíveis em lugares próximos. Houve proatividade pública, com adoção de medidas para a produção e obtenção de alimentos, mas a ausência de recursos no erário impactou a efetividade das ações.

Na seca de 1878-1880, Paula (1957) relatou que a Câmara Municipal de Montes Claros requereu ao Governo da Província auxílio material e a execução de obras que pudessem empregar os imigrantes. O pedido foi parcialmente atendido, pois embora não tenham sido executados serviços, foram enviados recursos financeiros, o que mostra a fragilidade do erário municipal para lidar com as secas daquela época.

Na "Fome de Noventa", Neves (1908a) afirmou que o governo estadual enviou 150 contos em dinheiro, beneficiando Monte Azul, Rio Pardo, Salinas, Grão Mogol e Araçuaí. Também com recursos fornecidos pelo Estado, a Câmara Municipal de Diamantina abriu cozinhas em diversas ruas e praças da cidade para fornecer comida aos famintos (ARNO, 1951). Pavie (1988), memorialista de Itamarandiba, relata que as lideranças políticas não conseguiam encontrar consenso para agir. Foi o Padre João Afonso, que em 1891, empregou todos os imigrantes no trabalho de transportar pedras para o calçamento das ruas centrais da cidade.

Diante das secas, Neves (1919) defendia uma proposta de convivência com o semiárido e ação do Estado desde o início do século XX. A produção deveria ser adaptada ao clima, e o

autor apresentou um conjunto de propostas, que podem ser resumidas da seguinte maneira: I) informar toda a população; II) limitar exportações e armazenar alimentos; III) estimular o cultivo de variedades adaptadas ao clima, principalmente mandioca; IV) prover os domicílios de água do subsolo; V) reduzir os rebanhos antes da seca prevista; VI) armazenar pasto e forragem seca, usando sobretudo abundantes plantas nativas adaptadas; VII) organizar transumâncias, levando gado da caatinga para chapadas de gerais; VIII) abrir ferrovias e fazer obras, para criar empregos, através do Estado; IX) tratar a seca como uma questão agrária, e não de obras, mais afeita à agronomia do que à engenharia; X) discutir secas como assunto nacional, com condução pelo Estado, no que diz respeito à unidade e à distribuição da população; XI) divisão da terra e eliminação dos terrenos usados em comum, um aspecto que poderia contrariar a ideia de transumância, exceto se os campos gerais fossem excluídos da partilha das áreas em comum.

Contudo, essa proposta não vingou, e a ideia de “combate às secas” permaneceu firme até os fins do século XX pelo menos. Continuaram, a cada seca, as representações a governos com pedidos de ajuda financeira e execução de obras que gerassem postos de trabalho,

Havia cuidados com a saúde pública, em razão das doenças que se espalhavam nos períodos de seca, aproveitando da fragilidade das pessoas e das condições sanitárias oferecidas aos migrantes. A título de exemplo, em 1938, em Montes Claros se vacinou contra varíola e febre tifoide 45 mil pessoas. Além disso, o Estado distribuía alimentos e executava obras de emergência, principalmente na abertura de estradas (PAULA, 1957; BRAZ, 1977).

Nas últimas cinco décadas do século XX, com a inclusão de muitos municípios do Jequitinhonha e Norte de Minas no polígono das secas, o Estado intensificou suas ações de “combate às secas”: poços artesianos/tubulares foram abertos, obras de barragens e açudes foram feitas, empregos emergenciais foram criados com a abertura de estradas (VIANNA, 1964; PIRES, 1987; MACEDO, 1996; MIRANDA, 1997; PIRES, 2001; SOUZA, 2001; SANTANNA, 2003; MARQUES, 2007; OLIVEIRA, 2008).

Assim, no Jequitinhonha e Norte de Minas as secas afetaram a disponibilidade de águas, a produção agrícola, a criação de animais, a alimentação, a saúde, a qualidade de vida e os costumes das populações, que precisaram fazer escolhas relacionadas à gestão das fontes e à partilha das águas. As comunidades precisaram adaptar os modos pelos quais se relacionavam com as águas e com a natureza, bem como os estilos de consumo, os trabalhos, as produções e às vezes até os domicílios. Em razão da distribuição desigual de acesso a recursos naturais, terra, renda, direitos e poder, as sociedades foram impactadas pelas secas de maneiras distintas; seus efeitos se manifestaram conforme os contextos naturais, temporais, territoriais, sociais e

econômicos, sendo que geralmente os pobres foram mais afetados que os ricos. Identificados os efeitos sociais das secas nas sociedades, que geralmente fundamentam associações genéricas, simplórias e infundadas sobre o semiárido, resta claro que os impactos dos fenômenos climáticos são mediados pelos contextos socioeconômicos, que variam conforme a época, o lugar e a forma de concepção vigente sobre as secas.

7.2 Inundações

Assim como as secas, as inundações também são momentos socialmente impactantes, que alteram as rotinas, impõem adaptações e revelam desigualdades. Chuvas intensas e/ou duradouras são responsáveis por fenômenos climáticos frequentes, de repercussão socioeconômica considerável. Cerca de 95% das populações expostas e dos óbitos registrados em inundações são de países de menor renda *per capita*. Na perspectiva da discussão sobre justiça climática, observa-se que determinados grupos populacionais, como comunidades camponesas e moradores de pequenas ilhas por exemplo, e espaços geográficos mais vulneráveis, embora sejam os menos responsáveis, costumam ser os mais atingidos (SHIVA, 2006; FREITAS, XIMENES, 2012).

No Brasil, as inundações são consideradas os “desastres naturais” mais recorrentes, tomando-se em conjunto o fenômeno climático natural e sua relação com os contextos socioeconômicos. É importante ressaltar, contudo, que essas observações de frequência, causas e impactos se baseiam em acontecimentos contemporâneos e mundiais, podendo não ser integralmente aplicáveis às inundações do Jequitinhonha e Norte de Minas.

Cada inundação guarda suas particularidades. Às vezes atinge um centro urbano ou se estende por uma vasta parcela do território, enquanto em outras ocasiões afeta apenas populações que vivem às margens dos cursos de águas. De toda forma, embora não seja viável investigar as causas e apesar de os registros serem mais escassos, se comparados aos que existem sobre as secas, os relatos de viajantes e memorialistas ajudam a compreender os sinais deixados pelas águas nas sociedades e os contextos de inundações que atingiram o Jequitinhonha e o Norte de Minas Gerais.

7.2.1 Inundações regionais e seus efeitos

As enchentes dos grandes cursos de águas são comuns no Jequitinhonha e Norte de Minas no decorrer da história, em especial dos rios São Francisco e Jequitinhonha. Existem

registros de grandes enchentes do rio São Francisco desde antes do século XIX, nos anos de 1696, 1712, 1725, 1736-1737, 1746, 1790 e 1792-1793 (MONTENEGRO, 1875; NEVES, 1908a; VIANNA, 1972; PEREIRA, 1969; MACHADO, 2002). Inclusive, Neves (1919) defendeu que, assim como as secas, períodos de chuvas intensas que provocam enchentes devem ser considerados fenômenos naturais comuns e frequentes.

Além dos grandes rios, enchentes de pequenos cursos de águas também podem inundar moradias rurais e/ou espaços urbanos, causando impactos localizados. A título de exemplo, em janeiro de 1928, em razão de chuvas intensas, o rio Vieira transbordou e ao menos uma família ficou ilhada em Montes Claros. Outro exemplo é de 1948, quando as águas de um pequeno córrego de Francisco Sá, denominado Canoas, invadiu propriedades rurais e causou estragos às plantações e criações, bem como prejuízos materiais (VIANNA, 1964; TUPINAMBÁ, 1988).

No Jequitinhonha e Norte de Minas são associados às inundações consequências sérias e graves, tais como perda ou paralisação das lavouras; mortandade do gado; desabastecimento de alimentos e produtos; prejuízos ao comércio e à economia local; desfazimento de barragens; destruição de moradias, pontes e estradas; inviabilização de transporte resultando no isolamento de famílias ou grupos populacionais; necessidade de mobilidade espacial e transumância dos rebanhos; imposição de mudança das sedes de municípios; pessoas desalojadas ou desabrigadas; disseminação de doenças (LIMA, 1925; SILVEIRA, 1925; VIANNA, 1956; ESTEVES, 1961; PEREIRA, 1969; VIANNA, 1972; VELOSO, 1974; ANJOS, 1979; PEREIRA, 2004; BALEIRO, 2006).

7.2.1.1 Cheias do São Francisco

Na primeira metade do século XIX, ocorreram enchentes do rio São Francisco com registros de inundações de moradias em 1807, 1819, 1838, 1843 e 1845 (BURTON, 1977; MONTENEGRO, 1875; NEVES, 1908a; ESTEVES, 1961; VIANNA, 1972; PEREIRA, 2004). O ano de 1819 foi de seca, mas as chuvas chegaram no final do ano e seguiram intensas nos anos seguintes. Ademais, embora a “Seca de Quarenta” tenha durado de 1838 a 1840 em Monte Azul, distritos e adjacências (NEVES, 1908a; VELOSO, 1974), 1839 foi considerado um dos anos mais chuvosos para vários povoados do Norte de Minas, fazendo com que as enchentes de alguns rios bloqueassem estradas e passagens, destruíssem pontes e inviabilizassem o acesso a moradias e comunidades (VIANNA, 1972). Portanto, é perfeitamente possível que populações de uma mesma região estivessem lidando simultaneamente com fenômenos climáticos distintos

e opostos, como secas e chuvas intensas, responsáveis por falta de água ou enchentes e inundações.

Nos cinquenta anos seguintes, foram identificadas inundações provocadas por enchentes do rio São Francisco ao menos em 1855, 1857 e 1865, resultando na necessidade de abandonar as moradias de comunidades e povoados às margens do rio, com danos às lavouras, criações, estradas e pontes (BURTON, 1977; MONTENEGRO, 1875; WELLS, 1995; PIRES, 2001; PEREIRA, 2004). Burton (1977, p. 61), viajante da década de 1860, afirmou que as inundações eram periódicas e de conhecimento dos moradores locais, de modo que “se os engenheiros ferroviários estrangeiros tivessem ouvido os conselhos dos nativos e construído de acordo suas pontes e bueiros, teriam poupado muito trabalho para si mesmos e muito dinheiro de seus empregadores”, ou seja, danos materiais poderiam ter sido evitados se o saber tradicional fosse considerado.

Na primeira metade do século XX, foram identificadas inundações causadas pelo rio São Francisco em 1906, 1919, 1926, 1942-1943, 1946 e 1949. As três primeiras teriam sido as maiores do século, sendo que a enchente de 1919, mesmo ano de uma seca parcial que atingiu alguns municípios do Norte de Minas, aumentou o nível do rio o suficiente para fazer o barco a vapor Mata Machado navegar pelas ruas de Januária, esbarrando e danificando alguns postes de telégrafo. Outros impactos dessas enchentes relatados foram danos às linhas férreas, às pontes e às estradas, embora o transporte fluvial tenha sido beneficiado em alguns casos com o aumento do volume de água; perda de lavouras e de criações, quando não houve tempo para a transumância do rebanho; abandono de moradias e/ou mudança do domicílio; desbarrancamentos e mortes (PROENÇA, 1944; SILVA, DINIZ, MOTA, 2000; PEREIRA, 2004).

Nas últimas cinco décadas do século XX, identificaram-se inundações originadas nas enchentes do rio São Francisco em 1978, 1979, 1980 e 1992, ilhando famílias, obrigando pessoas a se deslocarem e causando sérios prejuízos às sociedades. A inundações de 1979, considerada a de maior repercussão socioeconômica do século, atingiu muitos municípios de Minas Gerais. As ruas de Januária foram invadidas pelas águas, sendo que os moradores precisaram se deslocar para distritos do município ou outras cidades, socorridos e auxiliados ainda por instituições de caridade, Igreja Católica, Defesa Civil e Exército. Pirapora, que ficou parcialmente inundada pelo rio São Francisco, precisou paralisar as atividades do comércio, de órgãos públicos e das igrejas, chegando a ter cerca de quatro mil pessoas desabrigadas. A Assembleia Legislativa constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar

suspeitas de descontrole da barragem de Três Marias e eventuais responsabilidades da CEMIG, que foi absolvida ao final (SILVA, DINIZ, MOTA, 2000; PEREIRA, 2004; SOUTO, 2005).

7.2.1.2 Cheias no Jequitinhonha

Em relação ao rio Jequitinhonha e afluentes, Maia (1936), que viajou pelo Sul do Bahia e Jequitinhonha por volta de 1917, passando por Salto da Divisa, Almenara, Jequitinhonha, Joáima e Araçuaí, registrou enchentes em 1834 (apesar de ser ano de seca em algumas áreas), 1865, 1887, 1895, 1907, 1914 e 1917, que causaram inundações. Segundo o viajante, ocorreram prejuízos incalculáveis à lavoura, ao comércio, às terras alagadas e às propriedades, sendo relatados ainda danos à saúde com a disseminação de doenças e a destruição de casas e benfeitorias. O autor registrou, ainda, a ocorrência de mortes, afirmando que as águas atingiam oito metros de altura, “trucidando homens e animais, difundindo o horror na mais lídima expressão do vocábulo (MAIA, 1936, p. 60)”.

Outras inundações originadas no rio Jequitinhonha e seus afluentes foram relatadas em 1919, 1928 e 1979, as quais são consideradas as maiores da história do rio. Em 1919 e 1928, as águas invadiram fazendas e povoados ribeirinhos, derrubaram casas, obrigaram as pessoas a se deslocarem para terrenos altos, carregaram agentes causadores de doenças, atingiram os estoques de mantimentos, provocaram desabastecimento alimentar, danificaram estradas e atingiram especialmente Itinga e Araçuaí. Nesta última cidade, “os pobres, com perigo de morte, entravam na correnteza para pegar o que encontravam: tábuas para servirem de lenha, arcas, roupas, tecidos das lojas. Acampavam nos morros em precárias condições, sem alimento, comendo folhas do mato: beldroega, serralha, caruru, etc” (JARDIM, 1998, p. 114). A Igreja Católica atuou firmemente no auxílio dos atingidos, abrigando os pobres e angariando recursos para a reconstrução das vidas (DUARTE, 1976; POEL, 1981; SOL, 1981; JARDIM, 1998; LOBO, 2003; MARQUES, 2007).

Assim como ocorreu com o rio São Francisco, o rio Jequitinhonha e seus afluentes encheram em 1979 e inundaram várias cidades do Jequitinhonha, causando grande repercussão socioeconômica. As pessoas precisaram abandonar suas moradias e atividades para buscarem abrigo em locais mais altos, sendo que muitas cidades ficaram inundadas e isoladas. Com a rápida elevação das águas, caminhões, carros, carroças e canoas transportaram mercadorias, móveis e materiais para lugares mais seguros; as criações foram conduzidas para outros terrenos; a igreja acolheu os que fugiram das águas; e as correntezas trouxeram dejetos e animais perigosos, enquanto levaram para longe os bens e pertences, causando o

empobrecimento da população. Estimou-se em ao menos 5 mil desabrigados apenas em Araçuaí, que ainda perdeu seu centro histórico e precisou ser parcialmente transferida para terrenos mais altos (POEL, 1981; JARDIM, 1998; LOBO, 2003; MARQUES, 2007).

Enchentes dos cursos de águas sempre permearam a vida de populações ribeirinhas, que aprenderam a conviver com o clima e a estabelecer estratégias para lidar com o regime das águas. Nesses casos, as cheias dos rios não são necessariamente fenômenos abominados, pois embora possam impor uma mudança da moradia, as correntezas costumam fertilizar os terrenos marginais utilizados na lavoura e encher de peixes as vazantes, de modo que a produção, por vezes, é realizada conciliando a pesca, a roça e os brejos/vazantes. Igualmente, a experiência prática e a observação cotidiana instruem sociedades tradicionais à adoção de estratégias preventivas, como a alternância dos domicílios e a adequação do calendário de colheita, por exemplo.

Contudo, impactos socioeconômicos costumam ser registrados quando ocorre o transbordamento das águas com a inundação de propriedades rurais e/ou espaços urbanos, sobretudo em condições de imprevisibilidade. Conquanto os efeitos associados às secas do Jequitinhonha e Norte de Minas tenham maior repercussão, por vezes inundações causadas por enchentes também foram responsáveis por impactos sérios e geralmente mais repentinos e localizados. Portanto, a escassez ou irregularidade e o excesso de chuva são fatos climáticos frequentes, que, no entanto, impactam as relações das sociedades com as águas como se fossem, continuamente, anormais.

8 CONCLUSÕES

8.1 Discussões do século XXI

As sociedades tradicionais do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais conviveram com as águas, com o clima e com os recursos naturais. Conseguiram produzir, criar e sobreviver. Ao longo do tempo água foi tratada como bem comum, com regras e costumes de usos. Apesar disso, a expansão dos mercados e as políticas públicas, estimulando a apropriação de terras, rios e recursos naturais por empreendimentos privados, propiciou um padrão de consumo que coloca em risco a vida no futuro, e já afeta muitos modos de vida contemporâneos.

Em começos do século XXI a falta de águas se tornou um problema generalizado e amplamente discutido, afetando populações rurais e urbanas. A origem da gravidade da crise de recursos é associada por grupos tradicionais à destruição da natureza, à privatização e à expropriação dos meios de sobrevivência de muitas famílias, em especial daquelas que residem em áreas rurais, promovidas por empreendimentos privados. O impacto é ambiental, mas também social e econômico, pois a falta de águas afeta o abastecimento, a produção, os costumes e as culturas, interferindo na ocupação do solo e nos fluxos migratórios.

De fato, a partir de 1950 operou-se uma intensificação na utilização dos recursos, em razão da urbanização, da privatização e tecnificação agrícola. O modelo de desenvolvimento econômico predominante foi danoso à natureza e à própria sociedade, em especial, afetou gravemente a disponibilidade e a qualidade das águas. Igualmente, houve apropriação da natureza, o que confronta com as normas costumeiras locais. Apenas no decorrer dos anos 1980 e 1990 percebeu-se a finitude dos recursos naturais, manifestada em crises agrícolas.

No Jequitinhonha e Norte de Minas, famílias rurais relataram que a convivência com o clima foi fortemente afetada após a instalação de empreendimentos agressivos nas últimas décadas do século XX. A monocultura do eucalipto, o carvoejamento, barragens e a mineração intensiva são apontadas como responsáveis pelo secamento de fontes e destruição dos meios de acesso e manejo das águas e de usufruto de outros recursos naturais. As populações urbanas também são afetadas direta e indiretamente, a exemplo da redução de recursos hídricos disponíveis e da perda da qualidade de produtos.

Antes dessa apropriação privada, muitas áreas, importantes na conservação de recursos, eram mantidas em comum. Essa e outras técnicas de manejos possibilitaram às sociedades tradicionais a conservação de águas das nascentes, veredas e córregos. A gestão local costumeira objetiva a conservação dos recursos da natureza, sendo que o saber local orienta as

famílias a usar os recursos de forma adequada e econômica na produção, na criação dos animais e no uso doméstico. Existe um conjunto de limitações morais, regras consuetudinárias respeitadas pelos membros das comunidades e técnicas de trato e manejo com os recursos, que constituem um rico conhecimento que conduz a sobrevivência dessas famílias. Contudo, esses saberes tradicionais foram desconsiderados por políticas públicas, que conduziram às regiões empreendimentos destrutivos, resultando na percepção da falta de águas.

Reflexo dessas intervenções estatais desastrosas se faz presente na constatação da seguinte contradição: o período apontado pelos autores como o de maior sucesso das políticas de saneamento básico corresponde àquele de maior destruição do meio ambiente, dos recursos naturais e dos elementos necessários à manutenção das culturas e vidas de parcela significativa da população do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, qual seja, as três últimas décadas do século XX.

Essa observação instiga reflexões a respeito da finalidade, de como, por que e para quem foram formuladas as políticas públicas de desenvolvimento e de acesso às águas e ao tratamento de esgoto. Se por um lado os índices de cobertura de atendimento aumentaram em todo o país e, por conseguinte, também nas áreas estudadas, o dado por si só não revela a melhoria da qualidade de vida de muitas famílias que sofrem com a escassez de águas e com os demais impactos negativos causados pelos empreendimentos econômicos, mostrando, na verdade, um acentuamento das desigualdades de acesso.

De fato, no que tange ao Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, nas três últimas décadas do século XX, nascentes, rios e outras fontes de águas se tornaram escassas ou secaram. Terras foram tomadas e apropriadas, muitas vezes ilicitamente. Culturas e costumes foram desrespeitados, meios de produção e subsistência de agricultores foram esvaziados, pessoas foram obrigadas a migrarem e muitos outros impactos foram causados; em troca de um desenvolvimento mal planejado, desarticulado, agravador de desigualdades e pouco capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Como visto, são ricas as narrativas das culturas das águas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Através delas, notam-se as diferentes organizações das comunidades, os distintos saberes, as culturas, os costumes, práticas e estratégias, que permeiam as relações das sociedades com as águas e com a natureza.

No correr dos tempos, a tecnologia e a modernidade podem ter facilitado a vida e impactado as formas costumeiras de contato com as águas e com as fontes naturais. Contudo, diferentemente de comprar uma máquina de lavar roupa ou de instalar um chuveiro elétrico, que são opções, os impactos dos empreendimentos econômicos conduzidos pelo Estado na

mesma esteira da modernidade não foram escolhidos pelos afetados. Costumes podem ser modificados e culturas às vezes se adaptam, mas há um problema quando isso decorre de uma imposição pelos poderes político e econômico.

É preciso conhecer as trajetórias para evitar que transformações sejam impostas sem considerar ou sequer ouvir os atingidos. Não há como ignorar particularidades locais e ricos saberes tradicionais, em troca da adoção de posturas técnicas e voltadas unicamente a um projeto nacional de desenvolvimento econômico. Memórias precisam ser resgatadas e registradas para preservação de culturas, mas também para defesa material da diversidade e de modelos tradicionais de convivência e conservação da natureza.

8.2 Panorama final

Não haveria outra forma de encerrar o último capítulo senão reforçando que sociedades e águas se relacionam dialeticamente, de formas que variam conforme os contextos sociais, econômicos, culturais, territoriais e temporais. No decorrer desta dissertação, foram apresentadas diferentes concepções e narrativas que mostraram as muitas e diversas relações hidrossociais do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais.

Em se tratando de um trabalho que partiu da análise de obras, estão espalhados pelo texto os resultados e as observações pessoais do pesquisador, que também apresenta sua visão sobre os assuntos através da própria forma de estruturar os registros encontrados, de organizar os temas e de apresentar as narrativas. De forma geral, as principais contribuições desta pesquisa foram as análises das relações entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX, e a sistematização de informações contidas em obras de memorialistas, viajantes e cronistas, contribuindo para a organização do conhecimento regional.

Apesar de possivelmente ser considerado um “estudo macro” por envolver duas mesorregiões extensas e dois séculos de análise, particularidades e contextos não foram ignorados. A pluralidade das relações pode ter despontado ao leitor, mas certamente as semelhanças, diferenças e singularidades de cada época, evento, fenômeno, território, grupo e cultura também foram apreendidas. Outras conclusões podem ser obtidas se as obras forem exploradas em busca de respostas a perguntas diferentes e visando alcançar objetivos distintos. Ademais, novos estudos poderão complementar os registros a partir de outras fontes.

Esse esforço de análise da diversidade e da pluralidade de relações entre águas e sociedades mostra possibilidades e horizontes de estudo, que valorizam as diferentes e diversas culturas das águas, os muitos sistemas de conhecimento voltados à utilização racional e

econômica das águas, amparados em diversos modelos de convivência e conservação da natureza. Aquém de reflexões que tendem a neutralizar o elemento, vendo-o apenas como H₂O ou água, no singular, águas são plurais, diferentes e diversas, assim como suas interações com as sociedades. É assim que devem ser vistas e estudadas.

Por fim, uma última contribuição desta pesquisa é justamente voltada para estudos futuros e está situada em um lugar incomum, qual seja, nas referências. De fato, pesquisadores que queiram compreender realidades do Jequitinhonha e Norte de Minas nos séculos XIX e XX poderão iniciar seus estudos a partir das obras listadas nas referências, chegando em outras conclusões, complementando o acervo com descobertas de outros livros, reinterpretando textos conhecidos e visibilizando as ideias de autores pouco comentados.

9 REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1963.

ALEIXO, B; REZENDE, S.; PENA, J.L.; ZAPATA, G.; HELLER, L. Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do nordeste brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, n. 1, p. 63-82, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc150125r1v1912016>. Acesso em: 24 de março de 2021.

ÂNGELIS, Newton de. **Efemérides rio-pardenses: 1698-1972**. Rio Pardo de Minas: R&S Arte Gráfica, 1998. 4 v.

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 384 p.

ANJOS, Rui Veloso Versiani dos. **História da família Versiani: da vida do velho Caixa Versiani da Real Extração dos Diamantes, & do seu filho Capitão Pedro, bem como da grandeza & decadência da Fazenda Santo Eloi**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1944. 143 p.

AQUINO, J.R.; NASCIMENTO, C.A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1090/831>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

ARNO, Ciro. **Os jatobás: cenas da vida norte-mineira**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1951. 226 p.

BALEEIRO, Zaurindo Fernandes. **Gemeleiras: dos primórdios à emancipação**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2006. 111 p.

BERGE, Jerry Van Den. Acumulación y expropiación de los derechos de agua potable por parte de las empresas multinacionales. In BOELEN, R., CREMERS, L., ZWARTEVEEN, M. (Orgs.) **Justicia hídrica, acumulación, conflicto y acción social**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011, p. 155-178.

BERNARDES, C. O gado e as larguezas do Gerais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.23, p. 33-58, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8846>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

BOELEN, R. Cultural politics and the hydrosocial cycle: Water, power and identity in the Andean highlands. **Geoforum**, v. 57, p. 234-247, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.02.008>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

BOELEN, R.; HOOGESTEGER, J.; SWYNGEDOUW, E.; VOS, J. & WESTER, P. Hydrosocial territories: a political ecology perspective, **Water International**, v. 41, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1134898>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

- BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000200007>. Acesso em: 23 de março de 2021.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRASIL, Henrique de Oliva. **De Contendas a Brasília de Minas: monografia**. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1977. 512 p.
- BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Lemi, 1983. 234 p.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 22 de março de 2021.
- BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da história**. São Francisco: Lemi, 1977. 611 p.
- BRÁZDIL, R.; KISS, K.; LUTERBACHER, J.; NASH, D.J.; REZNÍCKOVÁ, L. Documentary data and the study of past droughts: a global state of the art. **Clim. Past**, v. 14, p. 1915–1960, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/cp-14-1915-2018>. Acesso em: 30 de julho de 2021.
- BRITO, F.; SOUZA, J. de. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil. **VII Seminário sobre a Economia Mineira (anais)**, v. 7, p. 249-272, 1995.
- BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Trad. David Jorge Júnior. Editora Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte/São Paulo, 1977
- CABRAL, Antônio Ferreira. **Capitão Enéas: um Mauá no Norte de Minas**. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1985a. 130 p.
- CABRAL, Antônio Ferreira. **O sertão norte-mineiro**. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985b. 185 p.
- CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/88919>. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- CAMPOS, Karla Celene. **Ventos e vivências no Brejo das Almas**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1998.
- CARDOSO, J. M. A. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In Oliveira, M.F.M. *et al.* **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.
- CARDOSO, Maria Helena. **Por onde andou meu coração: memórias**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 573 p.

CARVALHO, Orlando Magalhães. **O rio da unidade nacional: o Sao Francisco**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 158 p.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CASTRO, Valdemar Mendes de. **Município de Medina**. Belo Horizonte: Editora Sion, 1972. 92 p.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100004>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

CESAR JUNIOR, Demósthene. **Minas Novas de ontem e de hoje: tipos & fatos**. Belo Horizonte: [s.n.], 1975.

CÉSAR JUNIOR, Demósthene; SANTOS, Waldemar César. **Esplêndidos frutos de uma bandeira venturosa: Minas Novas em escorço histórico**. Belo Horizonte: Lemi, 1978. 103 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*. **Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF**, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano, v. 1, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

COTRIM, Dário Teixeira. **Ensaio histórico do distrito de Serra Nova, município de Rio Pardo de Minas**. Rio Pardo de Minas: Gráfica Rio Pardo LTDA., 2000. 180 p.

CRUZ, Gildarly Costa da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ARAÚJO, Vanessa Marzano; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 700-720, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-9>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

CRUZ, José Raimundo Gomes da. **Espinosa, anos 40: depoimento de um menino curioso**. São Paulo: Edição do autor, 1997. 194 p.

CUNHA, L.H. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 99-116, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v55i0.73371>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

D'ORBIGNY, ALCIDE. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no norte de minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana - La Rábida. Huelva – Espanha, p. 192, 1998.

DELGADO, G. C. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In: _____ **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, ICONE Unicamp, 1985. p. 19-49.

DIEGUES, A.C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. **I Encontro Internacional: Governança da Água**, São Paulo, 2007. Disponível em:

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

DUARTE, J. C. **A tragédia de Sergipe e outras narrativas**. Belo Horizonte: Lemi. 1979.

DUARTE, J. **O fogo e o boi**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1976. 75p.

DUARTE, J. **Vultos sem história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. 268 p.

ESTEVES, Manuel. **Grão Mogol**. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1961. 108 p.

FARROUPILHA, Geraldo. **Araçuaí: Rio das Araras Grandes**. Belo Horizonte: WGF Editora, 2007. 108 p.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Aspectos do desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975. 46 p.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Na venda de meu pai**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2006. 200 p.

FREIRE, Álvaro Pinheiro. **Minas Novas: sua história, sua gente**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002. 111 p.

FREITAS, Carlos Machado de; XIMENES, Elisa Francioli. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2012, v. 17, n. 6. p. 1601-1616. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600023>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

GALIZONI, F. M., & RIBEIRO, E. M. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, 14(1), p. 77-94, 2011. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2011000100005>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

GALIZONI, F.M.; RIBEIRO, E.M.; LIMA, V.M.P.; SANTOS, I.F.; CHIODI, R.E.; Hierarquias de uso de água e estratégias de convívio com o semi-árido em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, 2008. Disponível em: <http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/artigos%20selecionados/Ren%20agua.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

GALIZONI, Flávia Maria (org.). **Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2013, 254 p.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GARNERO, G. La Historia Ambiental y las Investigaciones Sobre el Ciclo Hidrosocial: Aportes para el Abordaje de la Historia de los Ríos. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha** v. 8, n. 2, p. 91-120, 2018. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/331>. Acesso em: 08 de julho de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Arthur Jardim de Castro. **Água quente ou Montezuma**. Belo Horizonte: Cultura, 1987. 85 p

- GOMES, Gustavo Maia. **Novas secas em velhos sertões**. Brasília, IPEA, 2001, 280 p.
- GONÇALVES NETO, W. A modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola. In: _____. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 141-225.
- GRAÇA, Ruth Tupinambá. **Montes Claros era assim**. Belo Horizonte: Gráf. e Ed. Cultura, 1986. 154 p.
- GRAÇA, Ruth Tupinambá. **Montes Claros: eterna lembrança**. Montes Claros: Editora Cotrim, 2010. 156 p.
- GUABIROBA, Vicente. **Impressões de uma vida**. Belo Horizonte: [s.n.], 2006. 196 p.
- GUALDANI, C.; SALES, M. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e a racionalidade camponesa. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 86-99, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16170>. Acesso em: 05 de julho de 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 05 de maio de 2021.
- HAMLIN, C. "Waters or Water? - master narratives in water history and their implications for contemporary water policy." **Water Policy**, v. 2, n. 4-5, p. 313-325, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1366-7017\(00\)00012-X](https://doi.org/10.1016/S1366-7017(00)00012-X). Acesso em: 27 de maio de 2021.
- JARDIM, Maria Nelly Lages. **O vale e a vida: história do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998. 172 p.
- LASMAR, Jorge; VASQUES, Terezinha. **Grão Mogol**. Belo Horizonte: Santa Clara, 2005. 161 p.
- LIMA, Noraldino. **No vale das maravilhas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. 222 p.
- LINTON, J., BUDDS, J. The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. **Geoforum**, v. 57, p. 170-180, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.10.008>. Acesso em: 11 de junho de 2021.
- LISBOA, Abdênago; LISBOA, Apolo Heringer. **Octaclíada: uma odisséia do Norte de Minas**. Belo Horizonte: Canaã 1992. 340 p.
- LOBO, Sebastião. **Na boca do lobo: crônicas publicadas no jornal Vigia do Vale**. Almenara: Edições da Vigia, 2003. 283 p.
- MACEDO, Maria Norma Lopes de. **O passadiço**. Turmalina: [s.n.], 1995. 71 p.
- MACEDO, Maria Norma Lopes de. **Turmalina: memórias**. Turmalina: [s.n.], 1991. 92 p.
- MACEDO, Ubirajara Alves. **Retrospectiva histórica e geográfica do município de Coração de Jesus**. Belo Horizonte: Plurart's, 1996. 202 p.
- MACHADO, Fernando da Matta. **Navegação do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. 434 p.

MAIA, Eduardo Santos. **Impressões de viagem de Belmonte a Arassuaí**: Sul da Baía e Nordeste de Minas. Taubaté: Cedipus, 1936. 160 p.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. **Memórias de um álbum de família**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1997. 132 p.

MARQUES, Emirani Quaresma. **Joáima conta sua história**. Belo Horizonte: Técnica Composição e Arte, 2007. 412 p.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 1994.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p. 19-39.

MARTINS, Marcos Lobato. O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade - natureza no nordeste mineiro. **Varia Historia** [online]. 2008, v. 24, n. 40, p. 702-728. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000200022>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

MATOS, Vera Lúcia A. **Januária no tempo e no espaço**. [s.l.]: [s.n.], 1990. 116 p.

MATTOS, L.C.; MAY, P. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Edição especial. Vol. 55, p. 28-53, dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v55i0.73796>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

MATTOS, R.J.C. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP. 1981.

MATTOS, Vera. **Pedras de Maria da Cruz**: Januária/MG: KG Gráfica, 2000. 90 p.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**: principalmente aos distritos o ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. 347 p.

MENDES, Gregório Elvécio. **Mirabela em busca das raízes**. Montes Claros: Polígono, 1999. 137 p.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **O Rio de São Francisco**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936. 149 p.

MIRANDA, Aluizio Ribeiro de. **Sêrro**: três séculos de história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. 386 p.

MIRANDA, Avay. **Taiobeiras**: seus fatos históricos. Brasília: Thesaurus, 1997. 2 v.

MONTENEGRO, Tomás Garcez Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. [s.l.]. Salvador: Imprensa Economica, 1875. 240 p.

MORAIS, João Batista Dantas de. **Cachoeiras de Pajéu**: fragmentos de um passado; de um presente ainda vivo: visão de um futuro!. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1998. 235 p.

MOREIRA, Mauro. **Quarenta anos de Sertão**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 385 p.

MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E.; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 193-210, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

NEVES, Antonino da Silva. **A sêcca de 1919**: nordeste, a Bahia e o norte de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919. 88 p.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal – Estado de Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, p. 219-354, 1908a.

NEVES, Antonino da Silva. **Chorographia do município de Rio Pardo**: Estado de Minas Gerais. [s.l.: s.n.], 1908b.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: de sesmaria ao minifúndio. 2ª edição. Salvador: EdUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração**: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 296 p.

OLIVEIRA, Benedito Lemos de. **Carbonita de ontem... para hoje**. Lavras: Edição do autor, 2000. 161 p.

OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. A gestão dos serviços de saneamento básico no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, 2005. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/988>. Acesso em: 24 de março de 2021.

OLIVEIRA, Manuel Ambrósio Alves. **Antônio Dó, o bandoleiro das barrancas**. Belém, Folheando, 2020.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha**: memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: O Lutador, 2008. 379 p.

OLIVEIRA, Vicente Antunes de. **Cinquentenário de Turmalina**: meio século de emancipação, 1949-1999. Belo Horizonte: Andrart, 1999. 14 p.

PARANAGUÁ, Nogueira. **Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do paiz**: impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. ix, 213 p.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro: Minas Gráfica, 1957.

PAVIE, Paulo. **Histórias de Itamarandiba**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1988. 109 p.

PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária**: terra, rio e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. 635 p.

- PEREIRA, Leopoldo. **O município de Araçuaí**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 137 p.
- PIRES, Simeão Ribeiro. **Gorutuba: o padre e a bala de ouro**. Belo Horizonte: Barvalle, 1987. 154 p.
- PIRES, Simeão Ribeiro. **Serra geral: diamantes, garimpeiros e escravos**. Belo Horizonte: Cutiara, 2001. 330 p.
- PIRES, Simeão Ribeiro; PIRES, Theophilo Ribeiro. **Francisco Ribeiro dos Santos, centenário de nascimento**: [nascido em] 25 de setembro de 1873, [morto em] 10 de dezembro de 1923. Coração de Jesus: [s.n.], 1973. 21 p.
- POEL, Francisco van der. **O rosário dos homens pretos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. 302 p.
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1976.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277 p.
- PROENÇA, Manoel Cavalcanti. **Ribeira do S. Francisco**. Rio de Janeiro: Gráf. Laemmert, 1944. 190 p.
- RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 585 p.
- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M. Água, população rural e políticas de gestão. **Ambiente & Sociedade**, V. 5, n. 2, p. 129-146, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200008>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). **História dos gerais**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010, 329 p.
- RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva: sociedade e espaço**. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988. 180 p.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. Acesso em: 29 de abril de 2021.
- SAIANI, Carlos César Santejo; TONETO JUNIOR, Rudinei. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). **Econ. soc.**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 79-106, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182010000100004>. Acesso em: 24 de março de 2021.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2004.
- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 378 p.
- SALLES, Joaquim de. **Se não me falha a memória**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993. 562 p.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu do Sagrado Coração, 1906. 195 p.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco**: trechos de um diário de viagem. Rio de Janeiro: Liv. J. Leite, 1937. 468 p.

SANTANNA, Geraldo Paulino. **O caminho de volta ou a travessia do deserto**: memórias. Belo Horizonte: Rona, 2003. 300 p.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Districto Diamantino da comarca do Serro Frio**: província de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868. 438 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SANTOS, Rafael Souza. **Vale do Jequitinhonha**: temas e problemas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. 58 p.

SHIVA, Vandana. **As guerras por água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.7, n. 18, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_02.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

SILVA, Brenno Álvares da; DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da. **Pirapora**: um porto na história de Minas. Belo Horizonte: Interativa, 2000. 286 p.

SILVA, J. L.; RIBEIRO, E. M.; LIMA, V. M. P.; HELLER, L. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, e202013, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202013>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2006, 298 p.

SILVA, S.P. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. Brasília: **IPEA**, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1898.pdf. Acesso em: 01 de março de 2021.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. **Fontes, chuvas e florestas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923. 344 p.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. **Geographia do Estado de Minas**. Belo Horizonte: Oficinas Graphics de Oliveira, Costa & Cia., 1929. 303 p.

SILVEIRA, Geraldo Tito. **Conversa de meganha**. Montes Claros: Polígono Artes Gráficas, 1979. 200 p.

SILVEIRA, Olyntho da. **O velho Brejo das Almas**: narrativas. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1973. 64 p.

- SILVEIRA, Olyntho da; SILVEIRA, Ivonne de Oliveira. **Brejo das almas**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962. 200 p.
- SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 1492 p.
- SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Belo Horizonte: OMEIO, 1995. 206 p.
- SOL, Otelino Ferreira. **Salto da Divisa e outras considerações**. Belo Horizonte: UFMG, 1981. 155 p.
- SOUSA, Ana Cristina Augusto de; GOMES, Joyker Peçanha. Desafios para o investimento público em saneamento no Brasil. **Saúde em Debate [online]**. v. 43, n. spe7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S703>. Acesso em: 24 de março de 2021.
- SOUTO, Reynaldo Velloso. **Montes Claros: histórias do Rey**. [s.l.]: Giordani, 2005. 123 p.
- SOUZA, Joanésio Cardoso de. **Medina: parte da sua história, causos e curiosidades**. Vespasiano: FariGráf, 2001. 135 p.
- SOUZA, Joanésio Cardoso de. **Medina: terra das pedras preciosas**. Belo Horizonte: SysGráf, 2004. 104 p.
- SPIX, Johann Batist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil 1817/1820**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Editora Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte/São Paulo, 1981.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, Ambiente e Território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 17, n. 3, p. 128-144, 2015. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/260>. Acesso em: 11 de maio de 2021.
- TSCHUDI, Johann Jkob von. **Viagens através da América do Sul**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.
- TUPINAMBÁ, Tobias Leal. **Monografia histórico-cronográfica de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1988. 112 p.
- TUROLLA, Frederico A. Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas. Brasília: **IPEA**, 2002. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2818/1/TD_922.pdf. Acesso em: 24 de março de 2021.
- VELOSO, Ana de Souza Melo. **Espinosa: passado e presente**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1974. 199 p.
- VIANNA, Nelson. **Efemérides montesclarenses: 1707-1962**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964. 695 p.
- VIANNA, Nelson. **Foiceiros e vaqueiros**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. 423 p.
- VIANNA, Nelson. **Serões montesclarenses**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972. 355 p.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916. 349 p.

WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil**: do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2 v.

WERNER, Deborah; HIRT, Carla. Neoliberalização dos Serviços Públicos: o papel do BNDES no Saneamento Básico pós-2000. urbe, **Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 13, e20200078, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200078>. Acesso em: 22 de março de 2021.

WORSTER, Donald. **Transformaciones de la tierra**. Montevideo: CLAES, 2008.

**ANEXO 1 - GRUPO DE PESQUISADORES E SUAS RESPECTIVAS
CONTRIBUIÇÕES NO ESTUDO**

Pesquisadores

Rodolfo Ribeiro de Souza

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Flávia Maria Galizoni

Patrícia Oliveira Correia

Amanda Jusevicius Mariano

Contribuições na pesquisa

Contribuições	Rodolfo Ribeiro de Souza	Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro	Flávia Maria Galizoni	Patrícia Oliveira Correia	Amanda Jusevicius Mariano
Seleção das referências	X	X			
Leitura das obras	X	X		X	
Realização dos fichamentos	X	X		X	
Transcrição das fichas	X	X		X	X
Leitura e análise das fichas	X	X	X	X	
Definição das categorias e subtemas de recorte	X	X	X	X	
Classificação das citações inseridas nas fichas	X				
Redação da dissertação	X				
Revisões e correções		X	X		

ANEXO 2 - MODELO DE FICHA

Ficha número:
Pesquisador(a) responsável:
Referência completa:
Biblioteca de depósito da obra:
Número de referência no Catálogo ICAM:
Referência no catálogo da biblioteca:
Resumo da obra:
Período de referência:
Região, município ou local de referência:
Apreciação resumida da obra:
Página / citação: